

CARTA SOCIAL MUNICIPAL

 PENAFIEL  20
22

Ficha Técnica

Título:	Carta Social Municipal de Penafiel
Período de Vigência:	4 anos
Comunidade Inter Municipal:	Tâmega e Sousa
Edição:	Câmara Municipal de Penafiel, 2022
Autoria e Organização:	Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde
Colaboração:	Sistema de Informação Geográfica do Município de Penafiel
Monitorização:	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Mensagem do Presidente

Ao longo dos últimos anos, por diferentes circunstâncias, fomos confrontados com enormes fragilidades e desigualdades sociais que afetaram o dia-a-dia de muitos cidadãos, em particular os mais jovens e os mais idosos, empurrados para situações crescentes de pobreza e exclusão social.

Num país particularmente afetado pela crise financeira e com uma economia que se afasta cada vez mais da convergência com a União Europeia, as situações de emergência social são cada vez mais. Nesta conjuntura, o exercício de competências na Ação Social por parte dos Municípios Portugueses adquiriu uma importância ainda maior, que exige que se desenhem intervenções cada vez mais complexas e criativas, mas, acima de tudo, eficientes.

A Câmara Municipal de Penafiel assumiu compromissos de princípio com o território e com as pessoas, nas esferas da coesão territorial e social, da equidade, da igualdade e da solidariedade, procurando minimizar os efeitos da pobreza e da exclusão. Têm sido muitos e muito relevantes os investimentos efetuados nesta área, dos quais se destacam a cedência de património municipal às IPSS's da nossa Rede Social, bem como o apoio às obras de construção, ampliação, conservação ou manutenção das instalações ou para aquisição de equipamentos fundamentais ao funcionamento das respostas sociais desenvolvidas. Acresce a estes apoios, as verbas do orçamento municipal mobilizadas para a construção de novos equipamentos sociais, em comparticipação financeira e apoio técnico, ao abrigo dos programas PARES, bem como na promoção de novos projetos de investimento, como é o caso da Creche de Santa Marta, financiada ao abrigo do PRR.

Por outro lado, o ideal de uma sociedade mais inclusiva tem introduzido a implementação de práticas diferenciadoras, procurando melhorar a qualidade de vida dos penafidelenses, sendo o nosso Município um paradigma nesta área. O Município de Penafiel foi o primeiro do país a constituir uma Comissão Municipal de Proteção ao Idoso, e obteve, por sete vezes consecutivas, a distinção de Município Amigo das Famílias, atribuído pelo Observatório das Autarquias Mais Familiarmente Responsáveis, tendo ainda sido reconhecido como Comunidade Pró Envelhecimento 2022-2024, pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.

É neste contexto que a elaboração da Carta Social Municipal assume particular relevância, sendo um instrumento fundamental para o desenvolvimento e monitorização das políticas sociais do futuro, de forma a dar cumprimento às necessidades nesta área aos nossos concidadãos. A Carta é, por si só, uma ferramenta de trabalho que permite identificar as coberturas das respostas sociais existentes no nosso território e, assim, definir as prioridades de ação e priorizar as necessidades nesta área.

O trabalho em rede que tem sido realizado no âmbito do Conselho Local de Ação Social de Penafiel (CLASP), tem permitido um trabalho consistente e sistemático, prosseguindo os eixos estratégicos de desenvolvimento e coesão territorial na área da intervenção social.

O planeamento social local permite ainda identificar competências, estabelecer responsabilidades e identificar quais as áreas em que deverá ser reivindicada a ação da administração central.

Como todos os documentos de planeamento, a Carta que aqui se apresenta não é um documento acabado, nem um fim em si mesma, é um retrato da realidade atual do Município de Penafiel, possibilitando o conhecimento do conjunto de Serviços e Equipamentos com referência geográfica e respetiva oferta, construído com a participação dos diferentes atores locais.

Antonino de Sousa

Índice

Sumário Executivo.....	8
A Carta Social Municipal.....	9

Capítulo I – Diagnóstico Sócio-Territorial

1.1 – Indicadores sócio demográficos relacionado com as áreas de intervenção das respostas e equipamentos sociais.....	12
1.1.1 – Infância e Juventude.....	17
1.1.1.1 – Crianças com Deficiência.....	22
1.1.1.2 – Crianças e Jovens em Situações de Perigo.....	23
1.1.2 – População Adulta.....	25
1.1.2.1 – Pessoas em Situação de Dependência.....	25
1.1.2.2 – Pessoas Idosas.....	25
1.1.2.3 – Pessoas com Deficiência.....	31
1.1.3 – Família e Comunidade.....	31
1.1.3.1 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.....	31
1.1.3.2 – Beneficiários das Prestações de Desemprego.....	32
1.1.3.3 – Beneficiários de Subsídio por Doença.....	33
1.1.3.4 – Pessoas Vítimas de Violência Doméstica.....	33

Capítulo II – Mapeamento de Equipamento e Respostas Sociais do Município

2.1 – Mapeamento da Rede Tipificada.....	35
2.1.1 – Respostas Sociais para a Infância e Juventude.....	35
2.1.1.1 – Crianças e Jovens.....	35
2.1.1.2 – Crianças e Jovens com Deficiência.....	42
2.1.2 – Respostas Sociais para Pessoas Adultas.....	43
2.1.2.1 – Pessoas em situações de dependência.....	43
2.1.2.2 – Pessoas Idosas.....	44
2.1.2.3 – Pessoas com Deficiência.....	48
2.1.2.4 – Família e Comunidade.....	49
2.2 – Mapeamento das Respostas Tipificadas por Instituição.....	51
2.2.1 – Mapeamento das respostas tipificadas projetadas, aprovadas e em fase de implementação por Instituição.....	57
2.3 – Mapeamento das respostas atípicas por área de intervenção.....	58

2.3.1 – Serviços.....	58
2.3.2 – Projetos.....	66
2.4 – Caracterização global da rede de respostas e equipamentos no Município de Penafiel.....	72

Capítulo III – Análise Qualitativa por Áreas das Respostas Sociais

3.1 – Análise Qualitativa por Áreas das Respostas Sociais.....	77
3.1.1 – Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Infância e Juventude (Problemas).....	77
3.1.2 – Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Infância e Juventude (Necessidades).....	78
3.1.3 – Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Pessoas Idosas (Problemas).....	79
3.1.4 - Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Pessoas Idosas (Necessidades).....	80
3.1.5 – Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Família e Comunidade (Problemas).....	81
3.1.6 - Análise Qualitativa por Área da Resposta Social – Família e Comunidade (Necessidades).....	82
3.1.7 – Análise Qualitativa da Infância e Juventude/Pessoas Idosas/Família e Comunidade – Inovação.....	82
3.1.8 – Análise Qualitativa – Sustentabilidade.....	84
3.1.9 – Análise Qualitativa – Capacitação.....	86
3.1.10 – Análise Qualitativa dos Equipamentos para Pessoas com Deficiência.....	87

Capítulo IV – Georreferenciação das Respostas Sociais

4.1 – Georreferenciação das respostas e equipamentos sociais – Geral.....	90
4.1.1 – Georreferenciação – Creche.....	91
4.1.2 – Georreferenciação – Centro de Dia.....	92

4.1.3 – Georreferenciação – Centro de Convívio.....	93
4.1.4 – Georreferenciação – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	94
4.1.5 – Georreferenciação – Serviço de Apoio Domiciliário.....	95
4.1.6 – Georreferenciação – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.....	96
4.1.7 – Georreferenciação – Lar Residencial.....	97
4.2 – Áreas de Influência e Cobertura do território.....	98
4.2.1 – Área de Influência e Cobertura – Creche.....	98
4.2.2 – Área de Influência e Cobertura – Centro de Dia.....	99
4.2.3 – Área de Influência e Cobertura – Centro de Convívio.....	100
4.2.4 – Área de Influência e Cobertura – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	101
4.2.5 – Área de Influência e Cobertura – Serviço de Apoio Domiciliário.....	102
4.2.6 – Área de Influência e Cobertura – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão... 103	
4.2.7 – Área de Influência e Cobertura – Lar Residencial.....	104

Capítulo V – Mapeamento das Respostas Sociais Projetadas em fase de Implementação

5.1 – Mapeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais projetadas e em fase de Implementação.....	107
5.1.1 – Georreferenciação – Creche.....	107
5.1.1.1 – Área de Influência e Cobertura – Creche.....	108
5.1.2 – Georreferenciação – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	109
5.1.2.1 – Área de Influência e Cobertura – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	110

Capítulo VI – Planejamento Prospetivo da Rede de Respostas e Equipamentos Sociais

6.1 – Análise das Taxas de cobertura/Taxas de Procura/Taxas de Ocupação do total das respostas sociais – situação atual.....	112
6.1.1 – Análise das Taxas de Cobertura do total das Respostas Sociais.....	113
6.1.2 – Análise das Taxas de Ocupação das Respostas Sociais.....	114
6.1.3 – Análise das Taxas de Procura das Respostas Sociais.....	115
6.1.4 – Taxas de Cobertura – Respostas aprovadas em fase de implementação versus taxas de cobertura atual.....	115
6.2 – Tabela síntese final das respostas sociais segundo a sua prioridade.....	117
6.3 – Projeção de necessidades futuras das respostas sociais.....	118

6.4 – Síntese da Proposta de Cobertura de Respostas e Equipamentos Sociais do Município de Penafiel.....	124
Considerações Finais	126
Índice de Tabelas	129
Índice de Gráficos	132
Siglas e Acrónimos	133

Sumário Executivo

A Carta Social Municipal, produto de um detalhado estudo de investigação social, tem como finalidade sistematizar e mapear os equipamentos sociais, para *"garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade adequados à satisfação das reais necessidades sociais"* (in Portaria 66/2021, de 17 de Março). A emergência de várias problemáticas, a complexidade da intervenção social, a transversabilidade das respostas e a necessidade de adequar e aproximar a rede local de serviços e equipamentos às reais necessidades dos cidadãos, implica um aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos serviços e respostas sociais, justificando a sua atualização.

Neste estudo foram analisadas as principais variáveis estruturantes da rede de equipamentos e serviços sociais existentes no concelho de Penafiel, optando por valorizar os serviços e equipamentos mais relevantes para as Instituições e para os cidadãos, assim como para a tomada de decisão ao nível de orientação das políticas públicas e do esforço de financiamento público.

Foi feita uma adequada pesquisa ao nível da informação administrativa fornecida pelo Centro Distrital da Segurança Social do Porto (CDSS), pela Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde (DASIS), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG), juntamente com a recolha de informação complementar através da aplicação de inquéritos por questionário às Instituições sociais públicas e privadas do concelho. Esta informação foi devidamente analisada e tratada estatisticamente, o que possibilitou uma análise mais concreta ao nível da caracterização das necessidades da população em conformidade com as respostas sociais, assim como com a procura de soluções futuras adequadas.

Quanto à estrutura da Carta Social, está dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado todo o levantamento estatístico segundo as grandes áreas de intervenção, respeitantes à Infância e Juventude, às Pessoas Adultas e à Família e Comunidade, atualizado segundo os Censos 2021. No segundo capítulo são identificadas todas as valências da rede solidária, privada e pública, bem como a capacidade das respostas sociais, o número de utentes, a identificação dos lugares com acordos e sem acordos com a Segurança Social e respetivas listas de candidatos. São apresentadas ainda as taxas de cobertura, taxas de ocupação e taxas de procura de cada resposta social. O terceiro capítulo reflete o trabalho de auscultação feito com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, segundo as áreas de intervenção, abordando temáticas como a capacitação, a sustentabilidade e as intenções de futuras candidaturas a serem desenvolvidas por cada instituição. O quarto e quinto capítulo dizem respeito à georreferenciação das respostas sociais com discriminação das áreas de influência e cobertura do território, onde são mapeadas as necessidades de equipamentos e respostas sociais prioritárias, através do sistema de informação geográfica. Por fim, no sexto capítulo é apresentado o planeamento prospetivo da rede de respostas e equipamentos sociais, tendo em conta as taxas de cobertura, as projeções de necessidades futuras e a proposta de cobertura de respostas e equipamentos sociais do Município de Penafiel.

O conjunto das informações expressas na Carta Social Municipal reporta-se ao ano de 2021/2022 e engloba os equipamentos e serviços sociais localizados nas 28 freguesias do concelho de Penafiel, pertencentes a entidades públicas e privadas, Instituições/Associações com e sem fins lucrativos e organizações religiosas.

A Carta Social Municipal

Segundo a Portaria n.º 66/2021 de 17 de março, “a Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território. Com o desenvolvimento deste instrumento de planeamento visou-se a criação de espaços social e territorialmente coesos, com uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade.

Com a presente portaria criam-se as «Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais», regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Os órgãos municipais e os órgãos das entidades intermunicipais respetivamente elaboram as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível de equipamentos sociais, assim como assegurar a articulação entre os instrumentos de gestão territorial municipal e as prioridades definidas a nível nacional e regional. Este instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais é também de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos que respondam adequadamente às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Em função das necessidades diagnosticadas, visa-se a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, devendo as entidades públicas e da Administração local articular a sua ação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

Nota Metodológica

Compete à Câmara Municipal o acompanhamento da execução da carta social municipal, bem como a elaboração e envio obrigatório aos serviços competentes da segurança social de relatórios de evolução da carta, com uma periodicidade, pelo menos, bienal. Os relatórios a que se refere devem incidir sobre a evolução da rede de serviços e equipamentos sociais constantes na carta social municipal, identificando os serviços e equipamentos sociais que se encontrem em funcionamento e a respetiva capacidade, assim como os equipamentos sociais que se encontrem em fase de construção ou em fase anterior a esta e a respetiva capacidade.

Cabe aos competentes serviços da segurança social atualizar as taxas de cobertura.

A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período.

A metodologia utilizada, para a elaboração do documento consistiu na:

- Constituição de uma equipa a partir da CIM – Tâmega e Sousa (Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa), que contratualizou um consultor externo para o acompanhamento das Cartas Sociais, onde a construção do documento esteve sob a responsabilidade das equipas técnicas integradas nas Autarquias, que compõe as Redes Sociais dos 11 Municípios;

- Levantamento estatístico dos principais indicadores que caracterizam o público-alvo de cada resposta social;

- Reuniões presenciais e on-line entre as equipas dos Municípios, o consultor externo e a equipa que liderava o processo na CIM – Tâmega e Sousa;

- Realização de reuniões para a abordagem qualitativa das respostas sociais com as IPSS de cada concelho, onde foram realizadas, entre outras, a técnica da nuvem de problemas (identificação e priorização dos problemas e necessidades para cada público-alvo dos respetivos equipamentos, bem como a identificação de medidas de inovação e de sustentabilidade);

- Reunião com os técnicos do Sistema de Informação Geográfica de cada Município, o técnico da CIM, os técnicos da área social e o consultor externo;

- Foram aplicados inquéritos por questionário a todas as Instituições com valências, onde foi feita a sua caracterização em termos de identificação geográfica, capacidade, utentes, acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS) e existência de listas de espera/candidatos.

- Reunidas todas as análises quantitativas e qualitativas, o documento é remetido aos parceiros do CLAS para que, após as alterações que entendam por necessárias e respetiva validação, é devolvido à Câmara Municipal para submissão à Assembleia Municipal.

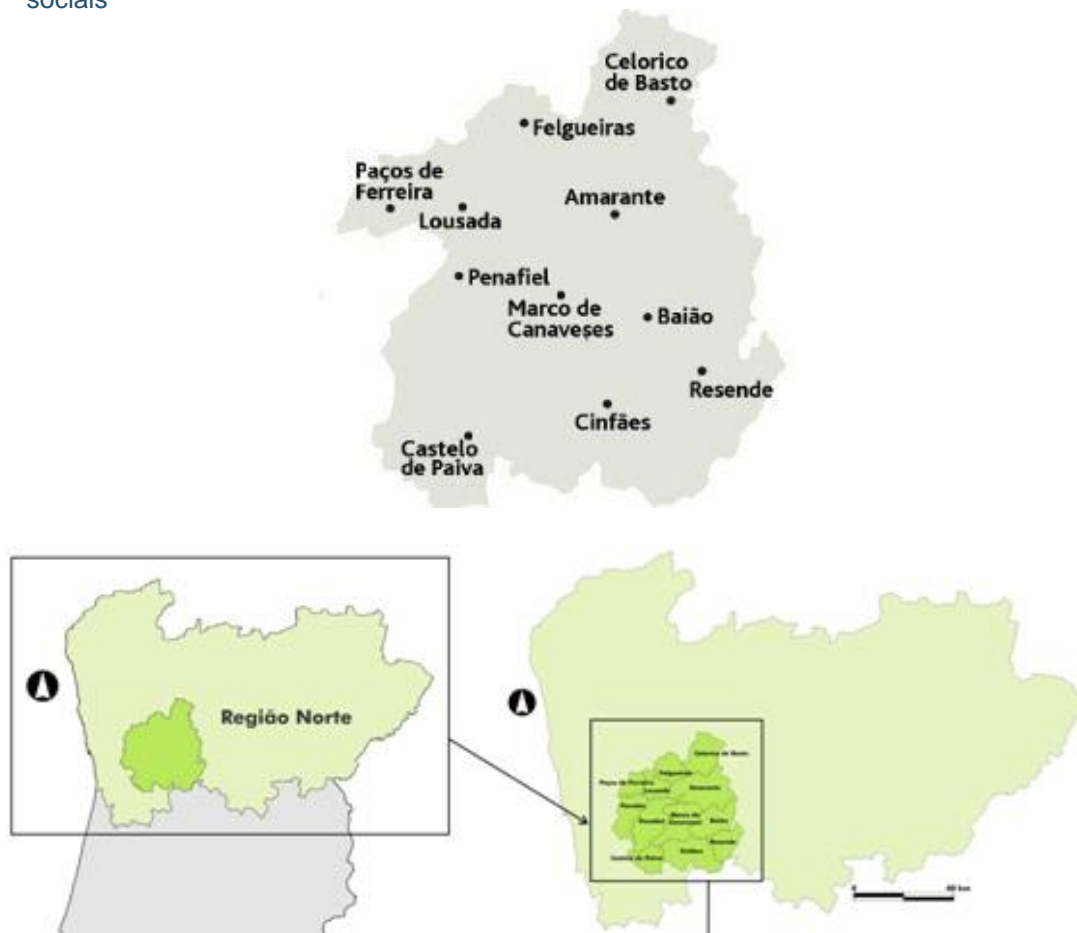
- Após a aprovação pela Assembleia Municipal o documento é enviado para o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública e para o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, conforme o disposto no ponto 4 do Artigo 6º da Portaria nº 66/2021 de 17 de março.

Capítulo I - Diagnóstico Sócio-Territorial

Principal Fonte de Dados: Instituto Nacional de Estatística (INE)/PORDATA

Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde (DASIS) – C.M.Penafiel

1.1. Indicadores sócio demográficos relacionados com as áreas de intervenção das respostas e equipamentos sociais



O concelho de Penafiel localiza-se na região Norte, subregião do Tâmega e Sousa, distrito do Porto.

A subregião do Tâmega e Sousa faz parte da região Norte.

O seu núcleo principal integra-se no distrito do Porto, mas inclui ainda concelhos do distrito de Braga, do distrito de Viseu e do distrito de Aveiro. Limita a norte com o Ave e o Alto Trás-os-Montes, a leste com o Douro, a sul com o Dão-Lafões e Entre Douro e Vouga e a oeste com o Grande Porto. Tem uma localização privilegiada, próxima de importantes centros urbanos o que facilita o acesso a mercados e serviços importantes e ao aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro.

A economia é dominada pelo setor industrial, com destaque para a indústria extrativa, do têxtil, do calçado e do mobiliário. No entanto, a região também possui um setor agrícola importante, com a produção de vinhos, frutas e legumes. A atividade turística tem vindo a aumentar, com destaque para o turismo na natureza e para o turismo cultural.

Tem uma área de 1 832 km², uma densidade populacional de 222,6 indivíduos por km² e uma população de 408 637 habitantes. Compreende 11 concelhos: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende.

Penafiel é sede do município com 212,82 km² de área, **69 629** habitantes, com uma densidade populacional de



327,5 habitantes por Km², subdividido em 28 freguesias: Penafiel (Santa Marta, Novelas, Santiago de Sub-Arrifana, Marecos, Milhundos, Penafiel); Termas de S. Vicente (Pinheiro, S. Miguel de Paredes e S. Paio da Portela); Guilhufe e Urrô; União de freguesias de Luzim e Vila Cova; Lagares e Figueira; Abragão; Boelhe; Bustelo; Cabeça Santa; Canelas; Capela; Castelões; Croca; Duas Igrejas; Eja; Fonte Arcada; Galegos; Irivo; Oldrões; Paço de Sousa; Peroselo; Rans; Rio de Moinhos; Rio Mau; S. Mamede de Recezinhos; S. Martinho de Recezinhos; Sebolido e Valpedre.

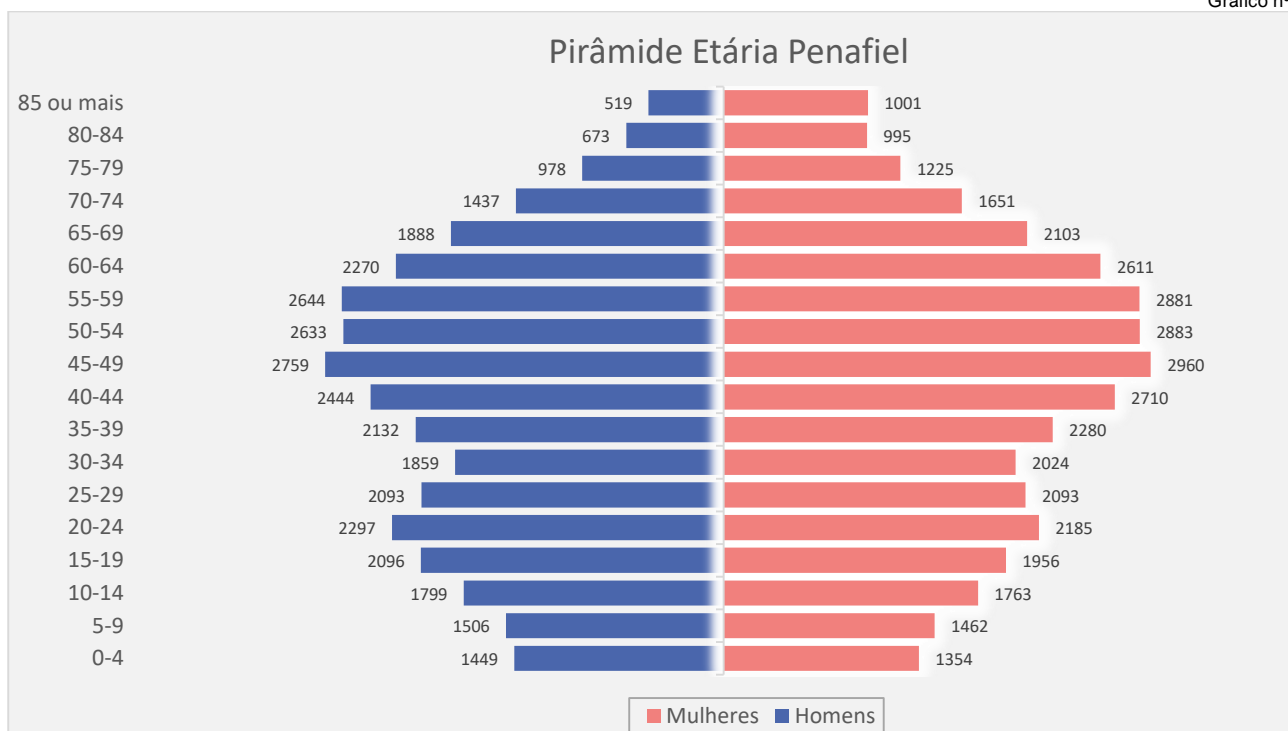
O município é limitado a norte pelo município de Lousada e por Amarante, a leste pelo Marco de Canaveses, a sul por Castelo de Paiva e a oeste por Gondomar e Paredes.

Penafiel localiza-se na parte central do distrito do Porto, numa zona interfluvial, Entre-os-Rios, o Tâmega e o Sousa que afluem para o Douro. Dista cerca de 35 Km da sede distrital.

A indústria extrativa, a construção civil e o comércio e serviços empregam grande número de trabalhadores, bem como as empresas sedeadas nas áreas industriais, só ultrapassada pelo comércio e serviços, confirmando a tendência terciária, sobretudo do centro urbano.

Pirâmide etária do concelho de Penafiel

Gráfico nº1



Fonte: INE, 2021

Por forma a analisar as tendências registadas pela população, torna-se pertinente observar o volume de indivíduos de uma determinada localização geográfica, que se encontram distribuídos por idade e género. A estruturação destes dados resulta no gráfico nº1, denominado por pirâmide etária, que ressalta a evolução da população, tendo em linha de conta o seu envelhecimento ou rejuvenescimento. Esta pirâmide organiza o volume populacional de um determinado território em três secções - a base que espelha a população jovem, o centro que retrata a população adulta ativa e, ainda, o topo que reflete o número de pessoas idosas.

Penafiel possui uma pirâmide etária tendencialmente envelhecida, que se caracteriza por ter a base e o topo mais estreitos do que a classe dos adultos.

Através da análise dos valores registados pode constatar-se que o grupo dos indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e 49 anos possui maior expressão no seio da população penafidense. Por contraposição, o grupo das pessoas idosas (acima dos 80 anos) apresenta os valores mais baixos de toda a pirâmide etária. Pese embora, este último grupo registe valores inferiores aos restantes, denota-se um envelhecimento populacional, por consequência da natural renovação das gerações. Assim sendo, o topo da pirâmide será substituído pela população que atualmente se encontra no grupo dos adultos ativos. Combinando o facto de este último grupo ser o mais expressivo, com o facto de a taxa de natalidade ter vindo a decrescer e o índice de longevidade a aumentar, a pirâmide etária tenderá a assumir uma estrutura invertida.

População residente segundo os Censos: total e por sexo - 2021 e respetiva taxa de variação 2011-2021

Tabela nº1

Localização NUTIII/ Concelho/Freguesias	População Residente			
	HM	H	M	Taxa de Variação 2011-2021
	2021			
	N.º	N.º	N.º	
Tâmega e Sousa	408637	197044	211593	-5,61
Penafiel (concelho)	69629	33478	36151	-3,65
Abragão	2311	1150	1161	-1,28
Boelhe	1532	717	815	-6,70
Bustelo	1682	812	870	-0,88
Cabeça Santa	2354	1152	1202	-6,88
Canelas	1579	783	796	-4,24
Capela	964	449	515	-7,66
Castelões	1364	645	719	-2,36
Croca	1792	898	894	1,30
Duas Igrejas	2255	1073	1182	-8,56
Eja	863	410	453	-16,78
Fonte Arcada	1459	709	750	-7,89
Galegos	2584	1278	1306	-3,18
Guilhufe e Urrô	3845	1843	2002	-3,90
Irivo	2100	1004	1096	-3,76
Lagares e Figueira	2780	1356	1424	-3
Luzim e Vila Cova	1539	750	789	-6,16
Oldrões	1954	916	1038	-2,50
Paço de Sousa	3838	1834	2004	-1,36
Penafiel	15676	7369	8307	0,80
Perozelo	1317	624	693	-2,15
Rans	1804	880	924	-5,75
Recezinhos (São Mamede)	1364	638	726	-5,21
Recezinhos (São Martinho)	1708	830	878	-4,63
Rio de Moinhos	2536	1239	1297	-12,13
Rio Mau	1340	672	668	-4,76
Sebolido	823	401	422	-10,45
Termas de São Vicente	4758	2300	2458	-5,37
Valpedre	1508	746	762	-4,31

Fonte: INE 2021

De acordo com o Censos 2021, o concelho de Penafiel representa 17% do total da população residente do Tâmega e Sousa. O concelho é assim, constituído por 69.629 habitantes, sendo 33.478 do género masculino e 36.151 do género feminino.

Nos últimos 10 anos, a população residente em Penafiel reduziu-se em 2.636 pessoas, representando um decréscimo populacional de 3,6%. As únicas freguesias que se destacam pelo acréscimo populacional são Croca (1,3%) e Penafiel (0,8%). Pela maior perda da população, destacam-se as freguesias de Eja (-16,7%), e de Rio de Moinhos (-12,1%).

As freguesias do concelho com maior número de população residente são Penafiel (15.676), Termas de S. Vicente (4.758) e Guilhufe e Urrô (3.845). As menos populosas são as freguesias de Sebolido (823) e de Eja (863).

Em termos de estrutura etária, observa-se alterações acentuadas na diminuição da população jovem e no aumento da população idosa.

Total da População residente segundo os Censos por grupos etários, comparação intercensitária 2011-2021 Nacional, região Norte, sub-região Tâmega e Sousa, concelho Penafiel e Freguesias

Tabela nº2

Local de residência	Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%) por Local de residência, Sexo e Grupo etário				
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
	%	%	%	%	%
Portugal	-2,07	-15,34	-5,16	-5,70	20,58
Norte	-2,79	-21,01	-9,38	-6,02	28,32
Tâmega e Sousa	-5,61	-29,71	-13,72	-4,69	27,75
Penafiel	-3,65	-26,65	-11,90	-3,11	34,57
Abragão	-1,28	-24,53	-3,36	0,49	27,49
Boelhe	-6,70	-37,39	-10,39	-1,46	26,32
Bustelo	-0,88	-14,40	-19,92	2,83	15,15
Cabeça Santa	-6,88	-34,52	-8,96	-6,56	40,21
Canelas	-4,24	-32,06	-7,73	-5,36	42,38
Capela	-7,66	-26,32	-31,33	-3,66	28,57
Castelões	-2,36	-18,52	-3,05	-10,05	49,74
Croca	1,30	-27,06	-2,48	6	30,39
Duas Igrejas	-8,56	-36,55	-16,22	-3,68	31,27
Eja	-16,78	-37,50	-25,98	-16,52	8
Fonte Arcada	-7,89	-42,20	-12,61	-3,43	26,90
Galegos	-3,18	-19,32	-14,01	-3,10	35,88
Guilhufe e Urrô	-3,90	-31,87	-7,66	-6,94	59,55
Irivo	-3,76	-22,83	-21,25	-2,77	34,14
Lagares e Figueira	-3	-22,53	-14,18	0,06	25,21
Luzim e Vila Cova	-6,16	-36,86	-2,75	1,06	4,26
Oldrões	-2,50	-31,49	6,72	-1	33,18
Paço de Sousa	-1,36	-18,09	-18,98	-3,63	47,04
Penafiel	0,80	-14,91	-14,10	-0,62	37,38
Perozelo	-2,15	-18,08	-16,83	1,36	27,81
Rans	-5,75	-33,25	-3,68	-2,33	33,53
Recezinhos (São Mamede)	-5,21	-32,72	-13,33	-3,20	34,21
Recezinhos (São Martinho)	-4,63	-20,58	-23,33	-5,18	37,71
Rio de Moinhos	-12,13	-39,57	-25,23	-8,06	24,04
Rio Mau	-4,76	-27,98	28,35	-14	38,05
Sebolido	-10,45	-29,05	-2,94	-14,08	24,35
Termas de São Vicente	-5,37	-35,79	-5,22	-5,55	45,83
Valpedre	-4,31	-31,78	-9,27	4,12	18,75

Fonte: INE 2021

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da população em todos os grupos etários até aos 24 anos, evidenciando-se particularmente nas idades entre os 0 e os 14 anos. A faixa etária dos 25 aos 64 anos apresenta uma perda em todas as freguesias com a exceção de 7 freguesias do total das 28. Agravou-se o fenómeno do envelhecimento da população, com o aumento expressivo da população idosa e a diminuição acentuada da população jovem.

1.1.1. Infância e Juventude

População residente 2021: total e por grupo etário dos 0-14 anos

Tabela nº3

Localização	Total	0 - 14 anos	Tx variação 2011-2021
	N.º	N.º	%
Tâmega e Sousa	408675	52124	-29,71
Penafiel (concelho)	69630	9357	-26,65
Abragão	2311	360	-24,53
Boelhe	1532	206	-37,39
Bustelo	1682	208	-14,40
Cabeça Santa	2354	313	-34,52
Canelas	1579	195	-32,06
Capela	964	126	-26,32
Castelões	1364	176	-18,52
Croca	1792	248	-27,06
Duas Igrejas	2255	316	-36,55
Eja	863	100	-37,50
Fonte Arcada	1459	163	-42,20
Galegos	2584	401	-19,32
Guilhufe e Urrô	3845	466	-31,87
Irivo	2100	267	-22,83
Lagares e Figueira	2780	416	-22,53
Luzim e Vila Cova	1539	197	-36,86
Oldrões	1954	285	-31,49
Paço de Sousa	3838	489	-18,09
Penafiel	15677	2088	-14,91
Perozelo	1317	213	-18,08
Rans	1804	265	-33,25
Recezinhos (São Mamede)	1364	183	-32,72
Recezinhos (São Martinho)	1708	247	-20,58
Rio de Moinhos	2536	307	-39,57
Rio Mau	1340	157	-27,98
Sebolido	823	105	-29,05
Termas de São Vicente	4758	626	-35,79
Valpedre	1508	234	-31,78

Fonte: INE 2021

Por comparação aos últimos censos (2011) verificou-se uma perda de população no concelho de 26,65% na faixa etária dos 0 aos 14 anos e conseqüentemente em todas as freguesias, onde há um decréscimo de 3 399 crianças e jovens, face ao mesmo período. As freguesias com maior perda de população nesta faixa etária são Fonte Arcada (-42,20), Rio de Moinhos (-39,57), Eja (-37,50) e Boelhe (-37,39). As freguesias que registam a menor perda são as freguesias de Penafiel (-14,91), Bustelo (-14,40), Peroselo (-18,08) e Paço de Sousa (-18,09).

Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório

Tabela nº4

Anos	Saldo total		Saldo natural		Saldo migratório	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	-30 323,0	-19 578,0	-5 992	-45 220	-24 331	41 274
Norte	-6 361,0	-5 928,0	-54	-12 290	-6 308	4 207
Tâmega e Sousa	-394,0	-1 581,0	613	-939	-1 007	- 1 007
Penafiel	-103,0	-204,0	155	-75	-258	-180

Fonte: INE, 2011 e 2021

O Saldo Natural é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo. Há 10 anos, Penafiel apresentava um saldo natural positivo que refletia o número de nascimentos superior ao número de mortes, realidade que já não se verifica atualmente, cujo saldo é negativo (-75).

Pela primeira vez na evolução demográfica recente, Penafiel apresenta um **saldo natural** negativo com uma diferença considerável face aos últimos Censos. Estamos perante a consequência de um declínio demográfico em todos os parâmetros de referência, com a exceção do saldo migratório, que apesar de negativo, denota um ligeiro aumento face a 2011. Penafiel apresenta um saldo negativo em todas as dimensões, até mesmo no saldo migratório (diferença entre a imigração e a emigração) cuja diferença tem vindo a diminuir desde 2011.

O concelho de Penafiel apresenta um saldo negativo face ao **movimento migratório**, denotando-se uma saída em média de 180 residentes no ano de 2021. Salienta-se ainda que, no decorrer dos anos, denota-se um decréscimo da população que sai do concelho, por contraposição àquela que entra.

Nados-vivos de mães residentes em Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel: total e por grupo etário da mãe

Tabela nº5

Anos	Grupos etários										
	Total		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 ou mais
	2011	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Portugal	96 856	79 582	16	1 483	7 546	17 233	26 384	20 160	6 235	485	38
Norte	31 525	24 825	5	367	2 126	5 246	8 630	6 446	1 872	126	7
Tâmega e Sousa	3 806	2 768	0	45	283	735	959	581	154	10	1
Penafiel	642	549	0	9	61	140	173	132	32	1	1

Fonte: INE, 2011 e 2021

As mulheres têm hoje menos filhos e mais tarde, sendo de 28,1 anos a idade média ao nascimento do primeiro filho. Portugal pertence hoje ao grupo de países que tem a taxa de fecundidade mais baixa. O concelho regista uma diminuição de 93 nados-vivos de mães residentes face aos censos anteriores. O grupo etário com maior representatividade é o das mães que se situam na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, facto comum no país, região Norte e sub-região do Tâmega e Sousa.

Nados-vivos de mães residentes em Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel: total e por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe

Tabela nº6

	Nível de escolaridade													
	Total		Sem nível de escolaridade		Básico / 1º ciclo		Básico / 2º ciclo		Básico / 3º ciclo		Secundário		Superior	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	96 856	79 582	508	181	3 916	1 375	10 332	3 371	20 272	11 270	28 651	26 619	31 510	31 617
Norte	31 525	24 825	95	29	1 389	314	4 562	1 035	7 216	3 816	8 488	8 632	9 421	10 060
Tâmega e Sousa	3 806	2 768	8	5	283	50	863	171	1 140	660	895	1 031	593	718
Penafiel	642	549	1	1	43	10	137	36	203	122	144	219	113	152

Fonte: INE, 2011 e 2021

O quadro acima reflete o nível de escolaridade mais elevado das mães residentes nas 3 unidades de referência e no concelho de Penafiel. É possível concluir que o nível de escolaridade das progenitoras tem vindo a aumentar, uma vez que se denota que o nível de escolaridade predominante completo das mães no concelho nos censos 2011 era o 3º ciclo do ensino básico, com 203 nados-vivos, em contrapartida com a predominância atual, está o ensino secundário, com mães residentes apontando para 219 nados-vivos.

Taxa de fecundidade por grupo etário da mãe

Tabela nº7

	Grupos etários															
	Total		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	38,6	35,8	13,3	5,8	40,5	27,6	75,1	64,1	86,3	93,1	45,3	61,1	9,3	15,9	0,4	1,3
Norte	34,6	32,0	10,3	4,1	35,5	21,6	72,1	55,1	81,7	87,4	39,8	56,5	7,8	14,0	0,3	0,9
Tâmega e Sousa	33,9	29,9	10,3	4,0	44,8	22,2	84,5	62,3	72,5	84,2	33,0	44,5	6,1	10,2	0,3	0,6
Penafiel	33,5	33,9	9,7	4,6	48,0	27,9	74,7	66,9	76,0	85,5	32,2	57,9	4,7	11,8	0,0	0,7

Fonte: INE, 2011 e 2021

A presente situação demográfica tem como principal origem a diminuição da taxa de fecundidade. Assistimos a uma diminuição em todas as unidades de referência, com a exceção no concelho de Penafiel, cuja taxa subiu 0,4%, por comparação aos censos de 2011.

As mulheres têm hoje menos filhos e mais tarde, sendo em Penafiel, a faixa etária das mães dos 30 aos 34 aquela que tem maior representatividade no que toca à taxa de fecundidade. Uma outra análise que deve ser realçada é o facto de nos últimos 10 anos, a taxa de fecundidade das mães da faixa etária dos 35 aos 39 anos ter aumentado expressivamente na ordem dos 25.7 pontos percentuais, cujo valor de 32.2, passa para uma taxa de 57.9.

Taxa Bruta de Natalidade

Tabela nº8

Anos	Taxa bruta de natalidade	
	2011	2021
Portugal	9,2	7,7
Norte	8,5	6,9
Tâmega e Sousa	8,8	6,8
Penafiel	8,9	7,9

Fonte: INE, 2011 e 2021

Em Penafiel, é possível constatar que a taxa de natalidade é superior à taxa nacional, à região Norte e subregião do Tâmega e Sousa, em cerca de 0.2%, 1%, 1.1% respetivamente.

Famílias clássicas segundo os censos: total e por número de indivíduos

Tabela nº9

Anos	Famílias clássicas por número de indivíduos									
	Total		1 elemento		2 elementos		3 elementos		5 ou + elementos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4 043 726	4 149 096	866 827	1 027 871	1 277 558	1 382 996	1 818 875	894 451	80 466	231 917
Norte	1 330 892	1 380 696	228 923	290 181	390 608	450 114	679 076	328 279	32 285	85 220
Tâmega e Sousa	143 935	148 154	17 506	24 756	36 731	44 811	85 331	38 513	4 367	10 731
Penafiel	23 794	25 182	2 710	4 190	5 890	7 446	14 447	6 535	747	1 827

Fonte: INE, 2011 e 2021

Por família clássica entende-se uma ou mais pessoas que residam no mesmo alojamento, independentemente de quaisquer relação entre as pessoas e/ou da interdependência económica (INE, 2003).

Entre o total de famílias clássicas existentes em Penafiel, verifica-se um aumento no total do número de famílias clássicas por comparação aos últimos Censos 2011 (+ 1388 famílias), cuja família que prevalece em relação à sua dimensão, é a família composta por 2 elementos. Ainda no mesmo período, denota-se uma quebra acentuada nas famílias compostas por 3 elementos (- 7912), por contraposição às famílias compostas por 1 elemento (+1480), e por 5 ou mais elementos (+1080).

Famílias clássicas unipessoais

Entende-se por família unipessoal a família que é composta por apenas uma pessoa.

Segundo a tabela abaixo, denota-se um aumento significativo no número de pessoas que vivem sozinhas na última década, em todas as unidades de referência, onde Penafiel não é exceção. Por comparação aos Censos de 2011, houve um aumento de 5.2 pontos percentuais. Na última década, o número de agregados domésticos constituídos apenas por uma pessoa aumentou, passando a representar 16.6% do total de famílias penafidelenses.

Tabela nº10

Anos	Famílias clássicas unipessoais			
	2011		2021	
Portugal	866 827	21,4%	1 027 924	24,8%
Norte	228 923	17,2%	290 218	21,0%
Tâmega e Sousa	17 506	12,2%	24 767	16,7%
Penafiel	2 710	11,4%	4 191	16,6%

Fonte: INE, 2011 e 2021

Núcleos Familiares Monoparentais

Tabela nº11

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021)			
	Total		Pai com filhos	Mãe com filhos
	Total			
	2011	2021	N.º	N.º
Penafiel	2481	3330	423	2907
Abragão	53	78	14	64
Boelhe	67	84	11	73
Bustelo	61	75	13	62
Cabeça Santa	79	100	9	91
Canelas	42	49	8	41
Capela	31	37	2	35
Castelões	48	52	6	46
Croca	64	77	5	72
Duas Igrejas	72	102	15	87
Eja	39	43	6	37
Fonte Arcada	45	51	11	40
Galegos	84	112	18	94
Guilhufe e Urrô	135	194	26	168
Irivo	80	114	13	101
Lagares e Figueira	87	102	14	88
Luzim e Vila Cova	36	60	9	51
Oldrões	74	101	12	89
Paço de Sousa	118	185	24	161
Penafiel	689	955	105	850
Perozelo	49	58	5	53
Rans	69	77	12	65
Recezinhos (São Mamede)	50	88	9	79
Recezinhos (São Martinho)	63	68	9	59
Rio de Moinhos	79	108	14	94
Rio Mau	42	58	9	49
Sebolido	25	36	7	29
Termas de São Vicente	163	203	28	175
Valpedre	37	63	9	54

Fonte: INE, 2011 e 2021

Relativamente aos núcleos familiares monoparentais destacam-se, no concelho, os constituídos pela progenitora com filhos, que representam cerca de 87% do total da monoparentalidade no concelho. É possível verificar que as famílias monoparentais têm maior representatividade nas freguesias de Penafiel, Termas de S. Vicente, Guilhufe e Urrô e Paço de Sousa. Verifica-se ainda que o número de famílias constituídas por progenitor com filhos acentua-se mais nas freguesias de Penafiel e Termas de S. Vicente. O concelho teve um acréscimo de famílias monoparentais de +849 agregados por comparação aos censos 2011.

Abono de família para crianças e jovens da segurança social: número de beneficiários

Tabela nº12

Localização	Beneficiários	
	2011	2021
Anos		
Portugal	893 650	799 535
Norte	363 407	280 339
Tâmega e Sousa	56 118	40 347
Penafiel	9 218	7 009

Fonte: INE, 2011 e 2021

Beneficiário de abono de família é a pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos. O Abono de Família para crianças e jovens é uma prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares

relativos ao sustento e educação das crianças e jovens.

Pelo quadro, é possível verificar que houve um decréscimo no número de beneficiários da prestação em todas as unidades de referência, cujo valor em Penafiel é de 7 009, cuja diferença face aos Censos de 2011 é de -2 209 beneficiários.

1.1.1.1 - Crianças com Deficiência

Nº de beneficiários com lançamento de subsídio por assistência a filho com deficiência 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel

Tabela nº13

Local	Nº de Beneficiários	
	2021	2022
Tâmega e Sousa (7 municípios, faltam 4)	108	98
Penafiel	25	18

Fonte: CDSSPorto, 2021 e 2022

Prestação atribuída ao pai/mãe ou a outro titular do direito de parentalidade, para prestar assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, integrado no agregado familiar, se o outro progenitor trabalhar, não pode pedir o subsídio pelo mesmo motivo e/ou estiver impossibilitado de prestar assistência.

Em todo o concelho de Penafiel, foram registados 25 beneficiários de subsídio por assistência a filho com deficiência durante o ano civil de 2021. Em 2022 houve um decréscimo de 7 beneficiários, diminuindo para 18 o número de pessoas que recebem a mesma prestação.

Nº de Titulares de Bonificação por Deficiência 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel

Tabela nº14

Local	Nº de Titulares	
	2021	2022
Tâmega e Sousa (7 municípios, faltam 4)	5.885	2.891
Penafiel	1.218	625

Fonte: CDSSPorto, 2021 e 2022

A bonificação por deficiência é um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens que é atribuído quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatômica, à criança ou jovem que necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.

No ano civil de 2021, o número de titulares a receberem bonificação por deficiência era de 1218, tendo diminuído abruptamente para metade no ano seguinte.

Nº de Titulares de Subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial em 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel

Tabela nº15

Local	Nº de Titulares	
	2021	2022
Tâmega e Sousa (7 municípios, faltam 4)	2.891	1.548
Penafiel	625	340

Fonte: CDSSPorto, 2021 e 2022

O subsídio por frequência em estabelecimento de Educação Especial é uma prestação pecuniária paga mensalmente que se destina a assegurar a compensação de encargos resultantes da aplicação de formas específicas de apoio a crianças e jovens com deficiência, designadamente a frequência de estabelecimentos adequados. Em 2021 o número de titulares em Penafiel era de 625, diminuindo consideravelmente em 2022 para 340 crianças e jovens.

1.1.1.2 Crianças e Jovens em situação de perigo

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma entidade oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e de prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetarem a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, deliberando com imparcialidade e independência (Lei 147/99, de 1 de Setembro).

As CPCJ são entidades baseadas numa lógica de parceria local e emanação da própria comunidade com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem através de princípios máximos, como seja, o interesse superior da criança e do jovem, privacidade, intervenção precoce, intervenção mínima, proporcionalidade e atualidade, responsabilidade parental, prevalência da família, obrigatoriedade de informação, audição obrigatória, participação e subsidiariedade, conforme o preceituado no artigo 4.º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro.

Intervém em situações de crianças e jovens com menos de 18 anos de idade, podendo ir até aos 21 anos de idade, nos casos de jovens que tenham solicitado a continuação da intervenção antes de atingirem a maioridade, através da aplicação de medidas de promoção e proteção previstas na lei prestando: apoio junto dos pais, outro familiar ou pessoa idónea; apoio para autonomia de vida; acolhimento familiar ou institucional.

Apresenta-se os dados relativos ao ano 2021, cuja amostra se pretende que retrate um ano civil de referência da atividade da CPCJ.

Processos da CPCJ instaurados em 2021

Tabela nº16

Caraterização Processual (2021)					
Volume Processual Global	Número de Processos ativos	Número de Novos Processos Instaurados	Processos transitados do ano 2020	Número de processos reabertos	Transferência por alteração de Competência Territorial
382	182	157	152	75	3

Fonte: Relatório da CPCJ 2021 – Caraterização processual

Em termos do volume processual global da CPCJ de Penafiel, no ano de 2021, registou-se um volume total de 382 processos. Deste volume processual resultaram 157 novos processos de promoção e proteção instaurados, 152 autos que transitaram do ano de 2020, 75 processos que foram reabertos e 3 autos que foram transferidos, de acordo com o princípio da competência territorial.

Resultando assim, num total de 382 processos de promoção e proteção trabalhados pela CPCJ de Penafiel.

Problemáticas dominantes nos processos da CPCJ de Penafiel – Ano 2021

Gráfico nº2



Fonte: Relatório da CPCJ 2021

Relativamente à problemática mais sinalizada à CPCJ, no ano de 2021, foi “exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, onde se integra o indicador de perigo de “violência doméstica”, em 186 processos. Seguidamente encontra-se a problemática “Negligência: Falta de supervisão e acompanhamento familiar”, com 73 processos de promoção e proteção, e em terceiro lugar a

problemática “Criança/jovem que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento” com 49 autos.

No entanto, pela análise dos dados cedidos pela CPCJ de Penafiel, identificam-se 115 situações de perigo não especificadas, e que não cumprem os requisitos para a identificação nas principais problemáticas definidas em relatório anual pela Comissão Nacional.

1.1.2 – População Adulta

1.1.2.1 – Pessoas em Situação de Dependência

Relativamente ao público-alvo em análise, não foi possível fazer o levantamento de indicadores pelo facto dos Municípios não terem acesso aos mesmos.

1.1.2.2 – Pessoas Idosas

Nos últimos anos tem-se assistido a um processo de duplo envelhecimento das populações (conforme o demonstrado na pirâmide etária, Gráfico nº1) devido à diminuição do peso relativo da categoria dos jovens (0 - 14 anos) e ao aumento do peso relativo dos idosos (65 e mais anos) na estrutura etária dos países da Comunidade Europeia, onde Portugal não é exceção.

Estas alterações que também se têm vindo a refletir pela melhoria das condições sociais de vida das populações são devidas, principalmente, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina, à melhor cobertura da rede de saúde pública, entre outros factores.

Embora o envelhecimento das populações não constitua uma novidade, a sua particularidade reside não só no ritmo e na amplitude mas também na criação de novas dinâmicas que anunciam profundas transformações sociais. Independentemente das diferentes expressões nacionais e regionais que o fenómeno assume à escala europeia, esta também se manifesta ao nível dos países desenvolvidos.

Até meados da década de 60, Portugal ainda não sentia os efeitos do envelhecimento demográfico, mas no final do século XX, a estrutura da população portuguesa apresenta já traços de duplo envelhecimento.

O crescente envelhecimento exigirá alterações profundas da sociedade de forma a que os serviços sociais assegurem efetivamente às pessoas mais velhas condições de vida autónoma e novas possibilidades de mobilidade.

O aumento da esperança de vida exige, pois, políticas públicas de apoio a um envelhecimento ativo e saudável, o que implica uma reestruturação radical do processo de educação-trabalho-reforma, assim como do investimento em saúde, respostas sociais e mobilidade.

População Residente (Nº) e Taxa de Variação: com 65 anos ou +, Tâmega e Sousa, concelho e freguesias

Tabela nº17

Território	65 e mais anos	
	N.º	Tx Variação 2011-2021 (%)
Tâmega e Sousa	77924	27,75
Penafiel	12394	34,57
Abragão	422	27,49
Boelhe	240	26,32
Bustelo	304	15,15
Cabeça Santa	401	40,21
Canelas	299	42,38
Capela	171	28,57
Castelões	286	49,74
Croca	266	30,39
Duas Igrejas	340	31,27
Eja	189	8
Fonte Arcada	250	26,90
Galegos	409	35,88
Guilhufe e Urrô	710	59,55
Irivo	389	34,14
Lagares e Figueira	457	25,21
Luzim e Vila Cova	269	4,26
Oldrões	297	33,18
Paço de Sousa	744	47,04
Penafiel	3025	37,38
Perozelo	193	27,81
Rans	227	33,53
Recezinhos (São Mamede)	255	34,21
Recezinhos (São Martinho)	325	37,71
Rio de Moinhos	454	24,04
Rio Mau	283	38,05
Sebolido	143	24,35
Termas de São Vicente	856	45,83
Valpedre	190	18,75

Fonte: INE 2021

Um dos fatores que condiciona a demografia relacionada com a situação das pessoas idosas é o aumento da esperança de vida, com outro fator associado como o declínio da taxa de fecundidade, que provoca uma diminuição na base da pirâmide etária. Nos últimos 10 anos e segundo a taxa de variação, constata-se a existência de um aumento acentuado no número de pessoas acima dos 65 anos de idade, em todas as freguesias do concelho, com especial destaque para as freguesias de Guilhufe e Urrô (aumento de 59,55%), Castelões (aumento de 49,74%) e Paço de Sousa (aumento de 47,04%).

População residente: total e por pequenos grupos etários acima dos 65 anos

O aumento progressivo do número de pessoas idosas, sobretudo das muito idosas, tem aumentado também a probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, fazendo aumentar a necessidade de respostas sociais mais adequadas a estas situações.

Tabela nº18

Anos	Grupos etários											
	Total		65-69		70-74		75-79		80-84		85 ou mais	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	10 557 560	10 361 831	542 716	653 830	487 945	593 336	431 940	470 004	298 239	360 800	231 195	357 418
Norte	3 690 405	3 590 846	173 572	233 128	153 721	202 145	133 968	152 918	91 562	115 288	68 201	111 081
Tâmega e Sousa	433 143	408 491	16 442	23 999	15 055	19 091	13 242	14 057	8 882	11 142	6 113	10 063
Penafiel	72 279	69 605	2 602	3 990	2 296	3 088	2 016	2 203	1 289	1 668	891	1 520

Fonte: INE, 2011 e 2021

Índice de longevidade

Tabela nº19

	2011	2021
Portugal	48,3	48,8
Norte	47,3	46,6
Tâmega e Sousa	47,3	45,0
Penafiel	46,1	43,2

A longevidade está diretamente relacionada com as melhorias do estatuto económico e do capital social, incluindo a educação e o acesso aos cuidados de saúde primários e secundários, bem como às novas tecnologias médicas e à diminuição das desigualdades em saúde.

Fonte: INE, 2011 e 2021

O Índice de Longevidade é medido pela relação entre o total da população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos. Através da tabela, é possível verificar que houve um decréscimo nos indicadores relativos ao Índice de Longevidade em todas as unidades de referência. O concelho apresenta o índice mais baixo por relação aos valores nacionais, regionais e sub-regionais.

Índice de Sustentabilidade Potencial

Tabela nº20

	2011	2021
Portugal	3,5	2,7
Norte	4,0	2,9
Tâmega e Sousa	4,9	3,6
Penafiel	5,5	3,9

Fonte: INE, 2011 e 2021

O Índice de Sustentabilidade Potencial corresponde ao número de indivíduos em idade ativa por idoso que se traduz pela relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o

quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos. Penafiel apresenta o índice mais alto por comparação a todas as unidades de referência, ou seja por cada idoso existe 3.9 pessoas em idade ativa, valor que sofreu um decréscimo na última década de 1,6 pontos percentuais.

Índice de envelhecimento

Tabela nº21

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Índice de envelhecimento (N.º)	
	2011	2021
	N.º	N.º
Portugal	127,84	182,07
Norte	113,32	184,08
Tâmega e Sousa	82,26	149,51
Penafiel	72,20	132,46
Abragão	69,39	117,22
Boelhe	57,75	116,50
Bustelo	108,64	146,15
Cabeça Santa	59,83	128,12
Canelas	73,17	153,33
Capela	77,78	135,71
Castelões	88,43	162,50
Croca	60	107,26
Duas Igrejas	52,01	107,59
Eja	109,38	189
Fonte Arcada	69,86	153,37
Galegos	60,56	102
Guilhufe e Urrô	65,06	152,36
Irivo	83,82	145,69
Lagares e Figueira	67,97	109,86
Luzim e Vila Cova	82,69	136,55
Oldrões	53,61	104,21
Paço de Sousa	84,76	152,15
Penafiel	89,73	144,88
Perozelo	58,08	90,61
Rans	42,82	85,66
Recezinhos (São Mamede)	69,85	139,34
Recezinhos (São Martinho)	75,88	131,58
Rio de Moinhos	72,05	147,88
Rio Mau	94,04	180,25
Sebolido	77,70	136,19
Termas de São Vicente	60,21	136,74
Valpedre	46,65	81,20

Fonte: INE, 2011 e 2021

O Índice de Envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem.

De acordo com a tabela nº20, o concelho de Penafiel apresenta um Índice de Envelhecimento inferior ao registado a nível Nacional, na região Norte e na subregião do Tâmega e Sousa. Ainda assim, verifica-se um aumento bastante significativo em todo o concelho na última década, Penafiel passa de um índice de envelhecimento de 72.20 para 132.46, que se traduz por um aumento na ordem dos 54.5%. Penafiel acompanha a tendência de todas as unidades de referência. Os Censos registam o maior índice de envelhecimento nas freguesias de Eja (189), Rio Mau (180) e de Fonte Arcada (153), contrariamente às freguesias de Valpedre (81), Rans (86) e de Peroselo (91), que por sua vez registam o menor índice relativamente às restantes freguesias do concelho.

Taxa bruta de mortalidade

Tabela nº22

Corresponde ao número de óbitos ocorridos numa determinada região, para um determinado período de tempo

Local de residência	Taxa bruta de mortalidade (‰)	
	Período de referência dos dados (2)	
	2011	2020
	‰	‰
Portugal	9,7	12
Norte	8,6	11,2
Tâmega e Sousa	7,4	10,5
Penafiel	6,7	10,4

(geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado.

Perante a tabela, e por comparação aos Censos de 2011, verifica-se um significativo aumento da taxa de mortalidade em todas as unidades de referência, onde a maior subida revela-se na dimensão concelhia, com uma diferença de +3.7 percentuais. Ainda assim, o concelho apresenta a menor taxa de mortalidade em comparação à média Nacional, região norte e sub-região do Tâmega e Sousa.

Fonte: INE, 2011 e 2021

Pensões: CGA e da Segurança Social

Tabela nº23

Anos	Pensões			
	CGA		Segurança Social	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	3 535 431	-	2 943 654	2 977 307
Norte	1 091 584	-	951 831	1 002 002
Tâmega e Sousa	104 035	-	94 113	100 697
Penafiel	16 331	-	14 280	16 045

Fonte: INE, 2011 e 2021

Pensões da Segurança Social: Total, de Velhice, de Invalidez e de Sobrevivência

Tabela nº24

Anos	Pensões							
	Total		Velhice		Invalidez		Sobrevivência	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	2 943 654	2 977 307	1 951 031	2 070 069	282 706	173 866	709 917	733 372
Norte	951 831	1 002 002	621 019	699 336	102 226	62 150	228 586	240 516
Tâmega e Sousa	94 113	100 697	57 726	66 297	11 843	8 075	24 544	26 325
Penafiel	14 280	16 045	8 418	10 293	2 038	1 530	3 824	4 222

Fonte: INE, 2011 e 2021

Pensões da Segurança Social: valor médio das Pensões da Segurança Social, segundo o tipo de pensão

Tabela nº25

Local de residência	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência e Tipo de pensão; Anual			
	2021			
	Tipo de pensão			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º
Portugal	5845	5634	6717	3474
Norte	5432	5206	6220	3248
Tâmega e Sousa	4738	4886	5477	2867
Penafiel	5120	5026	6022	2992

Fonte: INE 2021

Valor médio das Pensões da Segurança Social

Tabela nº26

Local de residência	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual	
	2011	2021
	€/ N.º	€/ N.º
Portugal	4742	5845
Norte	4447	5432
Tâmega e Sousa	3927	4738
Penafiel	4219	5120

Fonte: INE, 2011 e 2021

O valor médio das pensões pagas aos Municípios penafidelenses é de 5120€ anuais, tendo assistido nos últimos 10 anos a um aumento do valor da sua reforma na ordem dos 900€. Por comparação às restantes unidades de referência, é possível verificar que o valor pago aos pensionistas penafidelenses é inferior à

média Nacional e à região Norte mas superior à média do valor da sub-região do Tâmega e Sousa.

Número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) 2021 e 2022, residentes no Tâmega e Sousa e no concelho de Penafiel

Tabela nº27

Local	Nº de Titulares	
	2021	2022
Tâmega e Sousa (7 municípios, faltam 4)	8.596	8.464
Penafiel	1.610	1.580

Fonte: GDSS Porto, 2021 e 2022

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio monetário pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 7 meses residentes em Portugal. Em Penafiel, no ano de 2021, usufruíam 1610 idosos desse apoio (CSI), tendo em 2022 diminuído para 1580 idosos.

1.1.2.3 – Pessoas com Deficiência

Relativamente à área das pessoas adultas com deficiência, não dispomos de dados estatísticos, onde seja possível caracterizar este grupo-alvo e desta forma, fazer uma análise capaz de refletir a sua real situação.

1.1.3 – Família e Comunidade

A família, ao longo do tempo, tem vindo a sofrer fortes alterações a nível económico, de estatuto, de proteção, de tempos livres, de religião e na própria composição.

Estas alterações estão ligadas a processos de mudança global que atinge não só a economia, mas também afeta as relações sociais, os valores, os comportamentos das pessoas, as instituições, com amplas repercussões a nível da família, de que são exemplos, a individualização das relações sociais e o enfraquecimento dos laços de dependência tradicional.

A família é um grupo social fundamental, constituindo a primeira instância de socialização e o principal núcleo de desenvolvimento e de progresso da vida.

Associada à família surge a comunidade como espaço e tempo de vida coletiva, ou seja, da socialização mais alargada e de trocas a vários níveis. É na comunidade que se formam as redes de relacionamento, da partilha de necessidades e de meios, e da construção de laços entre as pessoas e famílias.

É neste sentido que surge a necessidade de colocar à disposição das famílias respostas que visem o seu reforço e o da comunidade. A multiplicidade de respostas sociais tem por objetivo a satisfação das necessidades das pessoas/famílias, sejam elas económicas ou sociais, cabendo, no entanto, às famílias e à comunidade o dever de, em conjunto, encontrarem as respostas capazes de minimizar, ou até mesmo ultrapassar, as necessidades com que se deparam.

A realidade atual da família e da comunidade exige respostas sociais polivalentes e articuladas, por forma a satisfazerem uma multiplicidade de necessidades (económicas, sociais, afetivas, de inserção, entre outras) com que as mesmas são confrontadas e que os Centros Comunitários, Apoio Alimentar, Comunidades de Inserção, o Atendimento e Acompanhamento Social, as Casas Abrigo poderão, pelo menos em parte, responder.

1.1.3.1. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos

Com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social em Portugal, foi criado em 1997 o Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Ao longo dos anos, este programa foi alvo de diversas alterações devido, não só às transformações políticas, mas também à situação económica do país.

Atualmente denomina-se de Rendimento Social de Inserção (RSI) e encontra-se integrado no subsistema de solidariedade do Instituto de Segurança Social. Efetiva-se através da atribuição de uma prestação pecuniária que permita às famílias beneficiárias alcançar um nível mínimo de rendimento, bem como um programa de integração social que permita uma efetiva inserção na sociedade.

Tabela nº28

Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário

	Total		Menos de 25		25-39		40-54		55 ou mais	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Portugal	448 107	257 844	212 961	106 197	89 630	41 385	98 459	57 119	47 057	53 143
Norte	190 727	96 324	85 235	35 509	36 901	14 318	46 683	22 992	21 908	23 505
Tâmega e Sousa	26 302	12 241	11 858	4 445	4 672	1 622	6 638	2 992	3 134	3 182
Penafiel	3 658	2 043	1 698	774	673	274	898	466	389	529

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Segundo a tabela nº27, é possível verificar que Penafiel tem 2.043 beneficiários que usufruem do RSI no ano de 2020, sendo que os beneficiários com maior representatividade têm menos de 25 anos (774), seguido pelos beneficiários acima dos 55 anos (529). Quando comparados os dados com os censos 2011, houve um decréscimo de beneficiários em todas as faixas etárias, com a exceção dos beneficiários acima dos 55 anos de idade, onde há um acréscimo de 140 beneficiários da medida.

Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo

Tabela nº29

Beneficiários do RMG e do RSI segundo o sexo

	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Portugal	448 107	257 844	214 099	124 434	234 008	133 410
Norte	190 727	96 324	90 481	45 840	100 246	50 484
Tâmega e Sousa	26 302	12 241	12 340	5 450	13 962	6 791
Penafiel	3 658	2 043	1 671	888	1 987	1 155

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Ainda em relação aos beneficiários de RSI, os beneficiários do sexo feminino (1155) prevalecem em relação aos beneficiários do sexo masculino (888) com uma diferença de 267 beneficiários.

1.1.3.2. Beneficiários das Prestações de Desemprego**Beneficiários das Prestações de Desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos**

Tabela nº30

Anos	2011	2020
Portugal	261 093	205 303
Norte	104 784	70 823
Tâmega e Sousa	11 488	8 385
Penafiel	2 059	1 370

Fonte: Pordata, 2021 e 2020

Os números apresentados na tabela nº30 demonstram que o concelho teve um decréscimo de 689 beneficiários das prestações de desemprego nos últimos 10 anos.

1.1.3.3. Beneficiários de Subsídio por Doença

Beneficiários de Subsídio por Doença da Segurança Social: total e por sexo

Tabela nº31

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Portugal	550 989	713 612	220 933	298 083	330 056	415 529
Norte	216 331	294 622	91 073	126 866	125 258	167 756
Tâmega e Sousa	25 259	36 161	11 417	16 709	13 842	19 452
Penafiel	5 072	6 602	2 261	2 984	1 811	1 618

Fonte: Pordata, 2011 e 2020

Em relação aos beneficiários por Subsídio por Doença, houve um aumento significativo de mais 1530 beneficiários por comparação ao ano de 2011. Verifica-se que os beneficiários são maioritariamente do sexo masculino.

1.1.3.4. Pessoas vítimas de violência doméstica

Tabela nº32

Anos	Categoria de crime			
	Total		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	415 325	301 394	23 742	22 524
Norte	122 311	86 667	8 512	7 057
Tâmega e Sousa	12 069	8 302	818	738
Penafiel	1 773	1 527	125	116

Fonte: INE e Relatório de Segurança GNR, 2011 e 2021

A violência doméstica é um flagelo grave que afeta muitas pessoas em todo o mundo. Geralmente ocorre quando uma pessoa, um(a) parceiro(a)/companheiro(a) ou um membro da família, usa comportamentos violentos ou abusivos para controlar ou intimidar outra pessoa num ambiente doméstico.

Os comportamentos violentos podem assumir formas diferentes, incluindo violência física, sexual, psicológica ou emocional. A violência doméstica pode ter graves consequências para as vítimas, incluindo lesões físicas, trauma psicológico, isolamento social e financeiro e, em casos extremos, até mesmo a morte. Afeta negativamente os filhos e outros membros da família que testemunham a violência.

Nos últimos 10 anos, denota-se um decréscimo em todas as unidades de referência tanto no número total de crimes registados (Penafiel regista -246), como no crime de violência doméstica (Penafiel regista -9).

Capítulo II – Mapeamento de Equipamentos e Respostas Sociais do Município

Principal Fonte de Dados: Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde – C.M.Penafiel

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Concelho Penafiel

2.1- Mapeamento da Rede Tipificada

No âmbito da Carta Social, considera-se como equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes como, por exemplo, as Creches, os Centros de Dia ou o Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, pessoas infectadas com VIH/Sida e pessoas idosas.

A proteção social materializa-se em equipamentos e serviços. Nestes equipamentos e serviços integram as respostas sociais existentes ao nível das valências e que podem ser na modalidade ambulatória, residencial e/ou mista.

O que se tem vindo a verificar é que a relação «número de equipamentos/número de respostas sociais» tem vindo a progredir no sentido de aumentar o número de valências sediadas no mesmo equipamento, sejam elas dirigidas ou não à mesma população alvo e ao mesmo grupo etário.

Esta evolução reflete quer um aproveitamento de infra-estruturas quer um aproveitamento de financiamentos e acordos por parte do Instituto da Segurança Social, com vista à satisfação das necessidades diagnosticadas na Comunidade. Esta evolução tem-se verificado, quer a nível da conceção inicial dos equipamentos, quer posteriormente, por remodelação ou por ampliação das instalações.

2.1.1- Respostas Sociais para a Infância e Juventude

A alteração do modo de vida das famílias motivada, sobretudo, pelo aumento das mulheres no mercado de trabalho e pela alteração da composição da família tradicional, tem criado a necessidade de se encontrarem respostas adequadas para a proteção das crianças. A sociedade atual encontra-se também marcada por problemas e desajustamentos familiares que podem resultar em situações de abandono, maus-tratos, negligência, impedindo-os de se desenvolverem no seu ambiente familiar. Nas últimas décadas tem-se assistido a um acréscimo e uma diversificação das respostas sociais destinadas às crianças e jovens. Cada uma dessas respostas procura responder a especificidades próprias para este tipo de população em função de múltiplas realidades, quer pelas faixas etárias, pela existência de problemas cognitivos/comportamentais, quer pela própria realidade familiar onde está inserida.

Abaixo apresenta-se uma caracterização das respostas sociais de Creche, Jardim de Infância (JI), Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Lar de Infância e de Juventude, Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e Equipas Locais de Intervenção (ELI), tendo por base a informação recolhida através dos inquéritos aplicados aos diversos equipamentos existentes no concelho.

2.1.1.1 - Crianças e Jovens

Creches – Rede Solidária

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças dos 3 meses até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Tabela nº33

Equipamento – Rede Solidária	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CRECHE LAGARES	35	35	35	0	07:00 – 19:00
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de espera	8
CRECHE GALEGOS	37	37	33	4	07:00 – 19:30
Associação para o Desenvolvimento de Galegos				Lista de espera	5
CRECHE ESPAÇO PARA A VIDA	41	41	33	8	07:30 – 19:00
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos				Lista de espera	10
CRECHE RANS	38	38	33	5	07:30 – 19:00
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans				Lista de espera	0
CRECHE IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	39	39	33	6	07:30 – 19:00
Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo				Lista de espera	30
CRECHE RECESINHOS	34	34	33	1	07:30 – 19:00
Centro Social de Recesinhos				Lista de espera	1
CRECHE OLDRÕES	39	39	33	6	07:00 – 19:30
Centro Social Paroquial de Sto Estevão de Oldrões				Lista de espera	10
CRECHE SAGRADA FAMÍLIA POLO I	40	40	32	8	07:30 – 19:30
CRECHE SAGRADA FAMÍLIA POLO II	35	35	32	5	07:30 – 19:30
Centro Paroquial Casa da Sagrada da Família de Penafiel				Lista de espera	40
CRECHE STO. ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	41	41	39	2	07:30 – 18:45
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	15
CRECHE O CAPUCHINHO	30	30	30	---	07:30 – 18:45
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	15
TOTAL	409	409	366	45	134

Fonte: IPSS/Associações, 2022

O concelho de Penafiel dispõe de 11 creches da rede solidária, nomeadamente nas freguesias de Penafiel (4 creches), Galegos, Irivo, Oldrões, Lagares, Rans, S.Martinho de Recesinhos e Rio de Moinhos, com uma capacidade total de 409 lugares, estando atualmente 409 crianças a frequentar a resposta. Destes lugares, 366 lugares têm acordos com a Segurança Social, e 45 lugares não têm qualquer acordo. Apresenta uma lista de espera de 134 crianças.

Creches – Rede Privada

Tabela nº34

Equipamento – Rede Privada	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CRECHE S.VICENTE	33	33	0	33	08:00 – 19:00
Creche, Jardim de Infância de S. Vicente				Lista de espera	15
TOTAL	33	33	0	33	15

Fonte: Creche, Jardim de Infância de S.Vicente, 2022

No concelho existe 1 resposta de Creche da rede privada, igualmente lotada, com uma capacidade de 33 lugares para um total de 33 lugares ocupados, com uma lista de espera de 15 crianças.

Estabelecimento de educação pré-escolar

Resposta social para o desenvolvimento de crianças entre os 3 anos de idade e o ingresso no ensino básico, de modo a facultar-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família.

Jardins de Infância – Rede Solidária

Tabela nº35

Equipamento – Rede Solidária	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
JARDIM DE INFÂNCIA APDL	50	50	50	0	07:00 - 19:30
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de Espera	3
JARDIM DE INFÂNCIA CASA DO POVO	50	47	50	0	07:30 - 19:00
Casa do Povo de Peroselo				Lista de Espera	0
JARDIM DE INFÂNCIA CSF	97	95	70	27	07:30 – 19:30
Centro Paroquial – Casa Sagrada Família de Penafiel				Lista de Espera	10
JARDIM DE INFÂNCIA “O CAPUCHINHO”	60	60	60	0	07:30 – 18:45
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de Espera	10
JARDIM DE INFÂNCIA “JOÃO DE DEUS”	99	70	60	10	07:45 – 19:00
Associação de Jardins – Escola João de Deus				Lista de Espera	7
TOTAL	356	322	320	37	30

Fonte: IPSS/Associações, 2022

Jardins de Infância – Rede Privada

Tabela nº36

Equipamento – Rede Privada	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
JARDIM DE INFÂNCIA S.VICENTE	25	25	0	25	08:00 - 19:30
Creche, Jardim de Infância S. Vicente				Lista de Espera	0
TOTAL	25	25	0	25	0

Fonte: Creche, Jardim de Infância S.Vicente, 2022

Jardins de Infância – Rede Pública

Tabela nº37

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
Escola Básica de Castelões	50	19	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de Croca	50	41	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de Penafiel	150	114	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de S. Mamede de Recezinhos	25	18	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de S. Martinho de Recezinhos	50	30	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de Santa Marta	25	23	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Escola Básica de Milhundos	50	45	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes				Lista de espera	-
Jardim de Infância Padre António Pimentel	100	79	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Duas Igrejas	50	50	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Urrô	25	25	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Rans	100	75	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Bustelo	25	12	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Galegos	50	50	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-

Nota: continua na tabela seguinte

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
Jardim de Infância de Novelas	25	23	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Jardim de Infância de Marecos	50	49	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Santiago de Subarrifana	25	19	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo				Lista de espera	-
Escola Básica de Fonte Arcada	50	25	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Escola Básica de Irivo	50	45	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Escola Básica de Lagares	50	24	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Escola Básica de S. Lourenço	50	50	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Jardim de Infância de Vale Formoso	50	39	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Jardim de Infância da Capela	25	25	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Jardim de Infância de Figueira	25	11	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa				Lista de espera	-
Escola Básica da Portela	50	23	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica de Oldrões	50	42	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica de Canelas	50	42	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica de Pinheiro	50	50	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica de Tojais	25	24	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-

Nota: continua na tabela seguinte

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com Acordo	Sem Acordo	
Escola Básica de Valpedre	50	35	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica do Douro	50	35	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas de Pinheiro				Lista de espera	-
Escola Básica de Abragão	50	48	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Escola Básica de Boelhe	50	39	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Escola Básica de Cabeça Santa	50	34	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Escola Básica de Peroselo	25	19	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Escola Básica de Rio de Moinhos	100	46	N/A	N/A	08:00 - 18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Escola Básica de Luzim	25	15	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
Jardim de Infância de Vila Cova	25	12	N/A	N/A	08:00-18:00
Agrupamento de Escolas Penafiel Sudeste				Lista de espera	-
TOTAIS	1800	1355	N/A	N/A	-

Fonte: Divisão de Educação, Desporto e Juventude, C.M.P. 2022

Os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se distribuídos pelas 28 freguesias do concelho, sendo que 5 destas respostas pertencem à rede solidária, com capacidade para 356 lugares, tendo 322 crianças inscritas. Na rede pública encontram-se 37 respostas, inseridas em centros escolares, com uma capacidade de 1800 lugares, dos quais 1355 estão ocupados. O concelho dispõe ainda de um estabelecimento da rede privada, com uma capacidade para 25 lugares, encontrando-se totalmente ocupados.

Centro de Atividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens com idade igual ou superior a 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Tabela nº38

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CATL GUILHUFÉ	25	25	25	0	07:30-12:00 13:30-19:30
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Guilhufe				Lista de espera	10
CATL LAGARES	64	64	64	0	07:00 – 19:30
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de espera	0
CATL RANS	20	20	20	0	07:20 - 19:30
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans				Lista de espera	0
CATL RIO MAU	40	40	40	0	07:00 - 19:00
Associação para o Desenvolvimento de Rio Mau				Lista de espera	5
ESPAÇO VIVO	60	27	27	0	09:00 - 18:0
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos				Lista de espera	0
CATL S. MIGUEL DE PAREDES	15	15	15	0	07:30 - 09:00 15:00 – 19:00
Associação para o Desenvolvimento de S. Miguel de Paredes				Lista de espera	2
CATL PEROSELO	60	30	30	0	07:30 - 19:00
Casa do Povo de Peroselo				Lista de espera	0
CATL SAGRADA FAMÍLIA	60	60	60	0	07:30 - 19:30
Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel				Lista de espera	2
CATL ABRAGÃO	40	40	40	0	07:30 - 19:00
Centro Social Cultural de Abragão				Lista de espera	0
TOTAL	384	321	321	0	19

Fonte: IPSS/Associações, 2022

No concelho de Penafiel existe 9 equipamentos de CATL distribuídos por Abragão, Lagares e Figueira, Guilhufe e Urrô, Penafiel, Peroselo, Rans, Rio de Moinhos, Rio Mau e Termas de S. Vicente. No seu conjunto possuem uma capacidade para 384 utentes, estando 321 inscritos, todos com acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social. A lista de espera é de 19 crianças e jovens.

Lar de infância e juventude

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

Tabela nº39

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CASA DO GAIATO	56	14	0	14	-
Casa do Gaiato de Paço de Sousa				Lista de espera	0

Fonte: Casa do Gaiato, 2022

No âmbito de Lar de Infância e Juventude, o concelho possui 1 equipamento, em Paço de Sousa, com capacidade para 56 lugares, estando inseridos 14 crianças e jovens. A Instituição religiosa não dispõe de acordos de cooperação com a Segurança Social.

2.1.1.2- Crianças e Jovens com Deficiência

No concelho de Penafiel existe uma Instituição direcionada para a intervenção com população portadora de deficiência, sendo esta a Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel (APADIMP). Esta instituição surge da iniciativa particular e assenta na necessidade que os residentes do concelho sentiram na criação de uma associação que desse conveniente apoio a pessoas portadoras de deficiência. Atualmente a APADIMP conta com seis respostas sociais que se podem articular e complementar na sua atuação e visam, essencialmente, assegurar a reabilitação, a educação, a integração social das pessoas com deficiência, não apenas do concelho mas também da região do Vale do Sousa. Nesta secção apresentaremos, mais detalhadamente, as duas valências que garantem as respostas no domínio da deficiência da infância e juventude.

Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

O CRI - Valência que visa apoiar a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que, em parceria com os agrupamentos de escolas, promove o acesso à participação social e à vida autónoma de cada indivíduo, em colaboração com as estruturas da comunidade.

Tabela nº40

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CRI	98	98	98	0	08:00 – 17:00
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	41

Fonte: APADIMP, 2022

O CRI, enquanto resposta social na área da deficiência, apresenta uma capacidade de 98 lugares, que se encontra atualmente preenchida, uma vez que 98 alunos do concelho a beneficiar desta resposta. Importa referir que encontram-se em lista de espera 41 candidatos à resposta.

Equipas Locais de Intervenção (ELI)

Resposta de intervenção precoce na infância através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, nos seus contextos de vida, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, saúde e ação social. Destinada a crianças dos 0-6 anos com alterações nas funções/estruturas do corpo ou com risco de atraso de desenvolvimento e famílias.

Tabela nº41

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
ELI - INTERVENÇÃO PRECOCE	80	80	80	0	08:00 – 18:00
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	38

Fonte: APADIMP, 2022

A ELI tem uma capacidade de 80 lugares para um total de 80 crianças, todas com acordo de cooperação. Tem uma lista de espera de 38 crianças.

2.1.2. - Respostas Sociais para Pessoas Adultas

2.1.2.1. - Pessoas em Situação de Dependência

A Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (UCCLDM) dirige-se a utentes com doença ou processo crónico, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou nouro tipo de resposta. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardam o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.

Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção de Figueira (UCCLDMF)

Tabela nº42

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FIGUEIRA	25	25	25	0	24 H
Associação para o Desenvolvimento da Figueira				Lista de espera	N/A

Fonte: UCCLDMF, 2022

A UCCLDM de Figueira tem uma capacidade para 25 internamentos com um total de 25 utentes. Todos os lugares têm acordos de cooperação com o ISS, I.P.

2.1.2.2. - Pessoas Idosas

Centro de Dia

O Centro de Dia representa uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Tabela nº43

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
Centro de Dia de Boelhe	30	25	25	5	09:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Boelhe				Lista de espera	0
Centro de Dia de Figueira	25	25	25	0	08:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	5
Centro de Dia de Galegos	30	30	30	0	09:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Galegos				Lista de espera	4
Centro de Dia de Lagares	10	10	10	0	08:00 - 19:00
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de espera	0
Lar e Centro de Dia Padre Américo	40	26	0	22	08:30 - 18:30
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa				Lista de espera	0
Centro de Dia de Rans	30	30	30	0	09:00 - 17:00
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans				Lista de espera	0
Centro de Dia de Rio de Moinhos - Espaço Vivo	50	50	43	7	09:00 - 18:00
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos				Lista de espera	6
Centro de Dia de Vila Cova	35	26	25	1	10:00 - 18:00
Associação de Solidariedade Social de Vila Cova				Lista de espera	0
Centro de Dia de Peroselo	25	25	25	0	09:00 - 18:00
Casa do Povo de Peroselo				Lista de espera	0
Centro de Dia Imaculado Coração de Maria de Irivo	22	22	22	0	08:30 - 18:00
Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo				Lista de espera	5
Centro de Dia de Oldrões	40	40	40	0	09:00 - 18:00
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões				Lista de espera	0
Centro de Dia de Recesinhos	30	30	30	0	09:00 - 18:00
Centro Social de Recesinhos				Lista de espera	3
TOTAL	367	339	305	35	23

Fonte: IPSS/Associações, 2022

O concelho de Penafiel dispõe de 12 Centros de Dia, com uma capacidade para abranger 367 pessoas idosas. Efetivamente a resposta tem 339 lugares ocupados, dos quais 305 têm acordos de cooperação com o ISS e 35 não têm acordos. A resposta Centro de Dia tem uma lista de espera de 23 pessoas idosas em todo o concelho.

Centro de Convívio

O Centro de Convívio é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com a participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

Tabela nº44

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
Centro de Convívio de Boelhe	25	20	25	0	14:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Boelhe				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Duas Igrejas	20	12	10	2	13:30 - 17:30
Associação para o Desenvolvimento de Duas Igrejas				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Figueira	25	25	25	0	14:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Lagares	25	25	25	0	14:00 - 19:00
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Rans	20	20	20	0	13:30 - 17:00
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Vila Cova	45	42	43	0	13:15 - 17:00
Associação de Solidariedade Social de Vila Cova				Lista de espera	0
Centro de Convívio de Peroselo	25	25	25	0	13:00 - 17:00
Casa do Povo de Peroselo				Lista de espera	0
Centro de Convívio de S. Miguel de Paredes	16	5	0	5	13:00-17:00
Associação para o Desenvolvimento de S. Miguel de Paredes				Lista de espera	0
TOTAL	201	174	173	7	0

Fonte: IPSS/Associações, 2022

O concelho de Penafiel dispõe de 8 Centros de Convívio, com uma capacidade para abranger 201 utentes. A resposta tem 174 lugares ocupados. Têm acordos de cooperação para 173 pessoas idosas e 7 lugares sem acordos.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Resposta social direcionada para o alojamento coletivo, temporário ou permanente, de pessoas idosas. O lar residencial visa proporcionar serviços ajustados e adaptados à perspetiva biopsicossocial do envelhecimento,

contribuir para o favorecimento de um envelhecimento ativo, promover a integração social e especialmente preservar e fomentar a relação intrafamiliar.

Tabela nº45

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
ERPI de Canelas	43	43	35	8	24H
Associação Para o Desenvolvimento de S. Mamede de Canelas				Lista de espera	90
ERPI de Figueira	36	36	30	6	24H
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	80
ERPI de Galegos	10	10	10	0	24H
Associação para o Desenvolvimento de Galegos				Lista de espera	20
Lar Padre Américo	28	28	0	28	24H
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa				Lista de espera	27
ERPI Imaculado Coração de Maria de Irivo	26	26	24	2	24H
Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo				Lista de espera	20
ERPI de Oldrões	16	16	14	2	24H
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões				Lista de espera	50
ERPI de S. Martinho de Recesinhos	14	14	14	0	24H
Centro Social de Recesinhos				Lista de espera	40
Lar de Santo António dos Capuchos	54	54	48	6	24H
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	10
Lar Fernando de Oliveira Mendes	26	26	26	0	24H
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	10
Lar de S. Martinho	30	30	26	4	24H
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	10
TOTAIS	283	283	227	56	357

Fonte: IPSS/Associações, 2022

O concelho de Penafiel dispõe de 10 ERPI, com uma capacidade para abranger 283 utentes. Efetivamente a resposta tem 283 lugares ocupados, dos quais 227 têm acordos de cooperação com o ISS e 56 não têm acordos. A valência ERPI tem uma lista de espera de 357 pessoas idosas em todo o concelho.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

É uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Tabela nº46

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	C/Acordo	S/ Acordo	
SAD de Canelas	30	30	30	0	07:00 - 16:00
Associação para o Desenvolvimento de S. Mamede de Canelas				Lista de espera	20
SAD de Boelhe	10	10	10	0	08:30 - 18:00
Associação para o Desenvolvimento de Boelhe				Lista de espera	1
SAD de Figueira	25	25	25	0	08:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	10
SAD de Galegos	20	20	20	0	07:30 - 18:30
Associação para o Desenvolvimento de Galegos				Lista de espera	5
SAD de Lagares	26	26	26	0	07:30 - 16:30
Associação para o Desenvolvimento de Lagares				Lista de espera	0
SAD de Paço de Sousa	20	20	0	20	08:00 - 18:30
Associação de Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa				Lista de espera	4
SAD de Rans	15	15	15	0	08:00 - 17:00
Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans				Lista de espera	4
SAD de Rio Mau	22	22	22	0	08:00 - 17:00
Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau				Lista de espera	10
SAD de Rio de Moinhos - Espaço Vivo	20	20	20	0	09:00 - 18:00
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos				Lista de espera	12
SAD de Vila Cova	50	50	50	0	09:00 - 18:00
Associação de Solidariedade Social de Vila Cova				Lista de espera	0
SAD de Peroselo	10	10	10	0	09:00 - 18:00
Casa do Povo de Peroselo				Lista de espera	0
SAD Imaculado Coração de Maria de Irivo	45	45	45	0	08:00 - 17:30
Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo				Lista de espera	0
SAD de Oldrões	40	40	40	0	08:00 - 17:00
Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões				Lista de espera	3
SAD de Abragão	15	15	10	5	07:30 – 19:00
Centro Social e Cultural de Abragão				Lista de espera	5
SAD de S. Martinho de Recesinhos	30	30	30	0	08:00 - 17:00
Centro Social de Recesinhos				Lista de espera	3
SAD de Penafiel	40	40	37	3	08:00 - 19:00
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel				Lista de espera	12
TOTAL	418	418	390	28	89

Fonte: IPSS/Associações, 2022

O concelho possui 16 respostas de SAD, distribuídas por 16 freguesias. A resposta SAD tem capacidade para 418 utentes, estando a usufruir desta resposta 418 utentes. Têm acordos de cooperação para 390 lugares e 28 sem acordo. A resposta tem uma lista de espera de 89 clientes.

2.1.2.3 Pessoas com Deficiência

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

No CACI desenvolve-se atividades socialmente úteis e ocupacionais para elevar as capacidades de desempenho e participação dos utentes. Este serviço abarca uma intervenção de cariz multidisciplinar (técnicos, monitores e auxiliares) de modo a fomentar a autonomia e bem-estar a jovens e adultos com incapacidade, favorecendo a possível transição para programas de integração socioprofissional.

Tabela nº47

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CACI I	30	30	30	0	08:00 – 18:00
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	15
CACI II	30	30	30	0	08:00 – 18:00
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	15
CACI III	30	30	30	0	08:00 – 18:00
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	10
TOTAL	90	90	90	0	40

Fonte: APADIMP, 2022

Analisando em conjunto as 3 valências dirigidas a pessoas adultas com deficiência existentes no concelho de Penafiel, podemos inferir que a forma de inserção das mesmas é a coexistência numa única Instituição, a APADIMP, que dispõe de uma capacidade de 90 lugares, com acordos de cooperação, celebrados com o ISS em igual número. Todos os lugares encontram-se ocupados, apresentando uma lista de espera de 40 pessoas.

Lar Residencial

O Lar Residencial destina-se a jovens e adultos com deficiência intelectual sem retaguarda familiar e em risco de exclusão, com acompanhamento permanente de auxiliares e técnicos. No período diurno frequentam a valência CACI, assim como algumas das áreas complementares. No concelho de Penafiel existe apenas uma valência com uma capacidade para 12 clientes, estando a mesma sobrelotada, contando com uma lista de espera de 24 clientes.

Tabela nº48

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
LAR RESIDENCIAL	12	12	12	0	24 h
APADIMP - Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel				Lista de espera	24
TOTAL	12	12	12	0	24

Fonte: APADIMP, 2022

2.1.2.4- Família e Comunidade

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Penafiel (SAAS)

O SAAS assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade, exclusão social, carência económica, bem como de situações de emergência social, sendo os seus principais objetivos: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social e mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Tabela nº49

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
SAAS	200	83	83	0	09:00 – 18:00
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	N/A

Fonte: SAAS, 2021

O SAAS de Penafiel tem uma capacidade para 200 utentes, tendo usufruído da resposta 83 pessoas, todas com acordos por parte do ISS,IP. A resposta iniciou em setembro de 2021, estando refletido apenas os valores durante o período de setembro a dezembro do mesmo ano civil.

Centro Comunitário

É uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

Tabela nº50

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CENTRO COMUNITÁRIO	480	480	Atípico	-----	09:00 – 18:00
Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos				Lista de espera	N/A

Fonte: Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos, 2022

No concelho de Penafiel existe um Centro Comunitário integrado na Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos. Esta resposta, com uma capacidade de 480 para 480 pessoas atendidas durante o ano civil de 2021, tem por objetivo apoiar a comunidade, nomeadamente em atividades que promovam a integração dos indivíduos.

Casa Abrigo – Mulheres e seus Filhos Vítimas de Violência Doméstica

Resposta de acolhimento em segurança para mulheres vítimas de violência doméstica e promoção da sua reinserção.

Tabela nº51

Equipamento	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CASA ABRIGO “ROSA DO PISÃO”	45	45	45	0	24 H
Associação para o Desenvolvimento de Figueira				Lista de espera	N/A

Fonte: Associação para o Desenvolvimento de Figueira, 2022

Apoio Alimentar a Famílias Carenciadas

Na tentativa de dar resposta às complexas situações económicas e financeiras que se têm apresentado por toda a Europa, com particular severidade nos últimos tempos, a Comissão Europeia apresentou um novo Fundo que pretende reforçar a coesão social na União Europeia (UE). Este novo instrumento financeiro tem como objetivo específico atenuar as piores formas de pobreza, auxiliando na prestação de assistência não-financeira às pessoas mais necessitadas. A transição do Regulamento Comunitário do FEAC (Fundo Europeu de Apoio a Carenciados) para o normativo nacional ocorreu com a publicação da Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho, alterada pela Portaria n.º 51/2017 de 2 de fevereiro, que aprovou o regulamento geral do FEAC e a regulamentação específica do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC). O Regulamento Específico do PO APMC define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, que constitui a Medida 1 do Programa, sendo que no âmbito desta Medida é elegível a Tipologia de operações 1.2.1 – Distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade. No concelho de Penafiel as entidades Mediadoras do PO APMC são IPSS (ADRio de Moinhos; ASSVila Cova; Casa do Povo de Peroselo; CSPICM de Irivo; e CP Casa da Sagrada Família de Penafiel).

Ajuda alimentar a carenciados – PO APMC/FEAC

Tabela nº52

Instituição	Utentes	
	Capacidade	Total
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RIO DE MOINHOS	336	336
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA COVA	125	115
CASA DO POVO DE PEROSELO	46	46
CENTRO PAROQUIAL – CASA SAGRADA FAMÍLIA DE PENAFIEL	180	180
CENTRO PAROQUIAL IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	173	176
TOTAL	860	853

Fonte: IPSS/Associações, 2022

Ainda, através da parceria estabelecida com o Banco Alimentar do Porto, a ADRio de Moinhos apoia mais 12 famílias, com 25 indivíduos (número que oscila conforme os pedidos de apoio e enquanto não é possível enquadrar nas famílias do PO APMC). O Centro Paroquial Casa Sagrada da Família de Penafiel apoia ainda mais 40 famílias,

com cerca de 70 indivíduos e sempre que possível responde às solicitações de apoio pontual aos agregados encaminhados pelas Instituições do concelho.

2.2. Mapeamento das Respostas Tipificadas por Instituição

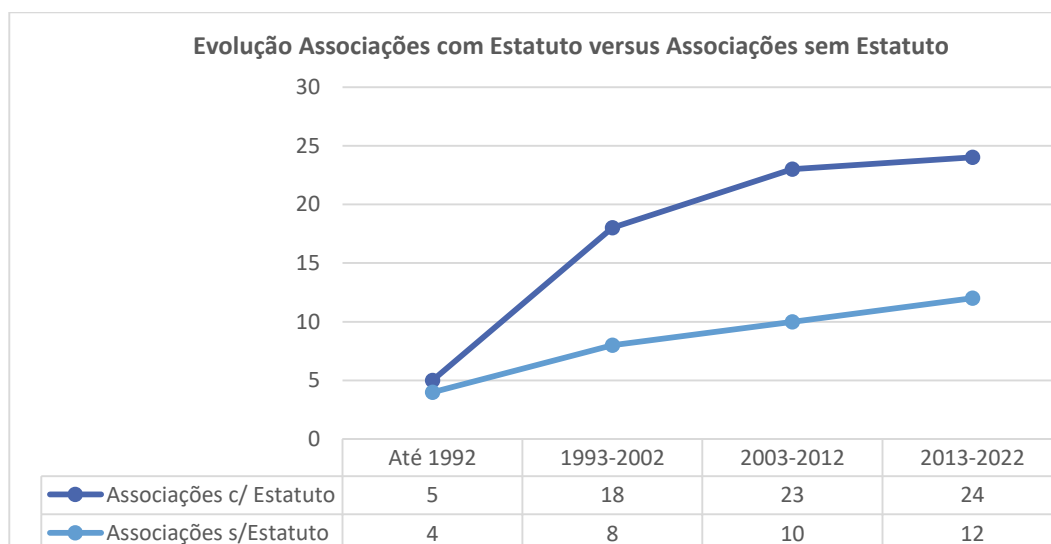
Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS

Uma Associação resulta de uma decisão livre e decidida dos cidadãos participarem num projeto coletivo, pelo que os associados deverão assumir direitos e deveres de acordo com a missão a que se propõem, num espaço de pertença e identificação, que a partir de uma organização da sociedade civil expressa um propósito à luz de uma identidade criada. Nesta lógica, cada Associação poderá debruçar-se em torno dos mais variados interesses do cidadão comum, uma vez que tem em si o potencial de fomentar laços sociais e enriquecer a sociedade. Assim, as Associações centram a sua atividade nos mais diversos domínios que envolvam a vida em sociedade, ou seja, movimentam-se em torno de objetivos de cariz social, político, cultural, recreativo e desportivo. Não obstante, no presente capítulo importa enfatizar as associações que se constituem enquanto Instituições Particulares de Solidariedade Social, por se constatar que, habitualmente, estas direcionam a sua atuação com o intuito de protegerem pessoas e grupos mais vulneráveis, numa lógica de dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos.

As IPSS são, organizações sem fins lucrativos de iniciativa privada, não administradas pelo estado ou corpo autárquico, que disponibilizam bens, serviços e projetos, proporcionando a melhoria da qualidade de vida de determinados grupos da sociedade. O estatuto de IPSS encontra-se consagrado no Decreto-Lei nº 199/83, de 25 de fevereiro, que no seu 1º artigo define as suas atividades, podendo estar relacionadas com o apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; e/ou à resolução dos problemas habitacionais.

Para um melhor entendimento destas formas de atuação a nível concelhio, a abordagem que se segue apresenta a evolução do número de Instituições com estatuto de IPSS que serve o território penafidense em termos de serviços e valências, de acordo com os seus âmbitos de intervenção social.

Gráfico nº3



Fonte: CMP/DASIS, 2022

Num universo de 38 associações de cariz social, 24 estão registadas como IPSS na Direção-Geral de Segurança Social, 14 encontram-se registadas como associação e 1 registada sob Direito Canónico. Até ao ano de 1992, o concelho de Penafiel registava um total de 5 IPSS devidamente constituídas.

Já entre 1993 e 2002 foram constituídas mais 13 IPSS, perfazendo um total de 18 IPSS. De 2003 até ao ano 2012 foram constituídas mais 5 IPSS, cujo total regista 23 Instituições da Rede Solidária. Entre 2013 e 2022 foi registada 1 associação com estatuto, perfazendo um total de 24 IPSS até à atualidade.

A partir da análise do gráfico, é possível apreender que entre o ano de 1992 e o ano de 2022 o número de IPSS legalmente constituídas aumentou significativamente, passando de 5 para um total de 24.

Mapeamento das Associações do concelho com Valências

Tabela nº53

ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA VILA DE PAÇO DE SOUSA
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	ERPI, Centro de Dia, SAD
Morada	RUA DA PÓVOA, Nº259, 4560-389 Paço de Sousa
Telefone: 255 094 797	E-mail: assdvps@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	APADIMP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DIMINUIDOS MENTAIS DE PENAFIEL
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	CRI, ELI, CACI, Lar Residencial
Morada	RUA MARQUÊS DE POMBAL, APARTADO 139, 4560-909 Penafiel
Telefone: 255 710 980 / 255 710 989	E-mail: geral@apadimp.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE RANS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, CATL, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD; CLA
Morada	AV PADRE ANTÓNIO RODRIGUES PIMENTEL, Nº418, 4560-755 Rans
Telefone: 255 720 133	E-mail: asscdrans@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA COVA
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	SAD, Centro de Dia, Centro de Convívio
Morada	AVª ANTÓNIO RIBEIRO, Nº 872, 4560-872 Luzim e Vila Cova
Telefone: 255 941 313	E-mail: a.s.vilacova@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOELHE
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Centro de Convívio, Centro de Dia, SAD
Morada	RUA DAS ESCOLAS, Nº188, 4575 – 106 BOELHE
Telefone: 255 941 760	E-mail: adfboelhe@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DUAS IGREJAS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Centro de Convívio
Morada	Rua da Liberdade, nº1953, 4560 – 071 Duas Igrejas

Telefone: 96 690 81 57	E-mail: addi@sapo.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Centro de Dia, Centro de Convívio, ERPI, SAD, UCCLDM
Morada	Rua do Centro Social, nº271, 4575 – 249 Lagares e Figueira
Telefone: 255 630 775 / 255 711 149	E-mail: apoio.social.adf@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE GUILHUFÉ
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	CATL
Morada	Avª S. João Evangelista, 4560-145 Guilhufe
Telefone: 91 769 32 84 / 91 388 67 06	E-mail: adfguilhufe@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE RIO MAU
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	ATL, SAD, Serviço Sénior
Morada	AVENIDA MARGINAL, Nº1043, 4575-626 RIO MAU
Telefone: 255 677 100	E-mail: aapdfriomau@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE GALEGOS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, ERPI, Centro de Dia, SAD
Morada	Av. do Carvalheiro, Quinta de Currais, 4560 – 122 Galegos
Telefone: 255 724 364	E-mail: geral@apdgalegos.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAGARES
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	CATL, Creche, Jardim de Infância, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD
Morada	AVª. DAS PORTELAS, Nº127, 4560-182 LAGARES
Telefone: 255 752 382	E-mail: geral.rc@adlagares.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ADISCREP – ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PENAFIEL
Natureza Jurídica	Associação
Respostas Sociais	Universidade Sénior
Morada	RUA CONDE FERREIRA, 4560-483 PENAFIEL
Telefone: 255 094 131	E-mail: adiscrep@adiscrep.org / adiscreppenafiel@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DA PORTELA
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Centro Sénior
Morada	Rua da Escola, nº16, 4575-409 Termas de S. Vicente
Telefone: 255 613 006	E-mail: apdf.portela@gmail.com / geral.adportela@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RIO DE MOINHOS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, CATL, Centro de Dia, SAD, Centro Comunitário
Morada	Praça 20 de Junho, nº 64, 4575 – 470 Rio de Moinhos

Telefone: 255 610 510	E-mail: adrm1994@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE S. MAMEDE DE CANELAS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	ERPI, SAD
Morada	Rua Nova de Cestelo nº175, 4575-172 Canelas
Telefone: 255 617 060	E-mail: a.d.s.m.c@sapo.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE S. MIGUEL DE PAREDES
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	CATL, Centro de Convívio
Morada	Rua Padre Carlos Soares, nº 144, 4575-299 Termas de S. Vicente
Telefone: 93 830 52 92 / 93 987 70 89	E-mail: a.desenvolvimentoparedes@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Jardim de Infância
Morada	Avª José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel
Telefone: 255 71 11 28	E-mail: penafiel@escolasjoaodeus.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CASA DO GAIATO
Natureza Jurídica	IPSS/Direito Canónico
Respostas Sociais	Lar Crianças e Jovens
Morada	Casa do Gaiato, 4560-373 Paço de Sousa
Telefone: 255 75 22 85	E-mail: geral@obradarua.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CASA DO POVO DE PEROSELO
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Jardim de Infância, ATL, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD
Morada	Rua Centro Social, nº 65, 4560 – 750 Peroselo
Telefone: 255 941 077	E-mail: casa.povo.peroselo@mail.telepac.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO PAROQUIAL – CASA DA SAGRADA FAMÍLIA DE PENAFIEL
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	2 Creches, CATL, Jardim de Infância
Morada	Rua Direita, nº 87, 4560-462 Penafiel
Telefone: 255 212 678	E-mail: csfpenafiel@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL DE RECESINHOS
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, ERPI, Centro de Dia, SAD
Morada	Rua António Huet de Bacelar, nº81, 4560-802 S. Martinho de Recesinhos
Telefone: 255 735 269	E-mail: csrecesinhos@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE ABRAGÃO
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	CATL, SAD
Morada	Rua Central de Pombal, nº 701, 4560-015 Abragão

Telefone / Fax: 255 942 856	E-mail: cscabragao@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA DE IRIVO
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, ERPI, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD
Morada	RUA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, N°94, 4560 – 173 IRIVO
Telefone / Fax: 255 75 59 00	E-mail: geral@cicm.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTO ESTEVÃO DE OLDRÕES
Natureza Jurídica	IPSS
Respostas Sociais	Creche, ERPI, SAD, Centro de Dia
Morada	RUA NOVA DO OUTEIRO N° 281, 4575-269 Oldrões
Telefone / Fax: 255 61 66 33	E-mail: csp.oldroes@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAFIEL
Natureza Jurídica	Equiparada IPSS
Respostas Sociais	2 Creches, Jardim de Infância, 3 ERPI, SAD
Morada	Largo Sto António dos Capuchos, Apartado 208, 4560-454 Penafiel
Telefone / Fax: 255 71 22 28/9	E-mail: secretaria@misericordiapenafiel.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	SEBOLIDO ATIVO – ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO
Natureza Jurídica	Associação
Respostas Sociais	Serviço de Apoio Sénior
Morada	Rua do Barreiro, nº 18, 4575-540 Sebolido
Telefone / Fax; 255 677 614	E-mail: sebolidoactivo@gmail.com

No concelho de Penafiel podem encontrar-se 12 Instituições que não possuem valências. Não obstante, desenvolvem algumas atividades e/ou possuem determinados projetos de cariz social e/ou candidataram-se a programas de financiamento para criação de novas respostas.

Mapeamento das Associações do concelho sem valências

Tabela nº54

ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CABEÇA SANTA
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Lugar do Assento, 4575-123 Cabeça Santa	
Contacto: 916072278	E-mail:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL – FONTE DE SOLIDARIEDADE
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Avª Domingos de Sousa Andrade, nº 175, 4560 – 112 Fonte Arcada	
Contacto: 255 755 369	E-mail: fonte.de.solidariedade@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL, RECREATIVO, DESPORTIVO E CULTURAL DE SANTIAGO DE SUB-ARRIFANA
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Av. General Humberto Delgado, 4560-779 Santiago de Sub-Arrifana	
Contacto: 960 005 336	E-mail: csrdc.stiagosubarrifanadirecao@gmail.com

ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTIAGO
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Edifício da Antiga Junta de Freguesia de Santiago, 4560 Santiago de Sub-Arrifana	
Contacto: 91 485 74 67	E-mail: adesenvolvimentosantiago@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE VALPEDRE
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: BARRIAS, 4575-562 Valpedre	
Contacto: 255 630 550	E-mail: geral.adv@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BUSTELO
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Edifício da Junta de Freguesia - Lugar de Agilde, 4560-042 Bustelo	
Contacto:	E-mail: adfbustelo@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	FUNDAÇÃO SANTA MARIA MADALENA
Natureza Jurídica: A aguardar estatuto de Fundação	
Morada: Quinta de Abôl, 4575 – 217 Eja	
Contacto: 255 613 027	E-mail: quintabol@sapo.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE SANTO AMARO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EJA
Natureza Jurídica: Associação	
Morada: Junta de Freguesia de Eja, Rua das Alminhas, 148, 4575 – 217 Eja	
Contacto: 91 606 99 96	E-mail: joaquimmoreiracoelho@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO BUSTELO COM ALMA E CORAÇÃO
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Praceta do Calvário, 4560-042 Bustelo	
Contacto: 912218341	E-mail: abac.bustelo@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE NOVELAS
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Avª 25 de Abril, 101, 4560 - 265 Penafiel	
Contacto: 255 711 955	E-mail: apdfnovelas@sapo.pt
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TERMAS DE S. VICENTE
Natureza Jurídica: IPSS	
Morada: ALAMEDA DA IGREJA, N.º 26, 4575-377 PINHEIRO	
Contacto: 91 404 25 39	E-mail: adtsvicente.pinheiro@gmail.com
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CENTRO SOCIAL MONTE AMEN
Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social	
Morada: Rua Cristo Redentor, 128, 4560-800 S. Mamede de Recesinhos	
Contacto: 960 470 494	E-mail: omonteamen@gmail.com

2.2.1. Mapeamento das respostas tipificadas projetadas, aprovadas e em fase de implementação por Instituição

Tabela nº55

ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE GUILHUFÉ		
Natureza Jurídica	IPSS	Lugares a Criar: 33	
Respostas Sociais Aprovadas	Creche	Programa de Financiamento:	PARES 2.0
Morada	AV.ª S. JOÃO EVANGELISTA, 4560-145 GUILHUFÉ		
Telefone/Fax: 91 769 32 84 / 91 388 67 06	E-mail: adfguilhufe@gmail.com		
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TERMAS DE S. VICENTE		
Natureza Jurídica	IPSS	Lugares a Criar: 42	
Respostas Sociais Aprovadas	Creche	Programa de Financiamento:	PARES 2.0
Morada	ALAMEDA DA IGREJA, N.º 26, 4575-377 PINHEIRO		
Telefone / Fax: 91 404 25 39	E-mail: adtsvicente.pinheiro@gmail.com		
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL		
Natureza Jurídica	Poder Local – Rede Pública	Lugares a Criar: 42	
Respostas Sociais Aprovadas	Creche	Programa de Financiamento:	PRR
Morada	PRAÇA DO MUNICÍPIO, 4564-001 PENAFIEL		
Telefone/Fax: 255 710 700	E-mail: penafiel@cm-penafiel.pt		
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RIO DE MOINHOS		
Natureza Jurídica	IPSS	Lugares a Criar: 50	
Respostas Sociais Aprovadas	ERPI	Programa de Financiamento:	PARES 3.0
Morada	Avenida de Quintela S/N, 4575-470 Rio de Moinhos		
Telefone / Fax: 255 610 510	E-mail: adrm1994@gmail.com		
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA COVA		
Natureza Jurídica	IPSS	Lugares a Criar: 60	
Respostas Sociais Aprovadas	ERPI	Programa de Financiamento:	PRR
Morada	Av.ª António Ribeiro, nº 872, 4560-872 Vila Cova		
Telefone / Fax: 255 941 313	E-mail: a.s.s.vilacova@gmail.com		
ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FIGUEIRA		
Natureza Jurídica	IPSS	Alargamento do nº de lugares: 18	
Respostas Sociais Aprovadas	ERPI	Programa de Financiamento:	PARES 3.0
Morada	RUA CENTRO SOCIAL, N.º 323, 4575-249 LAGARES E FIGUEIRA		
Telefone / Fax: 255 614 552	E-mail: apoio.social.lar@gmail.com		

2.3. Mapeamento das respostas atípicas por área de intervenção

Este ponto tem como objetivo mapear e sistematizar a informação sobre os serviços e projetos de índole social, num sentido amplo, não tipificados, disponíveis no concelho de Penafiel.

2.3.1. Serviços

O objetivo deste ponto é o de referenciar os serviços de apoio de âmbito social disponíveis no concelho.

TABELA RESUMO DE SERVIÇOS

Tabela nº56

Designação da Instituição	CMP – Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde
Áreas	Medidas
Crianças e Jovens	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel
	Comparticipação despesas de medicamentos para Crianças e Jovens
Pessoas Idosas	Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Penafiel
	Comparticipação despesas de medicamentos para Idosos e Reformados
Pessoas com Deficiência	Balcão da Inclusão
	Atendimento + encaminhamento
Voluntariado	Banco de Voluntariado de Penafiel
	Voluntariado de Proximidade
Habitação	Habitação Social + Intervenção Social
	Subsídio de Apoio ao Arrendamento
	Estratégia Local de Habitação
	Apoio ao Pagamento de Fornecimento de Energia
	Pequenas Reparações Domésticas
Sem-Abrigo	Tarifa Social da Água e Saneamento
	ENPISSA / Segurança Social / Autarquia
Família	Intervenção Social
	Gabinete de Psico-Oncologia
	Banco Municipal de Bens e Ajudas
	Cartão Municipal Famílias Numerosas
	Gabinete de Apoio à Família
	Comparticipação despesas de medicamentos para Doença Mental
	Comparticipação despesas de medicamentos Doença Oncológica
	Apoio na aquisição de óculos
	Casa de Emergência Social
	Penafiel Natal + Solidário - Cabaz de Natal
	Bolsas de Estudo
Atendimento Social e encaminhamentos - Apoio de 1.ª linha	
Emigrantes Imigrantes/Refugiados Investidores da Diáspora	Atendimento e acompanhamento GAE
	Atendimento e acompanhamento GAI
	Gabinete ao Investidor da Diáspora - GAID

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Famílias em situação de vulnerabilidade
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Plano Municipal Solidário
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Municípios do concelho
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	3.084
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Resolução de problemas reais dos cidadãos relacionados com dificuldades financeiras graves, onde se pretende dar assistência a situações cujo sistema de proteção social não abarca, constituindo uma ação complementar ao mesmo.

PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS

A) PENAFIEL AJUDA - BANCO MUNICIPAL DE BENS E AJUDAS;	Pretende-se efetuar uma gestão centralizada dos bens alimentares, mobiliário, vestuário, calçado, entre outras ajudas e proceder à sua distribuição pela Rede Municipal.
B) PENAFIEL HABITA - APOIO AO ARRENDAMENTO	Esta medida visa apoiar o arrendamento no mercado privado a famílias com dificuldades económicas evitando o desalojamento devido a ações de despejo.
B.1) PENAFIEL HABITA - APOIO AO PAGAMENTO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA	Em situações de iminência ou corte de fornecimento de energia o Município procede ao pagamento do montante em dívida, bem como, os encargos relativos à sua reativação.
B.2) TARIFA SOCIAL DA ÁGUA E SANEAMENTO	Tarifário social a utilizadores finais domésticos cujo agregado familiar possua rendimentos “per capita”, igual ou inferior a 50% do IAS (Indexante de Apoios Sociais).
B.3) TARIFA FAMILIAR ÁGUA E SANEAMENTO	Tarifário específico para famílias numerosas, destinado a agregados familiares compostos por 3 ou mais filhos.
C) PENAFIEL FAMÍLIA - CARTÃO MUNICIPAL FAMÍLIAS NUMEROSAS	Destina-se a promover incentivos específicos que conduzam, por um lado, ao aumento da natalidade e, por outro, à fixação e melhoria das condições de vida das famílias numerosas residentes neste Município. Serão concretizadas mediante a atribuição de descontos em vários equipamentos e infraestruturas incluindo entradas em espetáculos, museus, piscinas, entre outras.
C.1) GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA	Apoio psicológico e social às famílias. Intervenção multidisciplinar, individualizada e multidimensional, promovendo a (re) inserção e consequente melhoria de vida.
C.2) GABINETE DE APOIO E INFORMAÇÃO AO MIGRANTE – GAE E GAID – GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR DA DIÁSPORA	Consiste em orientar quem pondera emigrar, em termos da informação sobre o país de destino. Estrutura de apoio aos emigrantes residentes ou não em Portugal, bem como aos seus familiares. Este gabinete presta um serviço gratuito aos Municípios que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e àqueles que desejam emigrar, apoiando-os na resolução de diversos problemas.
D) PENAFIEL REPARA - PEQUENAS REPARAÇÕES DOMÉSTICAS	É um serviço prestado, gratuitamente, pela Câmara Municipal de Penafiel, através de pessoal técnico competente e qualificado, que visa realizar pequenas reparações domésticas.
E) PENAFIEL CUIDA - COMPARTICIPAÇÃO DESPESAS DE MEDICAMENTOS PARA CRIANÇAS E JOVENS	Apoio a 100% em medicamentos comparticipados pelo SNS (Serviço Nacional de Saúde).
E.1) COMPARTICIPAÇÃO DESPESAS DE MEDICAMENTOS PARA IDOSOS E REFORMADOS	Apoio a 100% em medicamento comparticipados pelo SNS.
E.2) COMPARTICIPAÇÃO DESPESAS DE MEDICAMENTOS PARA DOENÇA MENTAL	Apoio a 100% em medicamentos comparticipados pelo SNS.

E.3) COMPARTICIPAÇÃO DESPESAS DE MEDICAMENTOS DOENÇA ONCOLÓGICA	Apoio 100% do valor da receita médica (comparticipados ou não pelo SNS).
E.4) APOIO NA AQUISIÇÃO DE ÓCULOS	Apoio na aquisição de óculos unificais ou progressivos, através do número de acordos de cooperação em Óticas do Concelho de Penafiel.
F) PENAFIEL ACOLHE - CASA DE EMERGÊNCIA SOCIAL	Permite o alojamento temporário de munícipes que vejam a sua habitação destruída e gravemente afetada pela ocorrência, anómalas e imprevisíveis, de um acidente grave ou catástrofe e acolher, temporariamente, vítimas de violência doméstica acompanhadas ou não de filhos, menores.
G) PENAFIEL NATAL + SOLIDÁRIO - CABAZ DE NATAL	Apoiar ao nível alimentar as famílias mais carenciadas do concelho de forma a proporcionar-lhes um Natal mais feliz e condigno.
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Apoio financeiro/Bens alimentares/Equipa técnica multidisciplinar DASIS.
PARCEIROS ENVOLVIDOS	IPSS, Autarquia.
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº58

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Maus tratos a Pessoas Idosas
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Penafiel
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Pessoas Idosas
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	31
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	A CMPIP é uma equipa de trabalho multidisciplinar, que visa promover os direitos do idoso e prevenir ou responder a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde ou bem estar da população idosa do concelho de Penafiel;
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	Tem como principais objetivos, atendimento e acompanhamento a pessoas idosas em situações de risco; proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos idosos; promover os direitos dos idosos; prevenir ou responder a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde ou bem-estar dos idosos; combater a exclusão social na população idosa; manter o idoso na sua habitação e meio natural, em segurança;
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Recursos Humanos: IPSS, Autarquia, Saúde, Forças de Segurança;
PARCEIROS ENVOLVIDOS	IPSS, Saúde, Forças de Segurança.
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº59

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Promoção dos direitos da proteção da Criança e do Jovem quando estes se encontram em risco/perigo
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Crianças e Jovens

QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	382
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Abandono; Maus Tratos físicos e/ou psíquicos; Abuso sexual; Trabalho Infantil; Comportamentos/Atividades/Consumos que prejudiquem a criança
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	Aplicação de medidas de promoção e proteção, prestando apoio junto dos pais, outro familiar ou pessoa idónea; apoio para autonomia da vida; acolhimento familiar ou institucional
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Equipa multidisciplinar
PARCEIROS ENVOLVIDOS	IPSS, Autarquia, Saúde, Forças de Segurança, Segurança Social
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CPCJ, 2022

Tabela nº60

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Informação e Mediação especializada acessível às pessoas com deficiência
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Balcão de Inclusão
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Pessoas com Deficiência
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	N.A
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Acessibilidade; Atendimento Prioritário; Atestado Médico de Capacidade Multiuso; Benefícios Fiscais; Cultura, desporto e lazer; Educação; Emprego e Formação Profissional; Estacionamento; Habitação; Intervenção Precoce; Modelo de Apoio à Vida Independente; Não Discriminação; Parentalidade; Prestação Social para a Inclusão; Produtos de Apoio/Ajudas técnicas; Proteção Social; Saúde
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	<ul style="list-style-type: none"> a) Disponibilização de informação por telefone, por escrito, por videoconferência e presencialmente sobre os direitos e benefícios; b) Encaminhamento e mediação/sensibilização junto dos diferentes serviços e organismos;
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Equipa Técnica
PARCEIROS ENVOLVIDOS	Autarquia, Instituto Nacional para a Reabilitação
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº61

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Famílias em situação de vulnerabilidade
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Balcões e Lojas Sociais do Concelho de Penafiel
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Comunidade do Concelho de Penafiel
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	N.A

NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	<p>As Lojas Sociais/Balcões Sociais são uma resposta social solidária, de intervenção e emergência na área social, surgindo como uma estrutura de atendimento e acompanhamento de proximidade, com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas, através da recolha de bens usados ou novos (alimentação, vestuário, calçado, mobiliário ou outros bens essenciais) doados por particulares ou empresas. Penafiel dispõe de 7 Lojas/Balcões Sociais, criadas a partir de IPSS ou de cariz religioso, as quais passamos a apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Loja Social de Galegos – Freguesia de Galegos (Associação para o Desenvolvimento de Galegos) - Balcão Solidário de Lagares – Freguesia de Lagares e Figueira (Associação para o Desenvolvimento de Lagares) - Loja Social de Vila Cova – Freguesia de Luzim e Vila Cova (Associação Solidariedade Social de Vila Cova) - Loja Social de Rio de Moinhos – Freguesia de Rio de Moinhos (Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos) - Loja Social de Oldrões – Freguesia de Oldrões (Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões) - Loja Social das Termas de S. Vicente – Freguesia de Termas de S.Vicente (Associação para o Desenvolvimento das Termas de S.Vicente) - Conferências Vicentinas – Freguesia de Penafiel (Nossa Senhora do Rosário de Penafiel)
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	Angariação de bens para fazer face à necessidade dos utentes mais carenciados
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Bens materias (vestuário, calçado, eletrodomésticos, mobiliário)
PARCEIROS ENVOLVIDOS	Autarquia, IPSS e Vicentinas
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº62

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Promover o encontro de pessoas que expressam disponibilidade e vontade no trabalho voluntário e entidades que reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Banco de Voluntariado de Penafiel
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Comunidade em Geral
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	N.A
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	O Banco de Voluntariado tem como objetivo promover o encontro de pessoas que expressam disponibilidade e vontade no trabalho voluntário e entidades que reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	O Banco de voluntariado traduz-se num conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada e não remunerada
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Equipa Técnica, Voluntários

PARCEIROS ENVOLVIDOS	Autarquia
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº63

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
CONTACTO	255 710 714
DESIGNAÇÃO SERVIÇO	Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não-Discriminação
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	O Plano Municipal para a Igualdade de Género é um instrumento de política local que estabelece a estratégia de promoção da igualdade e a mobilização explícita de um conjunto de políticas e ações para a igualdade.
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Comunidade em Geral e colaboradores/as do Município.
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	N.A
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Combater a Desigualdade de Género e a Discriminação
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	<p>No Plano Interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ações de sensibilização para os princípios da Igualdade de Género e divulgação de informação relativa aos direitos e deveres dos/as colaboradores/as em matéria de igualdade e não discriminação em função do sexo; 2. Promoção do diálogo social e participação dos/as colaboradores/as através de um conjunto de atividades dirigidas aos colaboradores do Município, nomeadamente consultas de nutrição, atividades desportivas e de convívio entre os/as colaboradores/as. 3. Promoção da utilização de linguagem e imagens neutras e inclusivas na comunicação interna e externa; 4. Promoção de atividade que favoreçam a conciliação da vida profissional dos colaboradores/as a nível profissional, familiar e pessoal, assim como o aumento dos recursos existentes na área geográfica da Câmara Municipal que possam facilitar os/as colaboradores/as a nível profissional, familiar e pessoal. 5. Promoção da igualdade de oportunidades no emprego às pessoas que se encontrem em situação de desvantagem, através da integração das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. 6. Garantir o respeito pela dignidade do homem e da mulher no local de trabalho, sendo sido para isso criado um instrumento de divulgação do código de ética e conduta interno. <p>No Plano Externo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na área da educação foram e serão promovidas atividades de sensibilização/informação/discussão relacionadas com os papéis e estereótipos de género e (des) igualdades, para além de ações de sensibilização para prevenir a violência de género e violência doméstica junto da comunidade escolar. 2. No âmbito do emprego as atividades dizem respeito a três eixos de intervenção: Promoção de ações que contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, facilitadoras de condições favoráveis a uma (re)inserção ao nível familiar, social e laboral; O Balcão da Inclusão que presta informação e apoio à pessoa com deficiência; Dinamização de sessões de informação/sensibilização junto das empresas/organizações. 3. Promoção de atividades que fomentem a participação masculina na vida familiar, por forma a favorecer a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. 4. Divulgação de informação sobre a violência de género e doméstica e ações de sensibilização dirigidas à comunidade sobre o flagelo da violência doméstica contra as mulheres.

	<p>5. Atividades de promoção da informação sobre saúde masculina e feminina no concelho, promoção do envelhecimento ativo e desconstrução de estereótipos de género.</p> <p>6. Atividades de promoção dos valores da Igualdade, Inclusão e Participação; apoiar a população emigrante e imigrante do concelho, nomeadamente as mulheres e refugiados, através do Gabinete de Apoio ao Emigrante; Promoção dos/as conselheiros/as Locais para a Igualdade de Género, reforçando a sua figura e respetivas funções.</p>
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	O Plano Municipal para a Igualdade de Género é um instrumento de política local que estabelece a estratégia de promoção da igualdade e a mobilização explícita de um conjunto de políticas e ações para a igualdade. A integração da perspetiva de género no Município obedecerá, a uma fase de planeamento e fixação de objetivos a curto, médio e longo prazo, bem como das netas a alcançar em cada momento da sua aplicação, definindo os recursos necessários para o desenvolvimento, controlo e avaliação das situações, prioridades e necessidades das mulheres e dos homens.
PARCEIROS ENVOLVIDOS	CIM - TS; Janela Aberta; Associações/IPSS; Agrupamentos de Escolas; Associações de Pais; GNR e Ministério Público.

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº 64

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CMP – DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, INCLUSÃO E SAÚDE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	O Gabinete de Psico-Oncologia resulta de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Liga Portuguesa Contra o Cancro e tem como objetivo facultar apoio psicológico a todos os doentes oncológicos, aos seus familiares e profissionais de saúde procurando potencializar a sua qualidade de vida.
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Gabinete de Psico-Oncologia
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Doentes oncológicos e seus familiares, profissionais de saúde;
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	18 utentes/114 consultas
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Apoio psicológico a doentes oncológicos e seus familiares procurando potencializar a sua qualidade de vida.
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	Modalidades Terapêuticas - Consulta Individual - Consulta de Casal - Consulta de grupo - Terapia Sexual - Ludoterapia - Reiki
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Acompanhamento Psicológico
PARCEIROS ENVOLVIDOS	Liga Portuguesa Contra o Cancro
CONTACTO	255 710 714

Fonte: CMP/DASIS, 2022

Tabela nº65

DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RIO DE MOINHOS ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL – FONTE DE SOLIDARIEDADE
ÁREA (TEMÁTICA) DE INTERVENÇÃO	Inserção Profissional
DESIGNAÇÃO DO SERVIÇO	Gabinete de Inserção Profissional – GIP
GRUPO ALVO/BENEFICIÁRIOS	Desempregados
QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS	1292
NECESSIDADE/PROBLEMA SOCIAL A QUE PRETENDE RESPONDER	Os Gabinetes de Inserção Profissional constituem outro tipo de resposta no âmbito da intervenção ao nível comunitário, de forma a auxiliar o desenvolvimento que contribua para a inserção ou reinserção profissional de desempregados.
PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS	<p>Ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;</p> <p>Captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;</p> <p>Divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;</p> <p>Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;</p> <p>Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;</p> <p>Apoio à inscrição on-line dos candidatos a emprego;</p> <p>Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;</p> <p>Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoiar a inserção profissional dos desempregados;</p>
RECURSOS DISPONIBILIZADOS À COMUNIDADE	Acompanhamento Técnico; Formação Profissional
PARCEIROS ENVOLVIDOS	IEFP; Entidades Públicas e Privadas; IPSS
CONTACTO	255 610 510 – Associação de Rio de Moinhos 255 755 369 – Associação de Fonte Arcada

Fonte: Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos/Associação de Desenvolvimento e Apoio Social – Fonte de Solidariedade, 2022

2.3.2. Projetos

O objetivo deste ponto é o de mapear os projetos com intencionalidade de intervenção social em curso no concelho.

Tabela nº 66

Designação da Instituição	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
Contacto	255 710 714
Designação do projeto	Projeto Adélia
Área (temática) de Intervenção	Estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens
Grupo Alvo/beneficiários	Crianças e jovens; Famílias com crianças e jovens; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Técnicos e outros profissionais de entidades locais com competência em matéria de infância e juventude que desenvolvem intervenção com famílias; Sociedade civil.
Necessidade/problema social a que pretende responder	Estilos de Parentalidade Desajustados
Principais ações implementadas	<p>- Mais Proteção: Capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável através do desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), garantindo a participação efetiva das crianças e de atividades que permitam a melhoria das capacidades parentais.</p> <p>- Mais Capacitação: Capacitação de técnicos/as das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude no domínio da melhoria das competências e desempenho parental, nomeadamente, capacitação no âmbito dos Programas “Anos Incríveis”, “Mais Família-Mais Jovem” e “Crianças no Meio do Conflito”.</p> <p>- Criação do Conselho Nacional de Crianças e Jovens visando a participação social e política, nomeadamente em temáticas tratadas na CNPDCJ como por exemplo os Direitos da Criança.</p> <p>- Mais Famílias Positivas: Sensibilização, seminários, workshops e campanhas para públicos estratégicos, famílias e comunidade, no âmbito da promoção da parentalidade positiva e dos direitos das crianças e jovens.</p> <p>- Mais Inovação Social: Programa de Ideação e Aceleração – Design Thinking para a Inovação Social. Concurso de ideias e soluções inovadoras para a promoção da parentalidade positiva.</p>
Parceiros envolvidos	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e CPCJ de Penafiel

Fonte: CPCJ Penafiel, 2022

Tabela nº 67

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento de Lagares
Contacto	255 755 316
Designação do projeto	Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS 4G
Área (temática) de Intervenção	Emprego; Formação Profissional e Qualificação; Intervenção Familiar e Parental preventiva de pobreza infantil
Grupo Alvo/beneficiários	Beneficiários socialmente desfavorecidos
Quantificação dos beneficiários abrangidos	1625
Necessidade/problema social a que pretende responder	Aumentar a empregabilidade e capacitar as famílias por forma a promover a igualdade de oportunidades e inclusão social
Principais ações implementadas	Ações dirigidas a desempregados, crianças e jovens e às famílias nas suas mais diversas dimensões
Recursos disponibilizados à comunidade	Equipa Multidisciplinar
Parceiros envolvidos	Autarquia; Agrupamento de Escolas; Centros de Formação; Entidades Empregadoras Públicas e Privadas

Fonte: Associação para o Desenvolvimento de Lagares, 2022

Tabela nº 68

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento de Figueira
Contacto	255 723 035
Designação do projeto	PRI – Programa de Respostas Integradas
Área (temática) de Intervenção	Comportamentos Aditivos
Grupo Alvo/beneficiários	Indivíduos e famílias com dependências.
Quantificação dos beneficiários abrangidos	884
Necessidade/problema social a que pretende responder	Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.
Principais ações implementadas	Mediação familiar e social; Ações de sensibilização para utentes e famílias: - Ações para o desenvolvimento de competências de gestão doméstica; - Ações de Educação para a Saúde; - Ações para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais; - Orientação socioprofissional. Acompanhamento psicossocial; Ações de formação para técnicos.
Recursos disponibilizados à comunidade	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento
Parceiros envolvidos	SICAD; CMPenafiel

Fonte: Associação para o Desenvolvimento da Figueira, 2022

Tabela nº 69

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento de Figueira
Contacto	255 723 035
Designação do projeto	Projeto FOCO
Área (temática) de Intervenção	Prevenção e Combate a todas as formas de violência contra as mulheres
Grupo Alvo/beneficiários	Comunidade jovem e comunidade educativa
Quantificação dos beneficiários abrangidos	Durante o projeto (de 2019 a 2022) foram dinamizados 40 workshops/campanhas atuando em duas grandes vertentes: prevenção/sensibilização e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica
Necessidade/problema social a que pretende responder	Sensibilizar os profissionais educativos com o objetivo de fomentar a consciencialização e a sensibilização relativamente às questões relacionadas com a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, é um resultado esperado com o desenvolvimento deste projeto. Pretende-se ainda capacitar e proporcionar aos agentes educativos estratégias de perceção, aquisição e desenvolvimento de competências de despistagem e intervenção perante situações de violência doméstica contra as mulheres, e violência no namoro.
Principais ações implementadas	Desenvolvimento de atividades de animação que têm como objetivos sensibilizar os jovens e a comunidade no geral para a temática da Violência de Género e da Importância da Igualdade entre mulheres e homens de uma forma dinâmica, pedagógica e, acima de tudo, preventiva.
Recursos disponibilizados à comunidade	Workshops/campanhas de sensibilização
Parceiros envolvidos	Agrupamentos de Escola

Fonte: Associação para o Desenvolvimento da Figueira, 2022

Tabela nº70

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento de Figueira
Contacto	255 723 035
Designação do projeto	Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica – Gabinete Janela Aberta
Área (temática) de Intervenção	A Equipa Técnica do Gabinete Janela Aberta presta apoio psicossocial e jurídico às vítimas de violência doméstica.
Grupo Alvo/beneficiários	Vítimas de Violência Doméstica
Quantificação dos beneficiários abrangidos	127
Necessidade/problema social a que pretende responder	Responder às necessidades das vítimas de violência doméstica, operando nas vertentes da intervenção e prevenção, concretizadas através do apoio psicossocial e jurídico. Desenvolver ações de sensibilização à comunidade local e escolar.
Principais ações implementadas	Apoio e acompanhamento psicossocial a vítimas de violência doméstica. Apoio na conciliação da vida familiar com a profissional.
Recursos disponibilizados à comunidade	Gabinete de atendimento e acompanhamento
Parceiros envolvidos	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia

Fonte: Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica - Gabinete Janela Aberta, 2022

Tabela nº71

Designação da Instituição	CMP – Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde
Contacto	255 710 714
Designação do projeto	Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS)
Área (temática) de Intervenção	Promoção de Comunidades Saudáveis
Grupo Alvo/beneficiários	Municípios aderentes à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis
Quantificação dos beneficiários abrangidos	N.A
Necessidade/problema social a que pretende responder	A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis tem por objetivos, apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto “Cidades Saudáveis” nos municípios que pretendem assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos; apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde; promover e intensificar a cooperação e a comunidade entre os municípios que integram a Rede e entre as restantes redes nacionais participantes no projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS).
Principais ações implementadas	A RPMS desenvolve diversas atividades no âmbito da promoção de comunidades saudáveis. Cada município da Rede desenvolve várias atividades relativas à promoção de um modo de vida saudável na sua cidade.
Recursos disponibilizados à comunidade	Equipa Técnica
Parceiros envolvidos	Autarquia; Organização Mundial de Saúde; Direção Geral da Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública; Instituto de Geografia e Ordenamento de Território.

Fonte: C.M.P./DASIS, 2022

Tabela nº72

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia da Portela
Contacto	255 613 006
Designação do projeto	Centro Sénior da Portela
Área (temática) de Intervenção	Prestação de cuidados individualizados e personalizados às pessoas idosas e famílias da freguesia e áreas envolventes
Grupo Alvo/beneficiários	Pessoas Idosas
Quantificação dos beneficiários abrangidos	22
Necessidade/problema social a que pretende responder	O Centro Sénior da Portela é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados a pessoas idosas e famílias, quando por motivo de doença, deficiência entre outros, não possam assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades do dia a dia.
Principais ações implementadas	Fomentação da permanência do idoso no seu meio natural de vida; Proporcionar serviços adequados às necessidades biopsicossociais das pessoas idosas; Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada pessoa;

	<p>Promoção da dignidade da pessoa e oportunidades para a estimulação da memória, do respeito pela história, cultura, e espiritualidade pessoais e pelas suas reminiscências e vontades conscientemente expressas;</p> <p>Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;</p> <p>Promoção do aproveitamento de oportunidades para a saúde, participação e segurança e no acesso à continuidade de aprendizagem ao longo da vida e o contacto com novas tecnologia úteis;</p> <p>Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;</p> <p>Promoção de estratégias de manutenção e reforço da funcionalidade, autonomia e independência, do auto cuidado e da autoestima e oportunidades para a mobilidade e atividade regular, tendo em atenção o estado de saúde e recomendações médicas de cada pessoa;</p> <p>Promoção de um ambiente de segurança física e afetiva, prevenir os acidentes, as quedas, os problemas com medicamentos, o isolamento e qualquer forma de mau trato;</p> <p>Promoção da interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida;</p> <p>Promoção de contactos sociais, potenciando a integração social;</p> <p>Proporcionar um ambiente inclusivo que fomente relações interpessoais;</p> <p>Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;</p> <p>Promoção do envolvimento, bom relacionamento e competências da família;</p> <p>Promoção de relações com a comunidade e na comunidade;</p> <p>Dinamização de relações intergeracionais;</p>
--	--

Recursos disponibilizados à comunidade

Fonte: Centro Sénior da Portela, 2022

Acompanhamento e apoio de proximidade

Tabela nº73

Designação da Instituição	Associação Desenvolvimento Social, Cultural e Recreativo – Sebolido Ativo
Contacto	255 677 614
Designação do Projeto	Apoio Sénior de Sebolido Ativo
Área (temática) de Intervenção	Prestação de cuidados à Pessoa Idosa
Grupo Alvo/beneficiários (a quem se dirige)	Pessoas Idosas
Quantificação dos beneficiários abrangidos	19
Necessidade/problema social a que pretende responder	Desenvolvimento Social e bem estar da comunidade idosa da zona envolvente, proporcionando serviços que respondam às necessidades de acompanhamento, de melhoria da qualidade de vida e de lazer, combatendo o isolamento desta população;
Principais ações implementadas	<p>Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;</p> <p>Promoção da interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida;</p> <p>Promoção de contactos sociais, potenciando a integração social;</p> <p>Proporcionar um ambiente inclusivo que fomente relações interpessoais;</p>
Recursos disponibilizados à comunidade	Acompanhamento e apoio de proximidade

Fonte: Associação Desenvolvimento Social, Cultural e Recreativo Sebolido Ativo, 2022

Tabela nº74

Designação da Instituição	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau
Contacto	255 677 100
Designação do projeto	Apoio Sénior de Rio Mau
Área (temática) de Intervenção	Prestação de cuidados à Pessoa Idosa
Grupo Alvo/beneficiários	Pessoas Idosas
Quantificação dos beneficiários abrangidos	10
Necessidade/problema social a que pretende responder	Desenvolvimento Social e bem estar da comunidade idosa da zona envolvente, proporcionando serviços que respondam às necessidades de acompanhamento, de melhoria da qualidade de vida e de lazer;
Principais ações implementadas	Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; Promoção da interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida; Promoção de contactos sociais, potenciando a integração social; Proporcionar um ambiente inclusivo que fomente relações interpessoais;
Recursos disponibilizados à comunidade	Acompanhamento e apoio de proximidade

Fonte: Associação Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau, 2022

Tabela nº75

Designação da Instituição	Junta de Freguesia de Penafiel
Contacto	255 711 647
Designação do projeto	Apoio Sénior de Penafiel
Área (temática) de Intervenção	Prestação de cuidados à Pessoa Idosa
Grupo Alvo/beneficiários	Pessoas Idosas
Quantificação dos beneficiários abrangidos	52
Necessidade/problema social a que pretende responder	Desenvolvimento Social e bem estar da comunidade idosa da zona envolvente, proporcionando serviços que respondam às necessidades de acompanhamento, de melhoria da qualidade de vida e de lazer das pessoas idosas; Combate à solidão e ao isolamento social;
Principais ações implementadas	Atividade Física e mobilização corporal; Atividades de animação; Atividades recreativas e culturais; Boccia Senior; Serviço de cabeleireiro e manicure/pédicure; Serviço de Massagens; Sessões de culinária (voluntários); Sessões de informação e capacitação em higiene e segurança; Sessões de Reiky;
Recursos disponibilizados à comunidade	Fornecimento de lanche; Recursos digitais;

	Transporte;
Parceiros envolvidos	Associação Empresarial de Penafiel (AEP); Associação de Diabéticos do Vale do Sousa; Câmara Municipal de Penafiel; ISCE Douro; Núcleo de Reiky – Cenif Penafiel; Profensino; Interact;

Fonte: Junta de Freguesia de Penafiel, 2022

Tabela nº76

Designação da Instituição	Junta de Freguesia de Castelões
Contacto	255 734 798
Designação do projeto	Apoio Sénior de Castelões
Área (temática) de Intervenção	Prestação de cuidados à Pessoa Idosa
Grupo Alvo/beneficiários	Pessoas Idosas
Quantificação dos beneficiários abrangidos	10
Necessidade/problema social a que pretende responder	Desenvolvimento Social e de bem estar da comunidade idosa da zona envolvente, proporcionando serviços que respondam às necessidades de acompanhamento, de melhoria da qualidade de vida e de lazer;
Principais ações implementadas	Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; Promoção da interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida; Promoção de contactos sociais, potenciando a integração social; Proporcionar um ambiente inclusivo que fomente relações interpessoais;
Recursos disponibilizados à comunidade	Acompanhamento e apoio de proximidade

Fonte: Junta de Freguesia de Penafiel, 2022

2.4 – Caracterização global da rede de respostas e equipamentos no Município de Penafiel

Número de Valências e Clientes segundo o tipo de População Alvo Análise conjunta da Rede Solidária e Rede Privada

Tabela nº77

População Alvo	Infância e Juventude			Pessoas Adultas			Família e Comunidade	Total
	Crianças e Jovens	Crianças c/ Deficiência	C.J. em Perigo	Pessoas em situação Dependência	Pessoas Idosas	Pessoas com Deficiência		
Nº Valências	27	2	1	1	46	4	8	89
Capacidade	1.153	178	56	25	1.269	102	1.577	4.360
Nº Utentes	1.085	178	14	25	1.199	102	1.464	4.067
Com Acordo	974	178	0	25	1.085	102	1.460	3.824
Sem Acordo	106	0	14	0	126	0	0	246
Lista de Candidatos	171	38 + 41	0	(sem dados disponíveis)	432	64	N/A	N/A

Fonte: IPSS/Associações, C.M.P./DASIS, CPCJ, 2022

As respostas sociais distribuídas pela rede solidária e pela rede privada perfazem um total de 89 valências em todo o concelho de Penafiel. As Instituições da rede solidária são detentoras das valências no domínio da Infância e Juventude, das Pessoas Adultas e da Família e Comunidade exclusivamente, com a exceção da valência Creche e de Jardim de Infância, onde existe também uma instituição privada proprietária e da resposta Lar de Infância e Juventude, cuja Instituição é de Direito Canónico.

As 89 respostas sociais têm uma capacidade para albergar 4.360 utentes, encontrando-se 4.067 utentes a usufruir das respostas, sendo que, 3.824 estão integrados com acordos de cooperação com o ISS,IP e 246 sem acordos.

Relativamente ao número da lista de candidatos total, essa análise não é possível apresentar, uma vez que não dispomos das listas de espera do total das respostas sociais. No entanto é possível concluir que o total das respostas sociais para crianças e jovens apresenta uma lista de candidatos de 171, para crianças com deficiência de 79, para pessoas idosas de 432 e para pessoas adultas com deficiência de 64 pessoas candidatas.

Análise - Rede Solidária

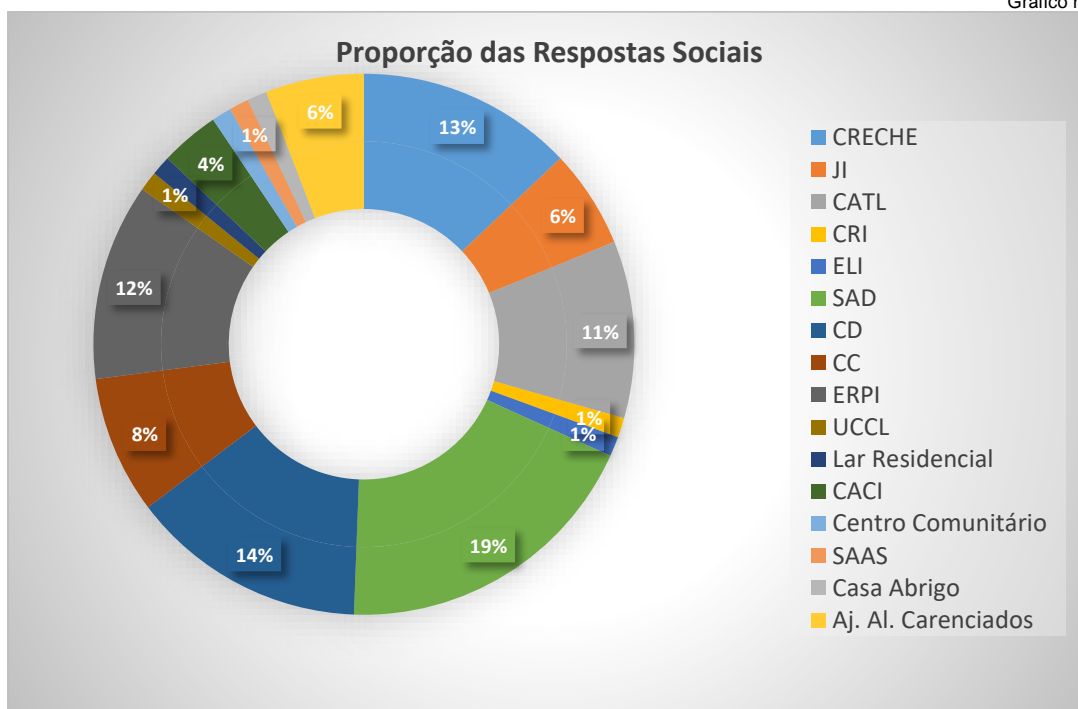
Tabela nº78

Total de Instituições	Instituições com Valências	Instituições sem Valências	Total de Valências Sociais	Total de Beneficiários dos Equipamentos Sociais	Capacidade Total dos Equipamentos Sociais
37	24	12	86	4.020	4.271

Fonte: C.M.P./DASIS, 2022

O concelho dispõe de 37 Instituições de cariz social, das quais 24 têm valências que integram 86 respostas sociais. Possuem uma capacidade instalada para 4.271 utentes. Usufruem 4.020 beneficiários do total das respostas sociais do concelho.

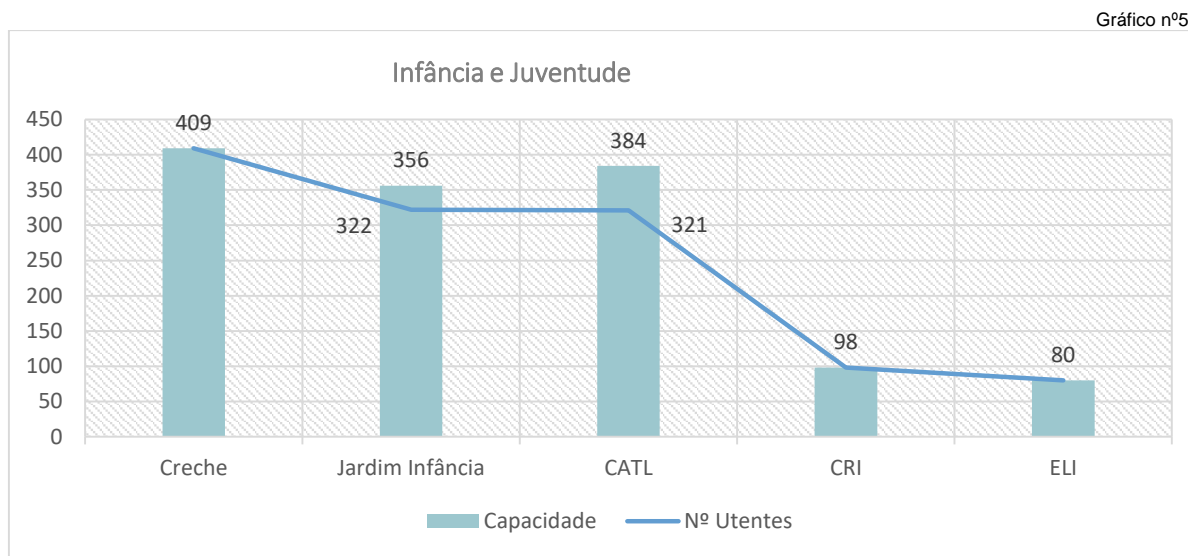
Gráfico nº4



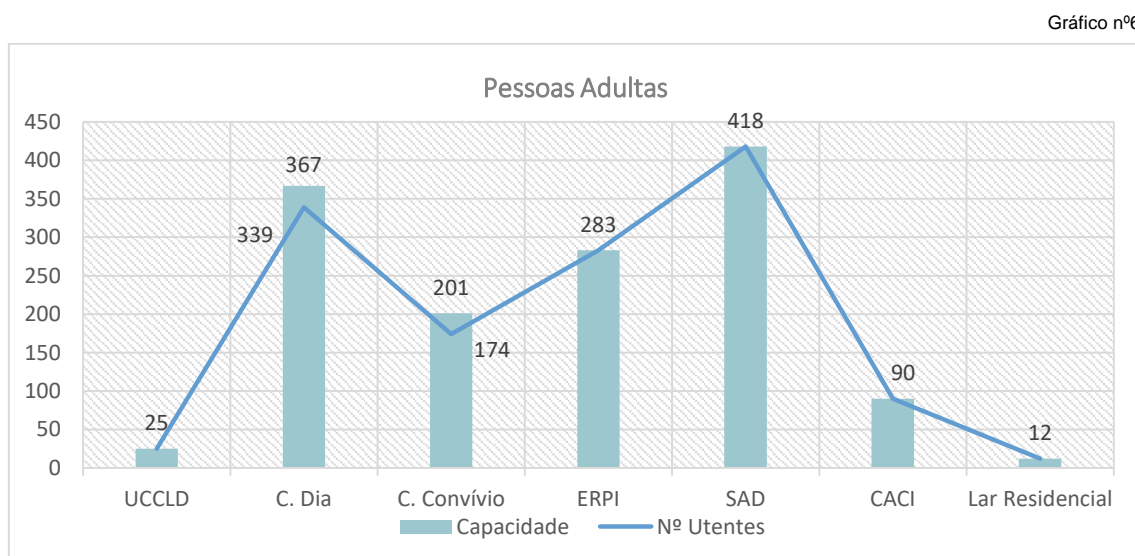
Do total das respostas sociais, aquela que tem maior representatividade é o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas (19%) seguido do Centro de Dia (14%) da Creche (13%) da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (12%) e do Centro de Atividades de Tempos Livres (11%).

Capacidade versus Total de Utentes nas Valências

Os gráficos que se seguem apresentam a capacidade de cada resposta social existente por comparação ao número efetivo de utentes que frequentam cada resposta.

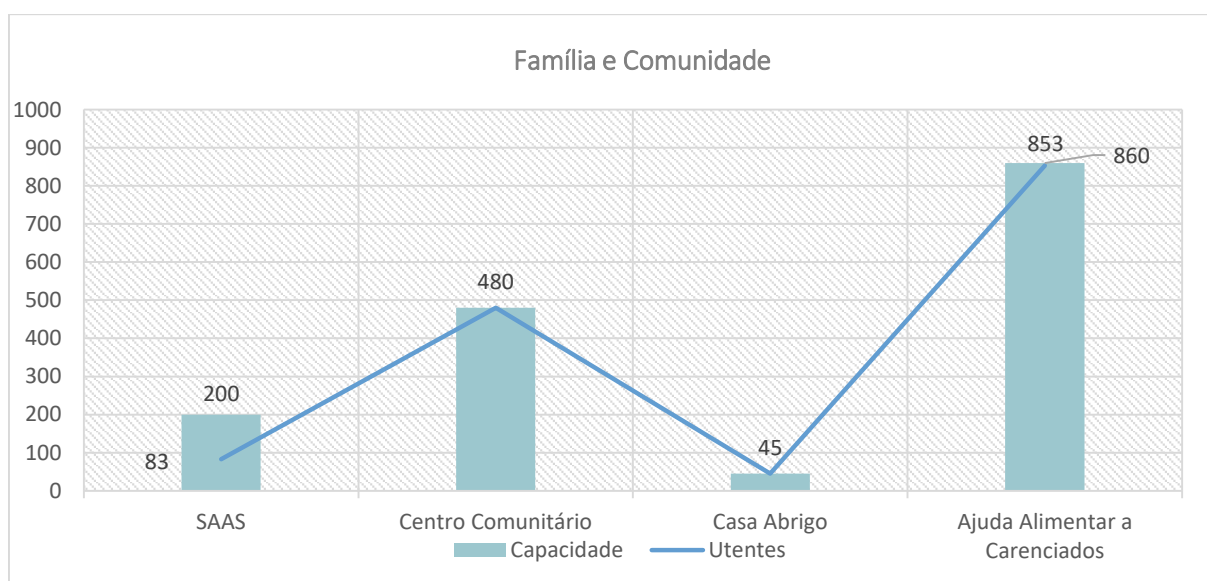


A partir do gráfico 5 podemos observar, no que toca ao tema da infância e juventude, três valências que de momento estão com o número de clientes igual à sua capacidade, como sendo a creche com uma capacidade para 409 crianças, sendo o mesmo número de crianças a frequentar. O CRI e a ELI para crianças e jovens com deficiência com 98 e 80 de capacidade, sendo o mesmo valor de crianças e jovens a frequentar as respostas. Ainda na área da infância e juventude, o JI e o CATL possuem uma capacidade superior ao número de crianças/jovens a frequentar, tendo o CATL uma capacidade para 384 crianças ou jovens, estando a usufruir 321. Relativamente ao JI, o mesmo apresenta uma capacidade para 356 crianças, estando a frequentar 322.



O gráfico 6 refere-se às respostas para Pessoas Adultas, que estão distribuídas por 7 valências. Podemos constatar que na sua maioria, as valências possuem o mesmo número de beneficiários e de capacidade, ou seja, 5 em 7 valências têm a mesma capacidade e o mesmo número de clientes a usufruir da resposta, sendo elas: UCCLDMF, que possui 25 lugares com 25 clientes, a ERPI com uma capacidade para 283 lugares, com 283 clientes integrados na mesma, o SAD conta com 418 vagas estando na sua totalidade preenchido, o CACI possui 90 vagas estando as 90 ocupadas, e por último o Lar Residencial com 12 vagas para 12 clientes. Relativamente às duas valências, Centro de Dia e Centro de Convívio, estas têm de momento uma capacidade superior ao número de clientes na resposta. O Centro de Dia possui 367 vagas para 339 pessoas idosas, já o Centro de Convívio conta com 201 vagas, estando 174 pessoas idosas a frequentar esta valência.

Gráfico nº7



Relativamente à área da família e comunidade, como o apresentado no Gráfico 7, é possível verificar 4 valências, sendo elas o SAAS, Centro Comunitário, Casa Abrigo e a Ajuda Alimentar a Carentes. O Centro Comunitário e a Casa Abrigo encontram-se em situação de sobrelotação, cuja capacidade é igual ao número de clientes a usufruir. A Ajuda Alimentar a Carentes, com 856 apoios disponíveis para a comunidade, tem 853 beneficiários usufruído do programa. Por fim, o SAAS, dados apresentados relativos ao mês de setembro a dezembro de 2021, contava com 200 vagas para apoio, tendo usufruído 83 beneficiários, apenas nos 4 meses mencionados anteriormente.

Capítulo III – Análise Qualitativa por Áreas das Respostas Sociais

Principal Fonte de Dados: IPSS/Associações do concelho

3.1 - Análise Qualitativa por Áreas das respostas sociais

Este ponto reflete um retrato qualitativo em que as Instituições identificam, por áreas de intervenção, as dimensões no que respeita aos problemas com que se deparam, às necessidades, apontam a vertente inovadora e as estratégias para a sustentabilidade. Os quadros abaixo são o resultado de um levantamento por inquérito entrevista, aplicado a todas as IPSS e Associações de cariz social do concelho.

O objetivo deste inquérito por entrevista passou por dar a oportunidade às Instituições de identificar questões-problema de natureza qualitativa, relevantes para a qualidade dos serviços, bem-estar dos utentes e para a promoção da missão institucional das respostas sociais, referidas agora no presente documento.

3.1.1. – Análise Qualitativa por Área da Resposta Social - Infância e Juventude

Tabela nº79

PROBLEMAS	
- Aumento de atrasos no desenvolvimento das crianças;	- Aumento de comportamentos agressivos e de impulsividade;
- Aumento dos comportamentos de risco, com adultos e seus pares;	- Aumento dos problemas emocionais e comportamentais, ao nível da distração, frustração, tolerância, ira e concentração;
- Dificuldade no acesso às diferentes terapias necessárias para o desenvolvimento das crianças;	- Problema na comunicação com as pessoas envolvidas à instituição;
- Atraso na linguagem;	- Maior ansiedade e irritabilidade nas crianças e jovens;
- Problemas de socialização, com adultos e com crianças;	- Privação social e sensorial das crianças;
- Demora dos serviços no tempo de resposta, demasiado burocráticos;	- A articulação entre escolas, centros de saúde ou psicólogos/pedopsiquiatras ainda é muito diminuta;
- Desenvolvimento de transtornos emocionais/comportamentais provocados pela baixa autoestima, pressão escolar e bullying;	- Isolamento por parte da criança, assim como o aumento do cansaço, tristeza e stress;
- A medida da gratuidade das creches não é acessível a todas as famílias que dela carecem, por falta de vaga na resposta;	- Atrasos no processo de Diagnóstico e no acesso às Terapias Ocupacionais, no caso da saúde mental, atrasos no desenvolvimento e nos comportamentos de risco;
- Grande parte das famílias não têm recursos económicos para um acompanhamento mais célere e assertivo;	- Tempo de espera muito elevado para dar resposta aos pedidos dos pais ou da escola, assim como elevada burocracia envolvida nos processos;
- Interrupções dos processos terapêuticos das crianças nas férias escolares, os pais tem de recorrer ao privado nessas mesmas pausas, causando um desajuste no acompanhamento e na vida familiar dos agregados;	- A resposta que as famílias recebem no que respeita às terapias, não é suficiente para a resolução e tratamento dos problemas inerentes ao desenvolvimento das crianças;

3.1.2. - Análise Qualitativa por Área da Resposta Social - Infância e Juventude

Tabela nº80

NECESSIDADES	
- Necessidade de acompanhamento ao nível da Terapia da Fala e da Terapia Comportamental;	- Importa reforçar a comunicação, envolvimento, parceria, interesses com afincos e seriedade entre famílias e toda a comunidade;
- Intervenção precoce que consista na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais, às crianças e às suas famílias, com o objetivo de minimizar efeitos negativos durante o seu desenvolvimento;	- Partilha constante das preocupações intrínsecas aos comportamentos da criança e ao seu desenvolvimento, devendo ser fornecidas e definidas as melhores estratégias de acompanhamento e resolução de problemas;
- Articulação Família – equipa de acompanhamento na saúde e escolar;	- Tempo dedicado a cada criança nas terapias deve ser ajustado, sem interrupções nem pausas letivas;
- Avaliação constante e periódica, para monitorização de evoluções e/ou novos problemas;	- Aumentar a taxa de cobertura dos equipamentos destinados à primeira infância;
- Maior articulação entre escolas, ELI e serviços de saúde infantojuvenis;	- Importância de construir e de apoiar as competências sociais da criança;
- Os profissionais das ELI, escola e saúde devem trabalhar em conjunto com as famílias para a promoção das competências da criança;	- Preparar e proporcionar experiências de vida em padrões normalizados às crianças e suas famílias;

3.1.3. - Análise Qualitativa por Área da resposta social – Pessoas Idosas

Tabela nº81

PROBLEMAS	
- Com o isolamento denotou-se um agravamento dos casos de demência;	- Dificuldade/constrangimento na contratação de pessoal, sobretudo nas respostas que exigem o seu funcionamento ao fim de semana e/ou noite;
- Redução da capacidade motora;	- Ausência de afetos e de convívio social;
- Diminuição da autonomia;	- Dificuldade em organizar atividades que contemplem maior concentração de pessoas idosas;
- Degradação do estado geral dos utentes;	- Novas exigências ao nível dos equipamentos para pessoas idosas;
- Desgaste emocional e psicológico provocados pelo medo;	- Com a pandemia, denota-se um aumento de doenças neurodegenerativas e mentais;
- Consequente impacto grave na saúde mental;	- Sobrelocação das respostas SAD e ERPI, sendo urgente aumentar a sua capacidade;
- Falta de sensibilidade, empatia e prontidão no atendimento dos pedidos realizados pelas instituições e famílias aos serviços de saúde;	- Grande dificuldade no acompanhamento mais direto nos cuidados de saúde primários, que implica uma maior fragilidade em termos de saúde para os utentes;
- Existência de burnout dos profissionais que desempenham funções nestes contextos;	- Falta de trabalhadores qualificados para as valências;
- Dificuldade na articulação com as estruturas de saúde primárias, tendo um impacto muito significativo no acompanhamento e bem-estar dos utentes, originando a obrigatoriedade de recorrer às urgências hospitalares;	- Dificuldade no acompanhamento mais atento aos utentes com doenças neurodegenerativas, pelos quadros mínimos de pessoal;
- Aumento de doentes cardíacos, hipertensos e diabéticos;	Exigência de uma vigilância permanente e efetiva com os doentes portadores de doenças neurodegenerativas para evitar acidentes com os mesmos;
- Intolerância e até rejeição dos utentes mais autónomos para com aqueles que perderam a sua autonomia;	- Tempo de espera para atribuição de médico de família ao utente;
- Pouca articulação das estruturas da saúde com as ERPI;	- Ausência de médico de família aquando a entrada da pessoa idosa para a valência ERPI;
- Pedidos de ajuda para pessoas idosas em abandono, e em habitações sem qualquer tipo de condições de habitabilidade;	- Articulação com os serviços de saúde muito complicada, sendo o tempo de espera para consultas ao domicílio, assim como com os relatórios médicos, muitas vezes não se obtém qualquer resposta;
- Existência de um trabalho mais individualizado com os utentes devido ao desenvolvimento das doenças, o que se torna um esforço ao nível dos recursos humanos;	- Estruturas físicas da terceira idade, não estão adaptadas às necessidades decorrentes das problemáticas existentes, sobrecarregando as equipas que prestam cuidados;
- Recursos humanos sem formação/competências para lidarem com situações mais complexas, gerando stress nos próprios utentes;	- Alguns direitos dos utentes no que toca a saúde, têm sido negado por parte dos equipamentos de saúde, nomeadamente o transporte para os mesmos, após lhes ter sido dada nota de alta;

3.1.4. - Análise Qualitativa por Área da resposta social – Pessoas Idosas

Tabela nº82

NECESSIDADES	
- Deveria existir uma analogia nos procedimentos e atuação entre todas as estruturas da saúde e as IPSS, uma vez que se verificam casos de sucesso pontuais quando ocorre essa articulação;	- Maior e mais atento acompanhamento aos utentes com doenças neurodegenerativas;
	- Implementar programas de estimulação cognitiva em todas as respostas;
- Necessidade de equipas de trabalho multidisciplinares;	- Necessidade de maior intervenção por parte da saúde;
- Articulação entre as várias especialidades (ex: neurologia, psiquiatria), evitando a polimedicação;	- Maior atenção e dedicação por parte dos recursos humanos no pós-pandemia;
- Necessidade das instituições se adaptarem constantemente às diferentes patologias e grau de dependência das pessoas idosas;	- Adoção de estilos de vida mais saudáveis;
- Criação de atividades diferentes e inovadoras;	- Horários das respostas sociais mais alargado, por exemplo SAD e Centro de Dia, com maior diversidade de serviços, para retardar a institucionalização dos utentes;
- A articulação entre as IPSS e as estruturas de saúde deveria ser mais profícua e mais próxima;	- Mais formação para as equipas técnicas na área da terceira idade;
- Respostas mais célebres e processos menos burocráticos na integração dos utentes;	- Criação de espaços, onde os utentes circulassem em segurança e com maior autonomia;
- Efetivar o apoio existente ao cuidador informal (existe, mas não funciona);	- Criação/ampliação de redes de suporte com equipas multidisciplinares, de apoio exclusivo aos utentes de respostas sociais, facilitando a existência de cuidados de saúde mais assíduos, eficazes e personalizados, permitindo reduzir/retardar o aparecimento de problemas de saúde;
- Aumentar a taxa de cobertura dos equipamentos das pessoas idosas, especificamente em ERPI e SAD.	
- Promover a interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida;	- Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, promovendo o envolvimento, o bom relacionamento e competências da mesma;
- Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;	

3.1.5 - Análise Qualitativa por Área da resposta social – Família e Comunidade

Tabela nº83

PROBLEMAS	
- Perda do poder de compra;	- Existência de casos de extrema carência económica, nomeadamente em casos com diagnóstico de demência;
- Baixas pensões;	- Aumento da agressividade;
- Acentuadas dificuldades económicas;	- Aumento de consumos de substâncias psicoativas;
- Elevado número de indivíduos inseridos em regime de trabalho informal, sem proteção social;	- Aumento de famílias bastante carenciadas, com muitos pedidos de apoios alimentares, assim como pedido de pagamento de despesas, tais como: eletricidade, renda, água e medicação;
- Na fase pandémica denotaram-se maiores dificuldades no acesso aos serviços de saúde, sociais, públicos etc;	- Dificuldade das famílias conseguirem liquidar as mensalidades nas Instituições;
- Aumento bastante significativo de problemas de saúde que se traduz pela indisponibilidade/incapacidade para exercer atividade profissional;	- Os Cuidadores apresentam mais problemas de saúde mental;
- Aumento do número de pessoas com problemas de saúde mental e agudização/agravamento dos casos já existentes;	- Aumento de casos de carência económica;
- Maior instabilidade emocional com recurso a medicação;	- Baixos rendimentos;
- Alterações relacionadas com a estruturação das famílias, ou seja, número crescente de situações de divórcio bem como de vulnerabilidade económica originada por situações de desemprego;	- O isolamento social que os indivíduos foram “obrigados” a vivenciar, criaram hábitos menos saudáveis, contribuíram para a existência de fragilidades no utente, especialmente nos idosos e na estrutura familiar, pelos desafios emocionais que provocaram: falta de paciência, assertividade e empatia, dando lugar a conflitos;
- Procura constante de materiais e medidas de apoio (quer alimentar, subsídios, complementos) para minimizar dificuldades;	- Resistência por parte das famílias e comunidades em se tornarem agentes ativos no esforço de aproximação/participação e envolvimento nas diversas responsabilidades;
- Aumento de casos de alterações comportamentais e de saúde mental;	- Verifica-se na maioria das famílias carências e privação material, desemprego e exclusão social;
- Grande número de pessoas com problemas ao nível da saúde mental, devido às privações e limitações inerentes à pandemia;	- Maior instabilidade emocional e maior recurso a medicação, para atenuar os problemas do dia a dia;
- Existência de várias situações de fragilidade económica que não chegam até aos técnicos, por receio de demonstrarem a sua carência económica;	

3.1.6. - Análise Qualitativa por Área da resposta social – Família e Comunidade

Tabela nº84

NECESSIDADES	
- Assegurar a continuação da boa articulação institucional;	- Evidenciar as competências e limitações das respostas sociais, e as responsabilidades familiares;
- Apoio efetivo ao cuidador informal, criando respostas institucionais que facilitem o descanso do cuidador (as existentes não dão resposta efetiva);	- Transformação das relações sociais no sentido da igualdade de oportunidades, da justiça social e da autonomia das pessoas, promovendo assim a inclusão e a coesão social;
- Manter o trabalho concertado de parceria e articulação no concelho entre as várias áreas de intervenção como a saúde, o emprego/formação, ação social, habitação e educação, objetivando dar as respostas mais capazes e fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das famílias;	- Transformação das relações pessoais no sentido da igualdade de oportunidades, da justiça social e da autonomia das pessoas, promovendo a inclusão e a coesão social;
- Delinear as competências das respostas sociais e as responsabilidades familiares;	- Manter o trabalho concertado até aqui, com os protocolos e serviços existentes;
- Necessidade de aumentar o número de recursos a fim de fazer face às necessidades e desafios que surgem no dia a dia;	

3.1.7. - Análise Qualitativa - Inovação

Tabela nº85

INOVAÇÃO	
Infância e Juventude/ Pessoas Idosas/Família e Comunidade	
- Formação dos colaboradores e troca de experiências interinstitucionais;	- Acompanhamento Psicológico;
- Formação de equipas multidisciplinares para a realização de uma intervenção concertada e articulada;	- Articulação entre profissionais de educação/psicólogo/famílias, para que se promova o bem-estar físico, social, psicológico e emocional dos bebés;
- Formação contínua dos Técnicos, assim como a adaptação de metodologias e ferramentas de trabalho a utilizar na intervenção com as famílias;	- Existência de projetos que visem a valorização do potencial dos indivíduos, famílias e comunidade, com o objetivo de combater o isolamento e a exclusão social;
- Aumentar o leque de respostas dentro das várias áreas de atuação, será uma mais-valia perante as fragilidades verificadas;	- Desenvolvimento de estratégias para desenvolver a capacitação individual e coletiva, que permitirão o desenvolvimento de respostas inovadoras na construção de uma sociedade mais coesa e responsável, diminuindo assim os problemas sociais;
- Sendo as verbas dos Centros de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Centros de Convívio muito reduzidas, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) deveria permitir, a deslocação de um profissional de saúde para fazer o acompanhamento aos doentes;	- Apostar na prevenção, com orientação para a prática de atividades enriquecedoras, proporcionará melhoria do bem-estar individual e coletivo, prevenindo males maiores no futuro;

- A orientação para aprendizagem, a tomada de risco e a satisfação com o trabalho influenciam de forma positiva a inovação nas IPSS;	- Carrinha adaptada com serviços de reabilitação, programas e consultas que permita deslocar-se aos domicílios dos utentes;
- Criar mais respostas ao nível da saúde mental;	- Serviços de maior proximidade - criação de equipas no terreno, não só nas Instituições protocoladas, mas também nos parceiros (uma vez que os processos distribuídos por vários técnicos consegue fazer-se um acompanhamento mais pormenorizado);
- Programas adaptados aos cuidadores informais;	
- Programas específicos para capacitação dos técnicos na área das demências e saúde mental;	- Criação de espaços especializados na área da demência e saúde mental;
- Os centros de saúde e hospitais terem especialistas em geriatria/gerontologia, onde possa existir um acompanhamento especializado às pessoas idosas;	
- Apostar em equipas sensíveis e responsáveis, em articulação próxima e permanente às realidades diárias destas estruturas, com a aplicação de medidas e serviços sociais para apoio à promoção de autonomia da pessoa idosa (acesso a fisioterapias, musico-terapias, oficinas, entre outros);	- Com o aumento das doenças mentais, era importante a existência de um grupo de trabalho, que orientasse as atividades que surgem no dia-a-dia devido a estas problemáticas;
- Promoção de atividades diversas promotoras de crescimento intelectual: cognitivo e relacional, fomentando as artes plásticas, musicais e de representação, tendo por suporte os cuidados básicos de saúde e de higiene, potencializando o desenvolvimento da criança;	- Colaborar de forma exemplar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;
- Sendo a comunicação uma difícil tarefa entre as Instituições e os Serviços de Saúde, seria pertinente a existência de um canal próprio de comunicação entre elas;	- Desenvolvimento de um projeto de intervenção, que possa atuar nas diversas fases da vida do indivíduo, com o objetivo de apoiar as famílias nas situações de dependência, tentando compreender e acompanhar as suas alterações, conceções e dar resposta às suas necessidades;
- Um projeto inovador na área da saúde e da proteção social, no âmbito da assistência à família, que pretenda dar resposta à maior exigência e complexidade na prestação de cuidados, colocando o ênfase na família como prestador principal e assegurando a sua formação e acompanhamento, tendo como meta o envelhecimento ativo, permitindo uma vida ativa com a melhor qualidade de vida possível;	

3.1.8 - Análise Qualitativa – Sustentabilidade

Tabela nº86

SUSTENTABILIDADE	
Problemáticas	
- Aumento significativo das despesas (alimentação, artigos de higienização e limpeza, material de consumo clínico, custo de energia, combustíveis);	- Aumento do grau de dependência dos utentes exige um aumento dos recursos humanos;
- Aumento do custo dos produtos e matérias primas necessárias ao funcionamento das respostas sociais;	- Aumento das exigências legais;
- Burocracia dos processos (por exemplo: dificuldades de aprovação de novos projetos devido às exigências legais e normativas, que se tornam demasiado dispendiosos para as instituições);	- Impossibilidade do aumento das participações familiares pela conjuntura atual;
- Apoios atribuídos às IPSS insuficientes e injustos, uma vez que são atribuídas verbas semelhantes a instituições com valências e sem valências, com encargos mensais bem diferentes (subsídios camarários);	- As participações da Segurança Social não acompanham o aumento dos custos e exigências colocadas às IPSS;
- Grande dependência dos apoios do Estado;	- Aumento de casos sociais e, consequentemente, dívidas às Instituições;
- Alterações sociais e agravamento das condições económicas dos utentes e respetivas famílias;	- Cada vez mais exigências legislativas (RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), Canal Denúncia), com exigência de contratação de pessoal técnico ou serviços especializados (e o apoio financeiro não acompanha o nível de exigência), que faz aumentar os custos com o pessoal;
- Baixos valores das mensalidades, devido aos fracos vencimentos e pensões;	- Baixas pensões dos utentes e dificuldades de participação dos familiares;
- Ainda existem Instituições sem acordos de cooperação com a Segurança Social;	- Atraso no pagamento por parte dos utentes;
- Atraso no pagamento por parte da Segurança Social, relativo às medidas criadas;	- Redução dos donativos ao abrigo do mecenato;
- Diminuição do valor das participações;	- IPSS não orientadas para serem auto-sustentáveis;
- Aumento de casos sociais e, consequentemente, dívidas às IPSS;	
Estratégias	
- Criação de uma bolsa de empresas por parte da Câmara Municipal que pretendam aplicar medidas de mecenato visando o apoio às IPSS na atribuição de géneros/bens, promovendo assim a sua responsabilidade social;	- Combinação de apoios estatais com outras receitas provenientes de quotas, donativos, campanhas de angariação de fundos, parcerias, cedência de espaços e recursos;
- Captação de donativos;	- Maior apoio do estado;
- Maior controlo e renegociação no fornecimento de bens e serviços;	- Angariação de sócios;
- Aplicação de mensalidades diferenciadas a utentes não abrangidos pelos acordos de cooperação;	- Criação de bolsa de voluntários;

- Maior diversificação das fontes de receitas;	- Eventos solidários;
- Identificação de novas necessidades e criação de novos serviços/respostas;	- Mais apoios por parte do estado;
- Implementar medidas de eficiência energética nos edifícios e racionalizar consumos;	- Aumento das pensões dos utentes;
- Obter outras fontes de financiamento;	- Criação de hortas próprias onde a Instituição possa recolher os produtos para a confeção das refeições;
- Criação de uma plataforma onde seja possível comercializar produtos mais baratos;	- Apoio financeiro para transporte e entrada de crianças nas atividades no exterior como visitas à biblioteca, piscinas, parques temáticos, entre outros;
- Nas respostas para pessoas idosas, muito importante a criação de um grupo de trabalho que orientasse as atividades e resolução de dificuldades que surgissem no dia a dia na instituição, no que toca à área da Saúde Mental dos utentes;	- Constituição e formação de equipas multidisciplinares obrigatórias que preste cuidados mais completos aos utentes, como fisioterapia, psicologia, animação socio-cultural, etc;
- Realização de candidaturas com o intuito de obter verbas extras, nomeadamente ao nível do emprego, recorrer aos apoios e medidas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);	- Recorrer a formação financiada para os colaboradores, reduzindo os custos com a realização das mesmas;
- Elaboração de candidaturas solidárias, de forma a obter equipamentos, materiais de apoios;	- Consolidação da parceria com o Banco Alimentar no apoio às famílias e às IPSS;
- Necessidade de inovação;	- Transformar os projetos em futuras respostas sociais que garantam o autofinanciamento das IPSS;
- Prestar formação especializada gratuita aos funcionários;	- Usufruir de benefícios fiscais (IUC (Imposto Único de Circulação); consignação fiscal e restituição do IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado));
- Identificação de novas necessidades e criação de novos serviços;	- Estudo frequente dos preços do mercado, para conseguir alcançar uma estratégia de contenção de custos;
- Promoção dos serviços das IPSS, através das redes sociais e dos sites institucionais;	

3.1.9. - Análise Qualitativa – Capacitação

Tabela nº87

CAPACITAÇÃO	
Infância e Juventude/ Pessoas Idosas/Família e Comunidade	
- Formação na área da Saúde Mental para a Infância e para as Pessoas Idosas;	- Conciliação da vida profissional com a vida familiar;
- Contínua formação técnica e adaptação de metodologias e ferramentas capazes na intervenção com as famílias. Aumentar as respostas das várias áreas será sempre uma mais valia necessária face às fragilidades da comunidade;	- Maior formação às instituições na área da saúde e bem-estar;
- Formação e reciclagem/aperfeiçoamento de técnicas de trabalho, permitindo-lhes desenvolver mais competências técnicas e obter carteiras profissionais dentro das atividades desenvolvidas pela Economia Social;	- Formação especializada de acordo com as funções a desempenhar dentro da instituição;
- Formação aos familiares da pessoa cuidada, independentemente do estatuto de Cuidador ;	- Formação aos funcionários, sobretudo aos que trabalham em SAD;
- Formação na área da geriatria; auxiliare de saúde; ciências sociais; suporte básico de vida quer nas crianças (pediátrico), quer nas pessoas idosas; cuidados básicos de higiene; conflito e stress;	- Especialização dos Recursos Humanos nas doenças neurodegenerativas e na implicação que têm no dia a dia da Instituição;
- Formação no âmbito da gestão das IPSS;	- Gestão do Trabalho e de conflitos interpessoais;
- Formação específica na área da demência (por exemplo: técnicas de reabilitação neurológica);	- Implementação de novas abordagens na área da Saúde, direcionadas para os trabalhadores e, consequentemente, para os utentes;
- Formação em Cuidados de Humanidade com possibilidade de certificação da Instituição nessa área;	- Confidencialidade e Sigilo Profissional;
- Cuidados relativos à alimentação dos utentes;	- Caraterização das diferentes Necessidades Educativas Especiais;
- Conforto e segurança para os utentes;	- Comunicação Positiva: a importância da comunicação e da afetividade na relação pedagógica;
- Team Building;	- Levantamento, posicionamento, transferências e prevenção de escaras na pessoa acamada;

3.1.10. – Análise Qualitativa dos Equipamentos para as Pessoas com Deficiência

Tabela nº88

PROBLEMAS	
Pessoas com Deficiência	
- No que diz respeito ao CRI – Centro de Recursos para a Inclusão, identificam-se casos crescentes de saúde mental/atrasos no desenvolvimento/comportamentos de risco, relativamente a causas perinatais, genéticos, hereditários ou outro tipo de causas que se refletem em vários casos de deficit cognitivo, casos de autismo entre outras etiologias da deficiência;	- A saúde é uma condição inerente ao ser humano e, por isso também o é para as pessoas com deficiência, contudo problemas graves de saúde associados (diabetes, insuficiência renal, obesidade mórbida, doenças respiratórias, entre outros) têm um peso muito grande na gestão da vida diária destes utentes e na gestão da instituição. A doença associada à deficiência é um peso que não tem medida;
- Relativamente à valência de ELI – Equipa Local de Intervenção, a equipa tem vindo a verificar um aumento significativo de casos de crianças com atraso no desenvolvimento;	- Existência de condições biológicas, psicoafectivas e/ou ambientais são das principais causas para os atrasos no desenvolvimento das crianças;
- Aumento das referenciações para acompanhamento da ELI no concelho de Penafiel, assim como nos concelhos vizinhos;	- Crescimento de casos nas estruturas familiares que se tornaram mais vulneráveis na fase pandémica, apesar das ajudas a vários níveis por parte da instituição. A conjuntura económica, social e política atual não permite o combate de forma eficaz tais vulnerabilidades;
- Agravamento dos casos de saúde mental e alterações comportamentais, que foi notório devido ao isolamento e à falta de ocupação/estimulação durante a pandemia;	- Lista de espera significativa, sendo mais acentuada no 1º ciclo, seguindo-se dos 2º e 3º ciclos;
NECESSIDADES	
- Nas relações de parceria com as instituições públicas da comunidade, os deveres deveriam ser totalmente cumpridos e a colaboração mais efetiva;	- É de elevada importância a articulação com os serviços de saúde, nomeadamente os serviços de proximidade como centro de saúde (ACES Tâmega e Sousa), serviço geral e de psiquiatria do Hospital Padre Américo, clínicas privadas, entre outros;
INOVAÇÃO	
- Que a inclusão se concretize, nomeadamente a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual, maior facilitação na inserção de programas/formação profissional por parte do IEPF de Penafiel;	- Criação de novas respostas em articulação com o aumento da capacidade das respostas mais tradicionais (CACI, Lar Residencial, Residências autónomas para pessoas com deficiência);
- Urgência na criação de uma resposta na área da saúde mental para a região do Tâmega e Sousa. Unidade Sócio-ocupacional para pessoas com doença mental;	
SUSTENTABILIDADE	
Problemas	
- Podemos identificar como condicionalismos a falha na aprovação de candidaturas a novas respostas sociais e respostas sociais inovadoras que permitirão continuar o bom funcionamento da instituição;	
Estratégias	
- Novas candidaturas a programas/respostas nacionais e europeus;	
CAPACITAÇÃO	
- Formação em várias áreas de atuação da vida diária da instituição;	

Capítulo IV – Georreferenciação das Respostas Sociais

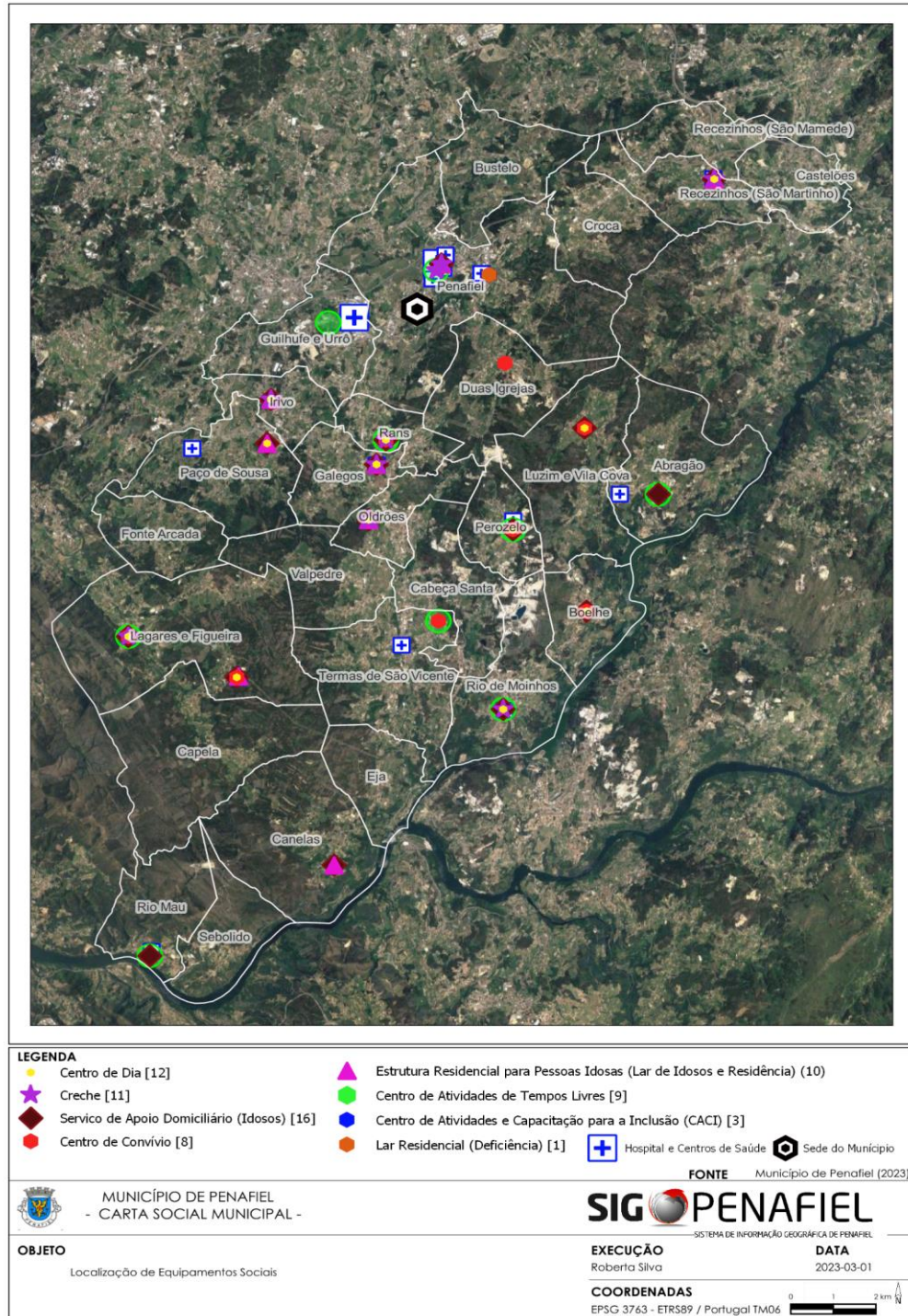
Principal Fonte de Dados: Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde – C.M.Penafiel

SIG – Sistema de Informação Geográfica C.M.Penafiel

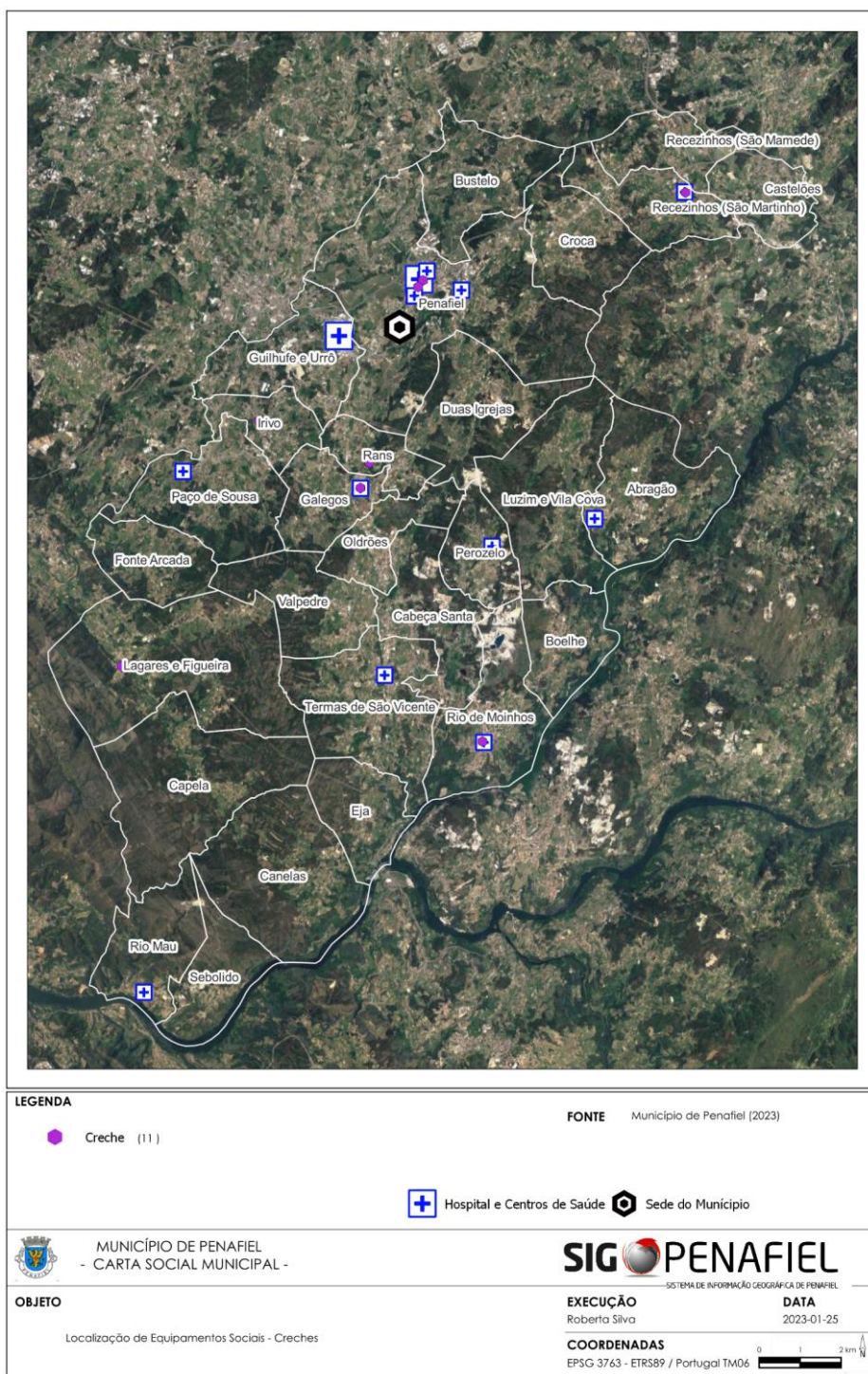
No presente capítulo, são georreferenciadas todas as respostas sociais existentes no concelho já mencionadas e discriminadas ao longo do capítulo II desta Carta Social.

Através da georreferenciação localiza-se a respetiva valência através das suas coordenadas geográficas, apresentando-se assim de forma pormenorizada e exata, onde se encontra implementada. Nesta fase inicial do capítulo, é apresentada a localização da resposta representada nos cartogramas por pontos e cores diferentes. Ainda no primeiro cartograma constam todos os equipamentos sociais das diferentes áreas. Na segunda fase do capítulo são apresentadas as áreas de influência para cada área de intervenção, sendo elencada em cada cartograma a respetiva valência com a área e o raio que a mesma consegue alcançar e responder às necessidades da população.

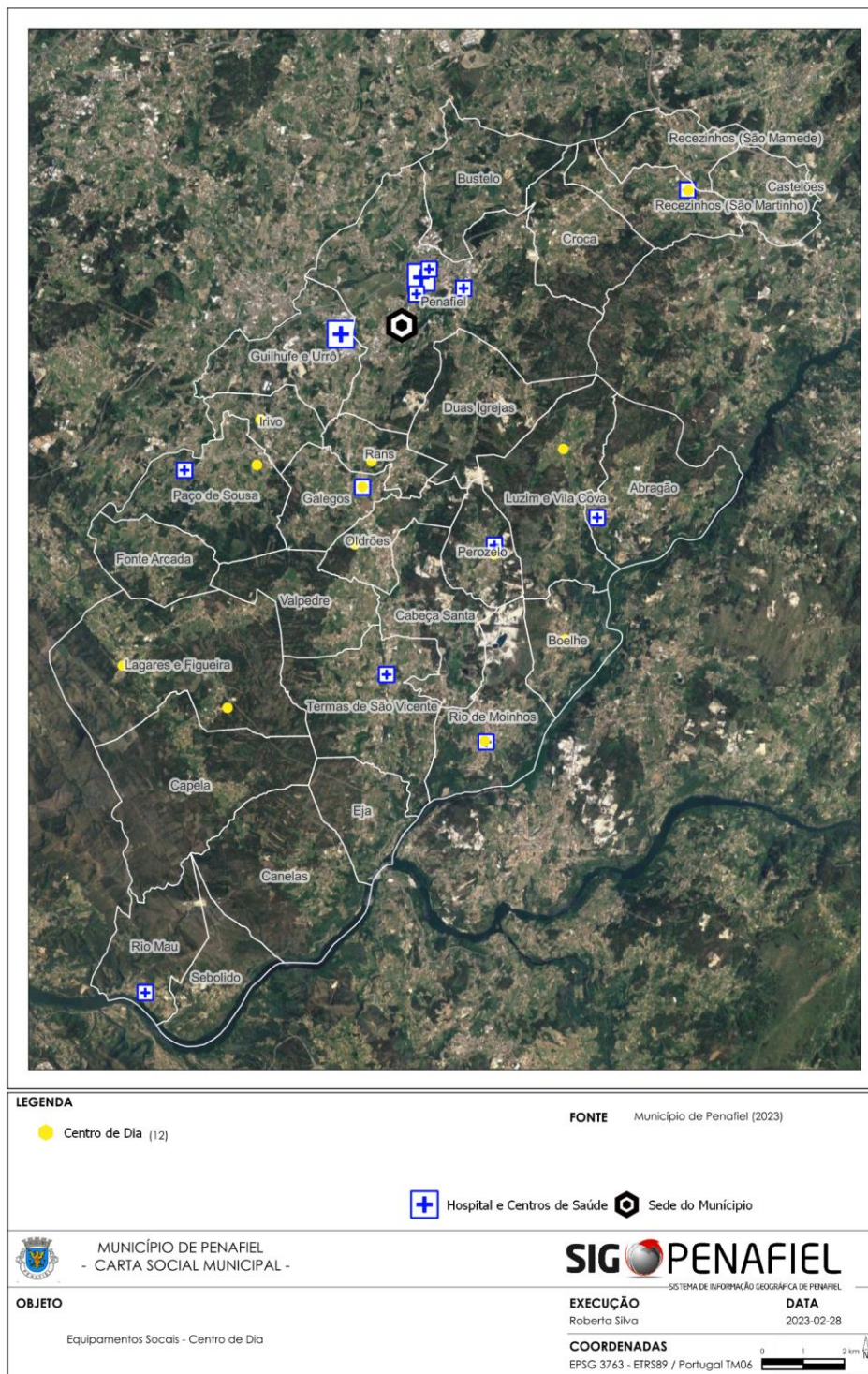
4.1. – Georreferenciação das Respostas e Equipamentos Sociais – Geral



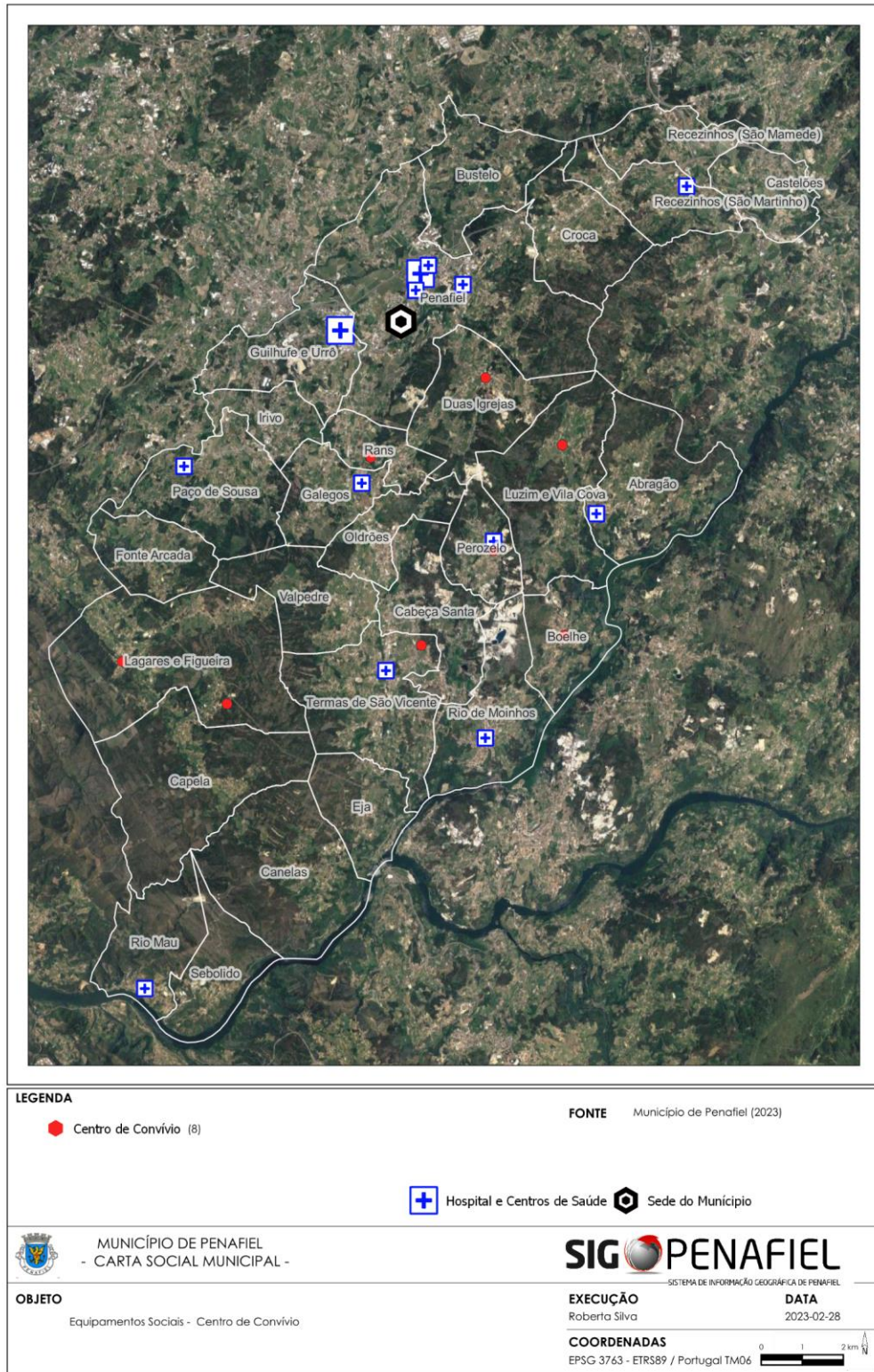
4.1.1. – Georreferenciação - Creche



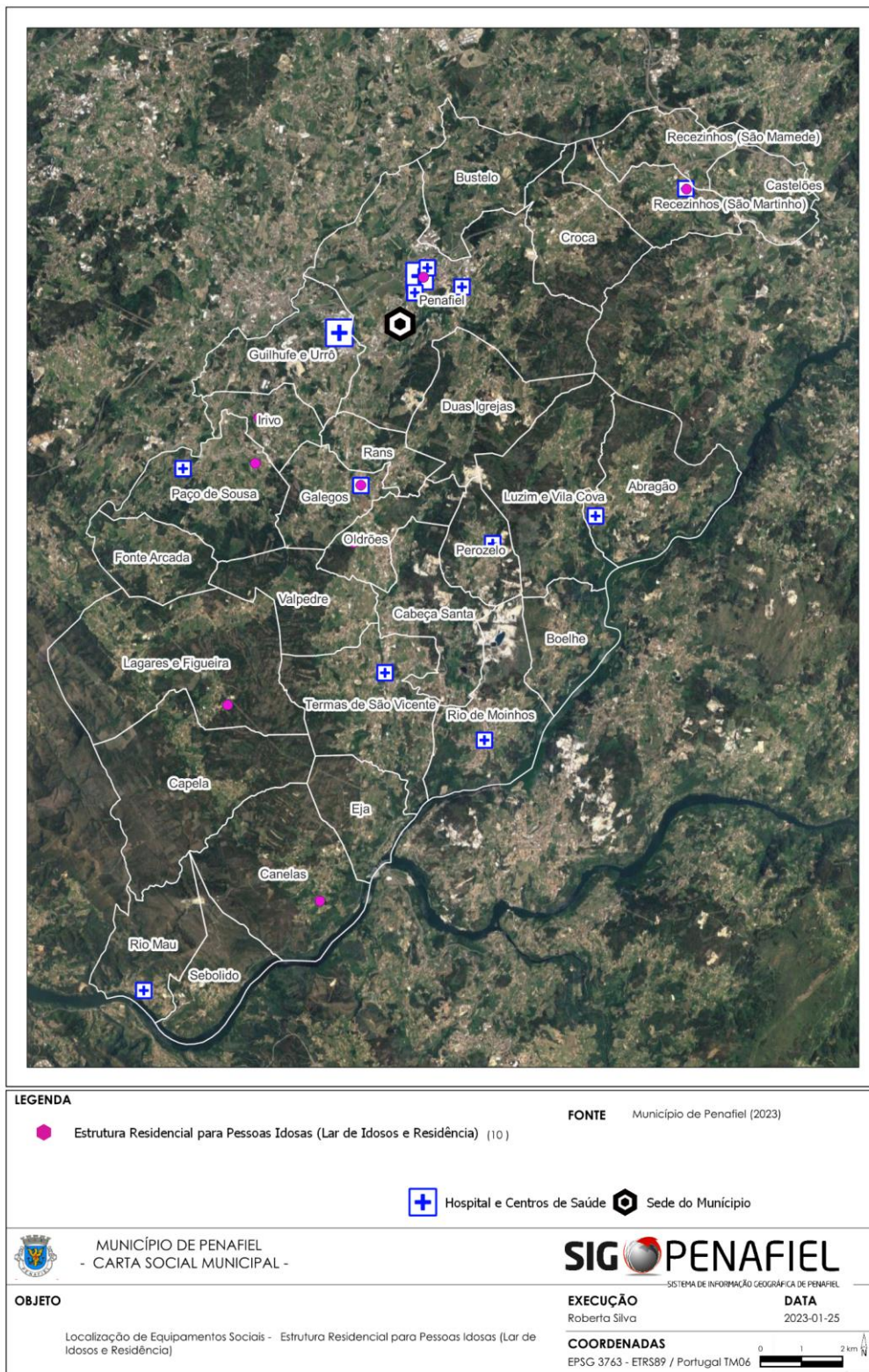
4.1.2. – Georreferenciação – Centro de Dia



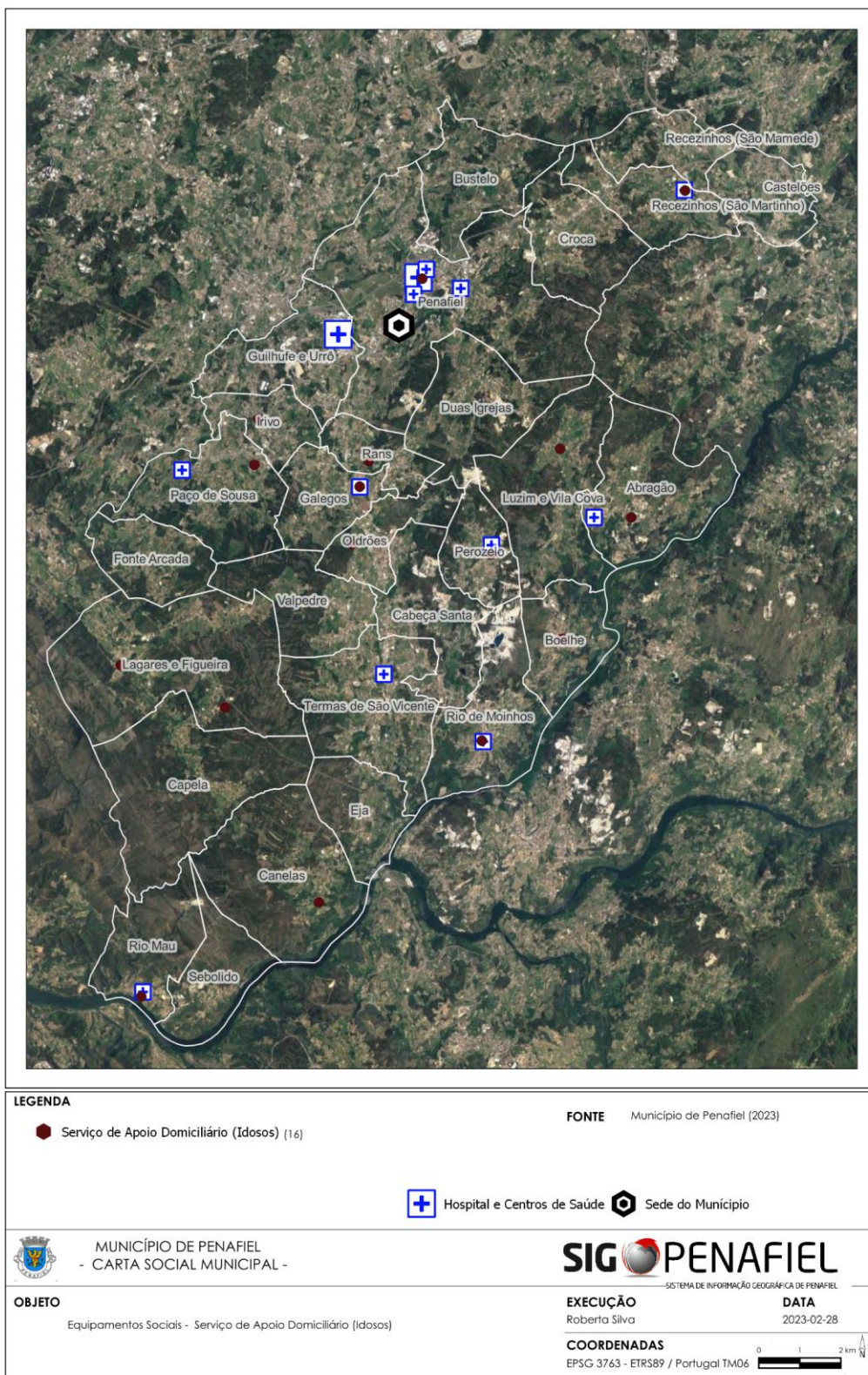
4.1.3. – Georreferenciação – Centro de Convívio



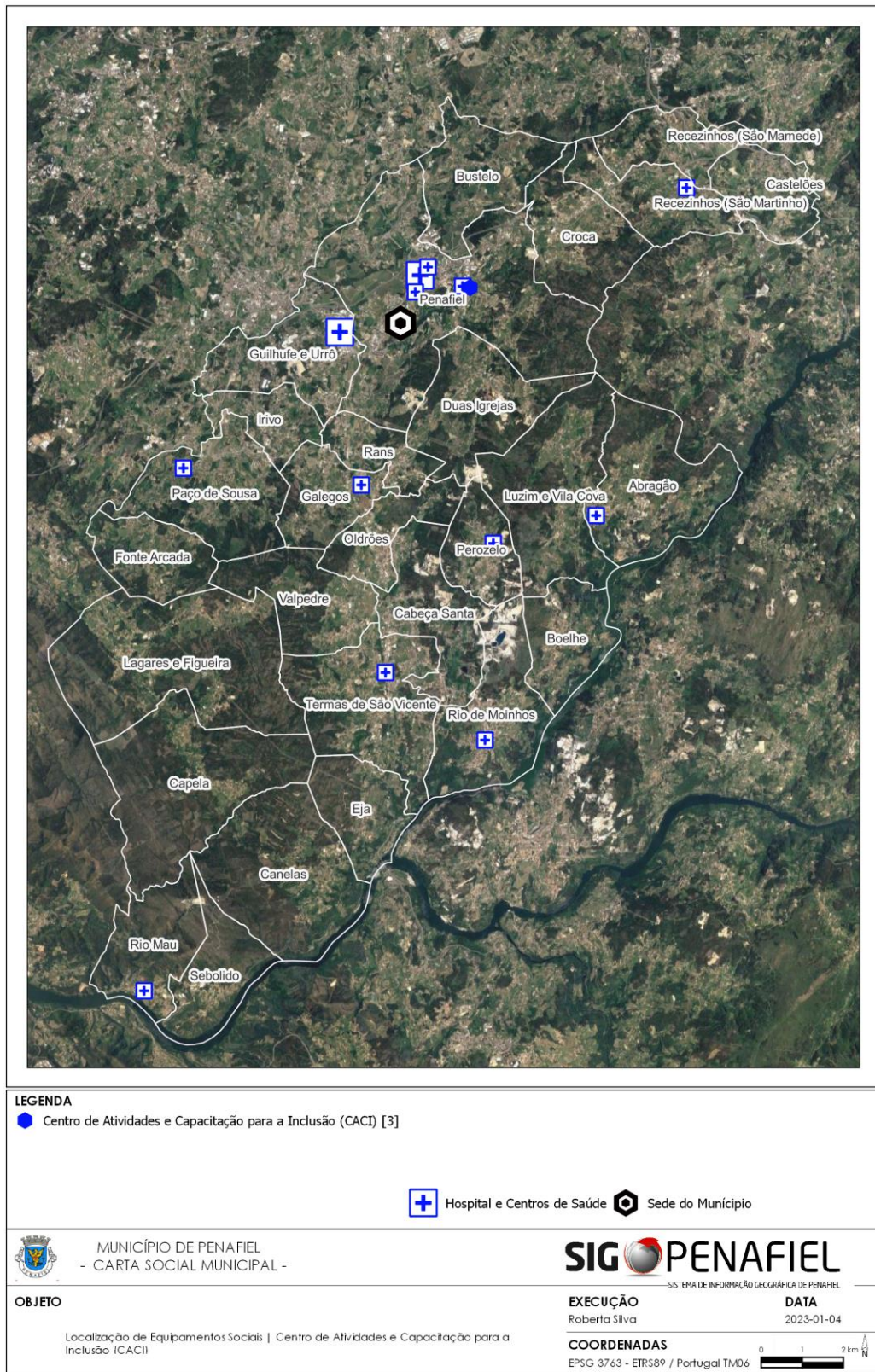
4.1.4. – Georreferenciação – Estrutura Residencial para Pessoas idosas



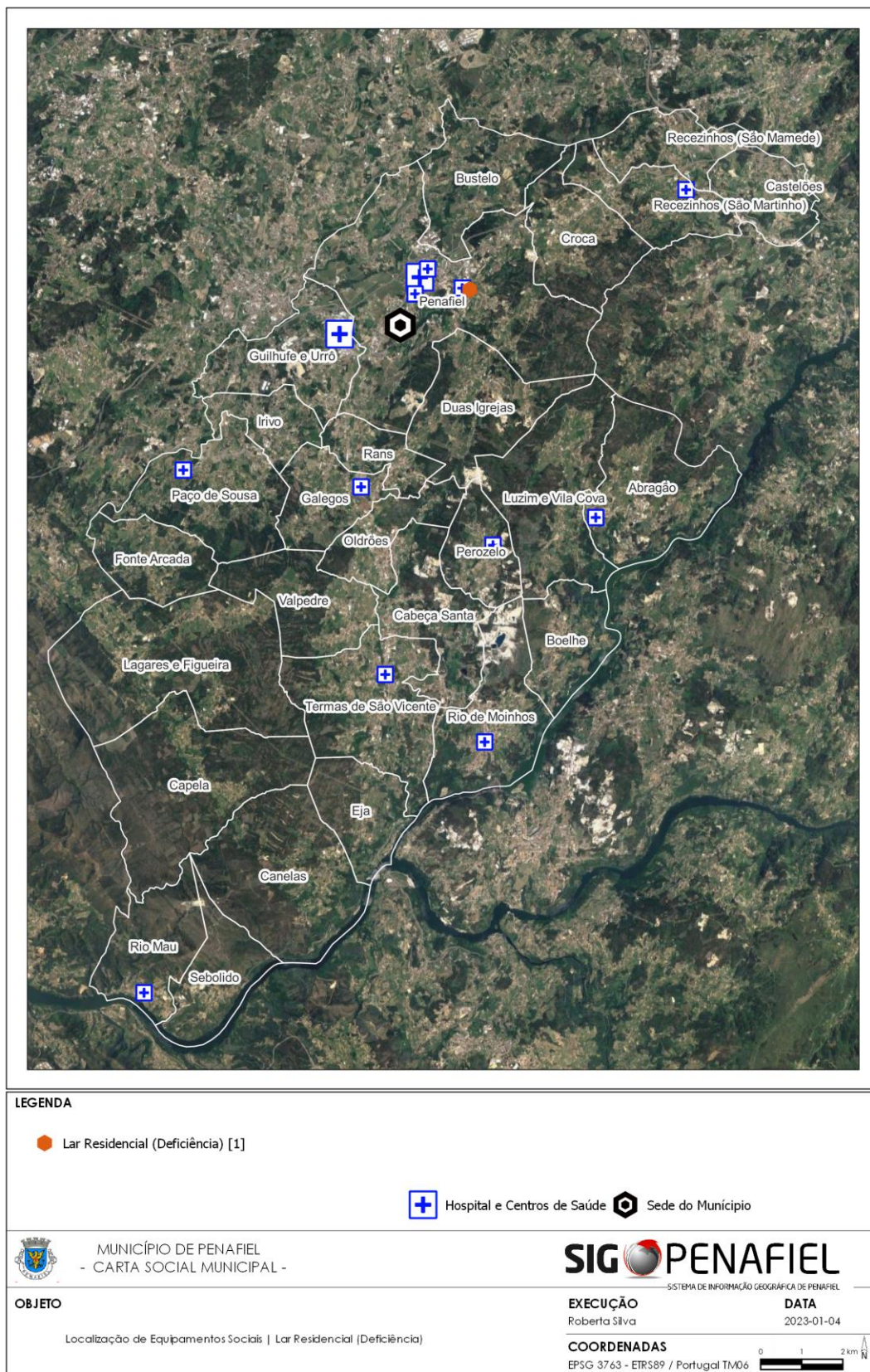
4.1.5. – Georreferenciação – Serviço de Apoio Domiciliário



4.1.6. – Georreferenciação – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

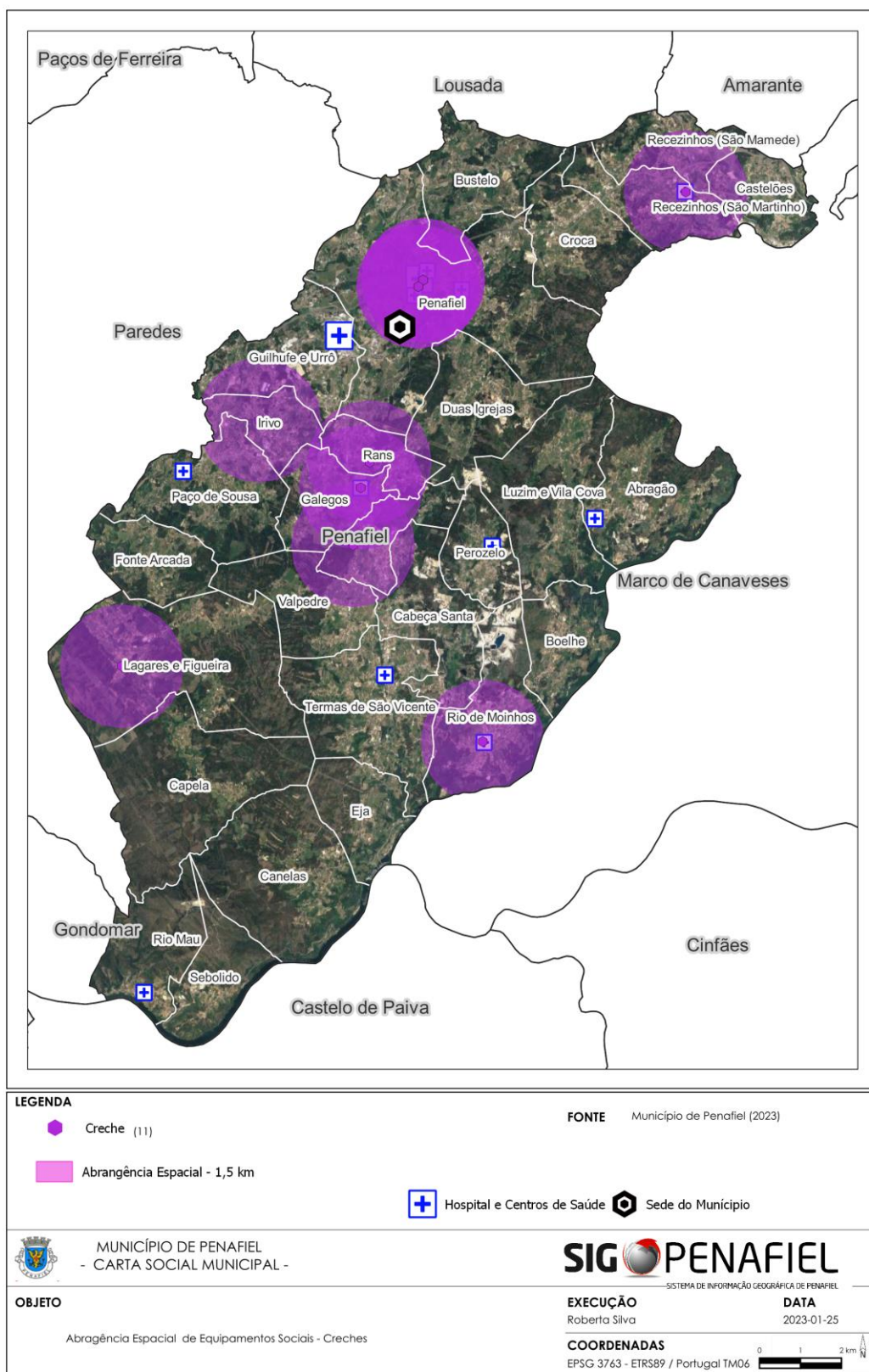


4.1.7. – Georreferenciação – Lar Residencial

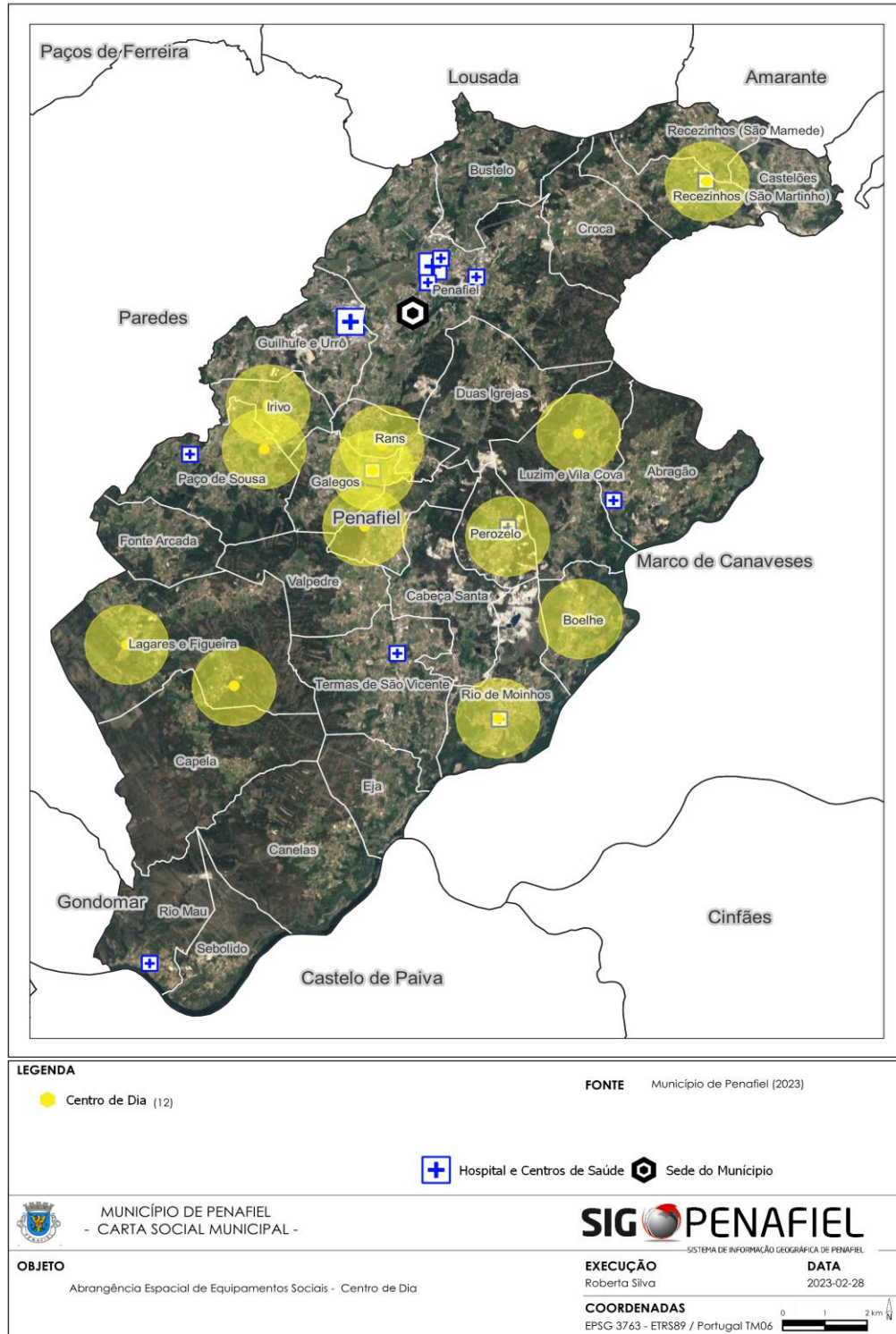


4.2 – Áreas de Influência e Cobertura do Território

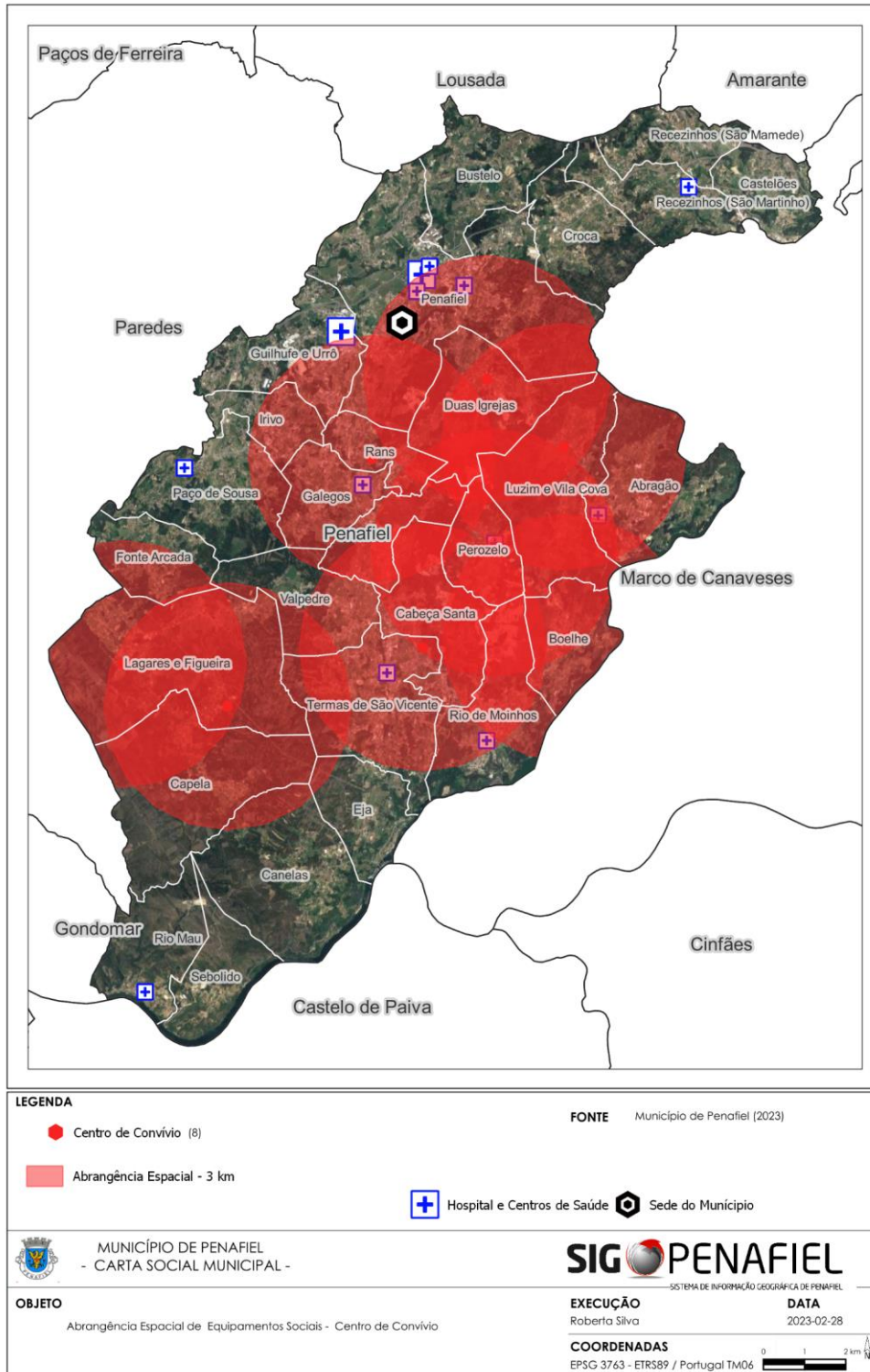
4.2.1 – Área de Influência e Cobertura – Creche



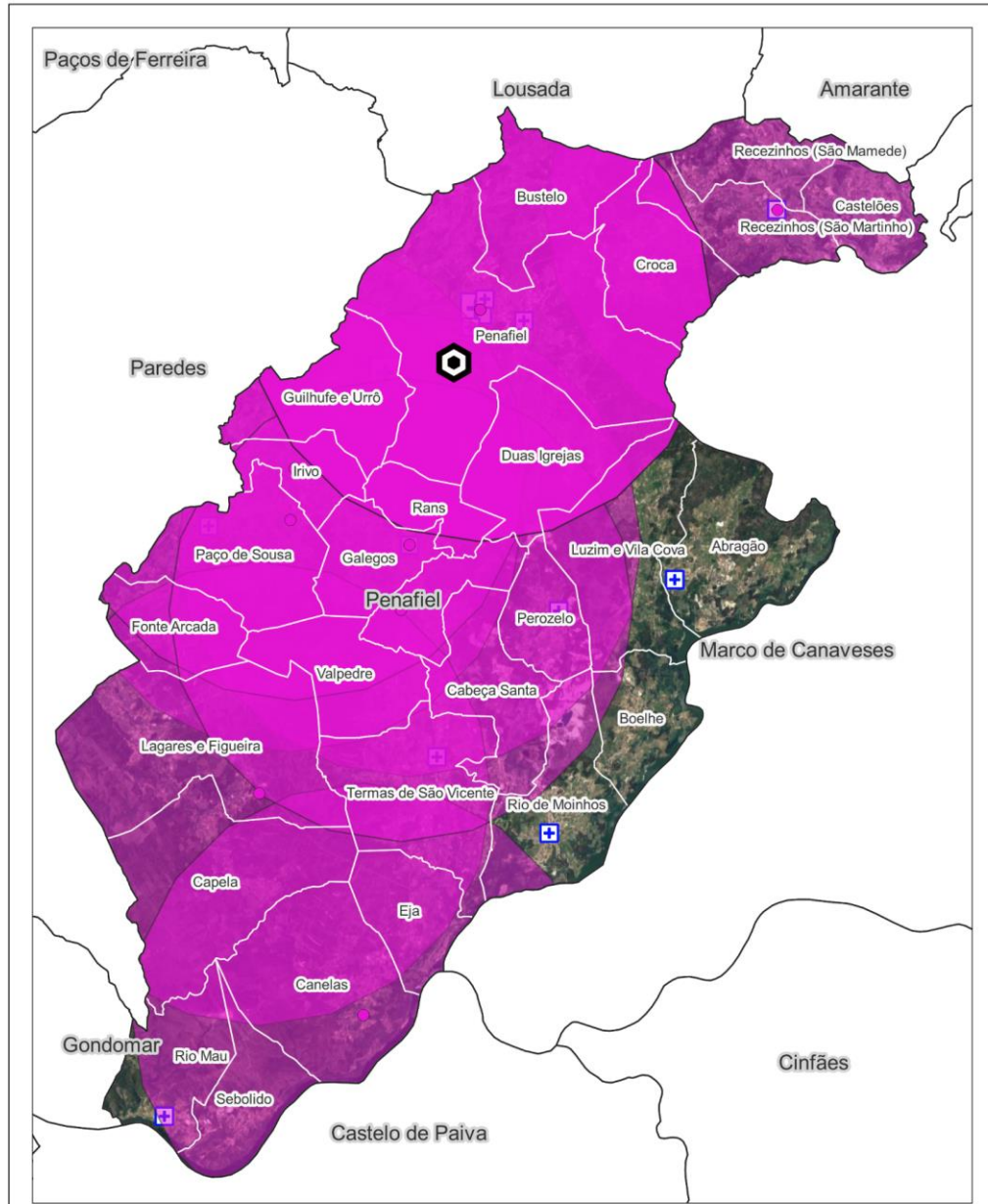
4.2.2. – Área de Influência e Cobertura - Centro de Dia



4.2.3. – Área de Influência e Cobertura - Centro de Convívio

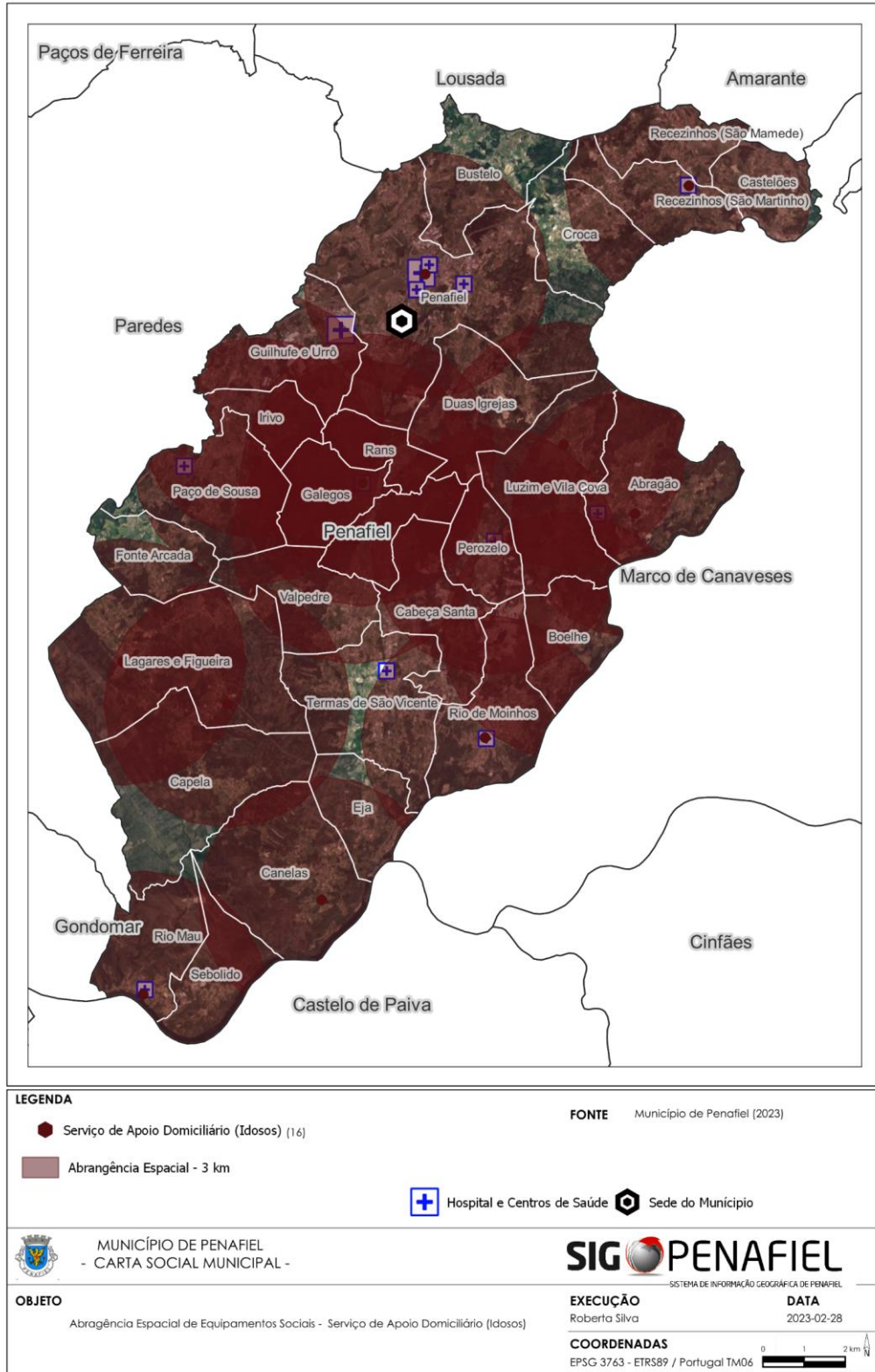


4.2.4. – Área de Influência e Cobertura – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

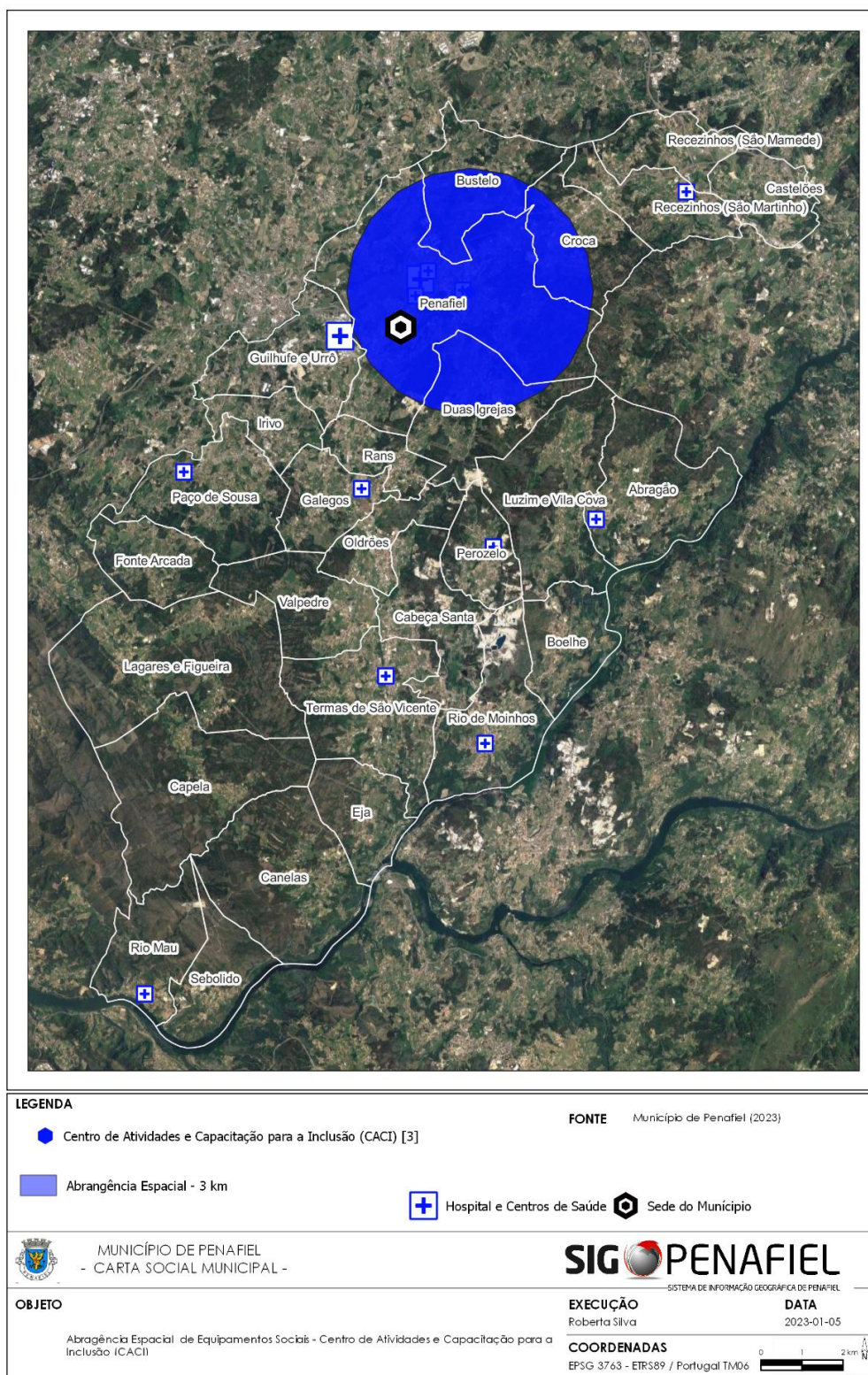


LEGENDA		FONTE Município de Penafiel (2023)	
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência) (10)		Hospital e Centros de Saúde
	Abrangência Espacial - 5 km		Sede do Município
MUNICÍPIO DE PENAFIEL - CARTA SOCIAL MUNICIPAL -		SIG PENAFIEL - SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE PENAFIEL -	
OBJETO		EXECUÇÃO	DATA
Abrangência Espacial de Equipamentos Sociais - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)		Roberta Silva	2023-01-25
		COORDENADAS	
		EPSG 3763 - ETRS89 / Portugal TM06	

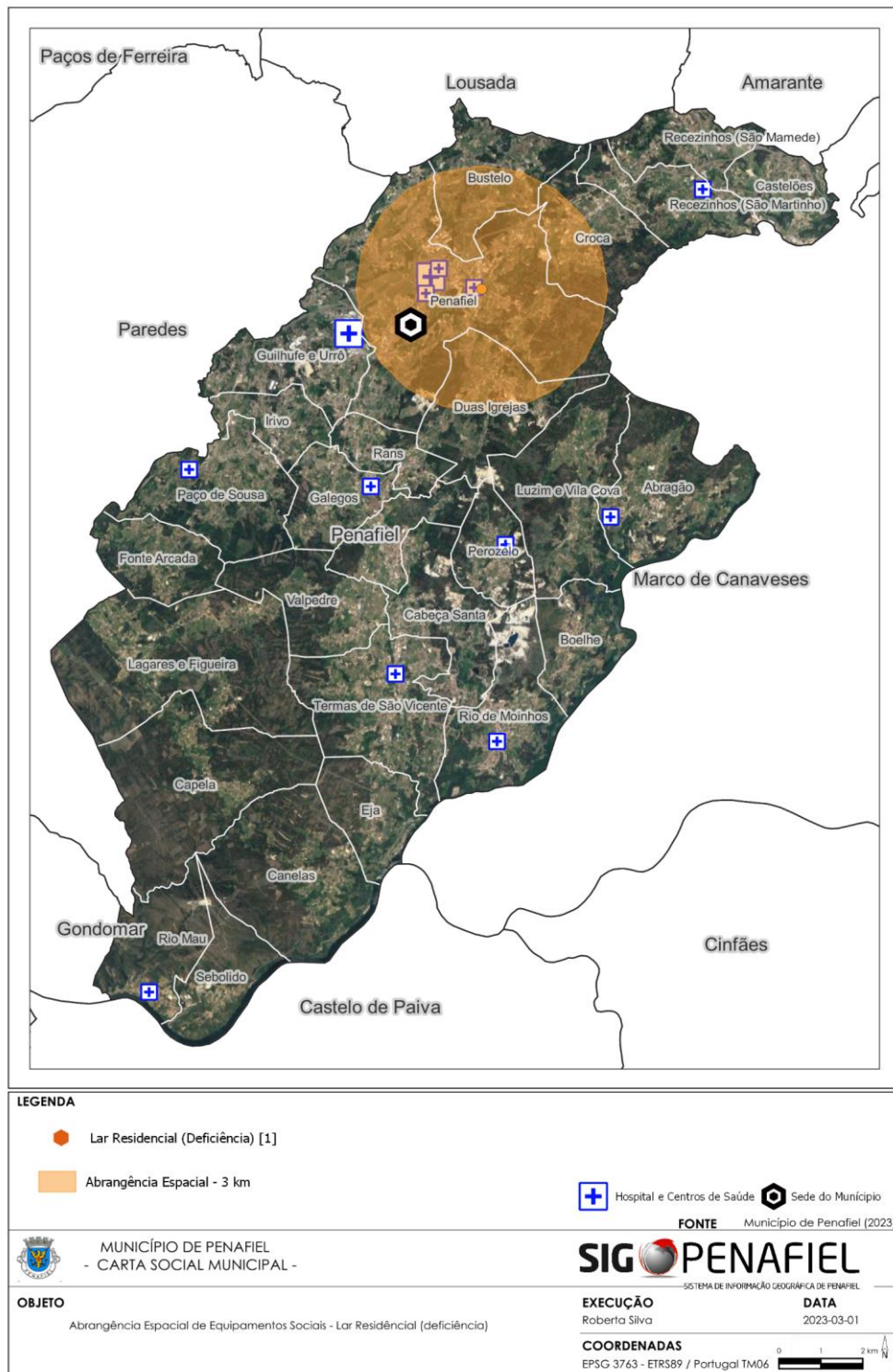
4.2.5. – Área de Influência e Cobertura – Serviço de Apoio Domiciliário



4.2.6. – Área de Influência e Cobertura – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão



4.2.7. – Área de Influência e Cobertura – Lar Residencial



Capítulo V – Mapeamento das Respostas Sociais Projetadas em fase de Implementação

Principal Fonte de Dados: Sistema de Informação Geográfica C.M.Penafiel

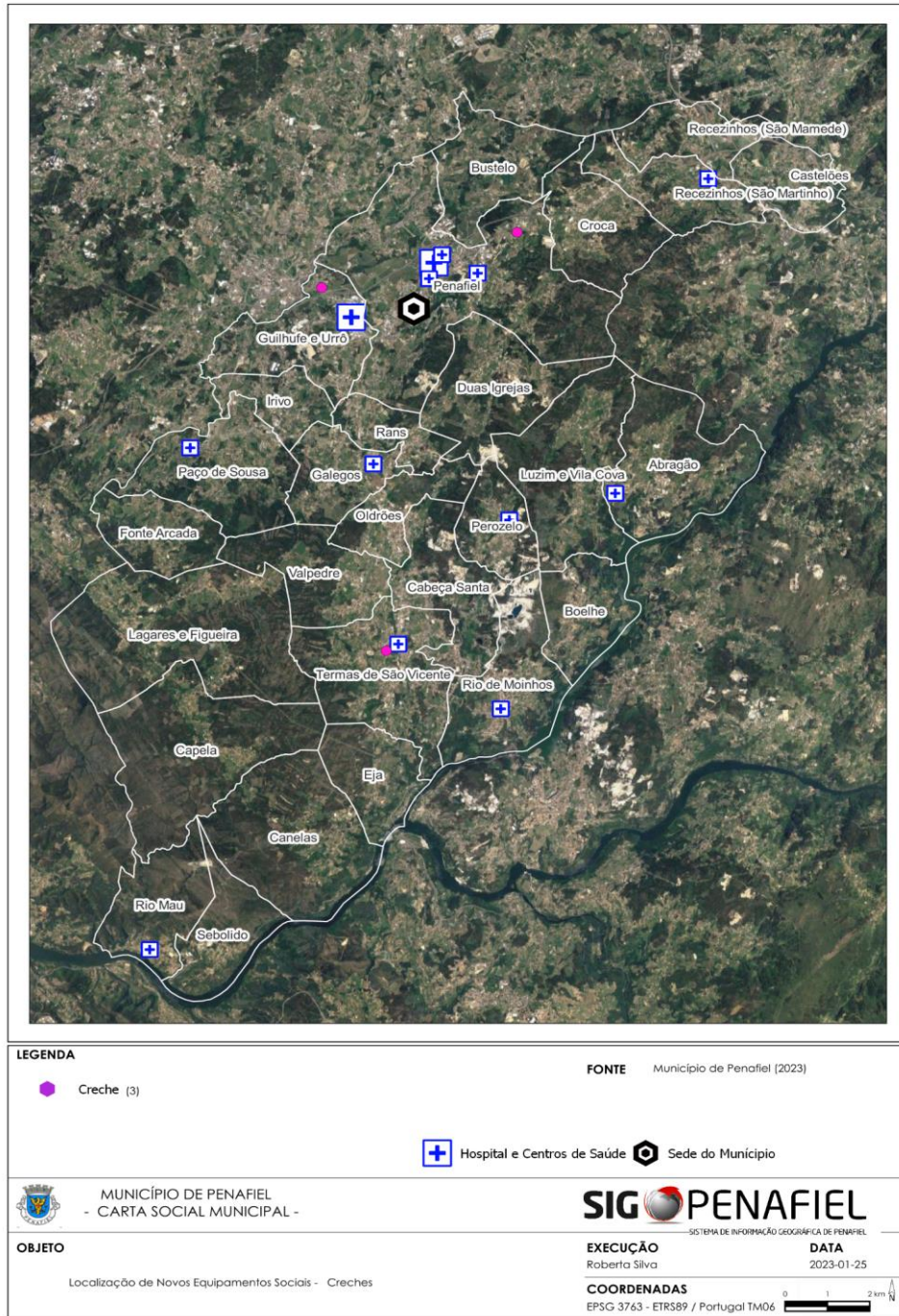
À semelhança do capítulo anterior, e dando continuidade à georreferenciação das respostas, neste capítulo estão georreferenciadas as valências que já aprovadas, encontram-se em fase de implementação.

Todas as respostas aprovadas, encontram-se identificadas nos cartogramas com as suas coordenadas e localização exata onde irá ser desenvolvida.

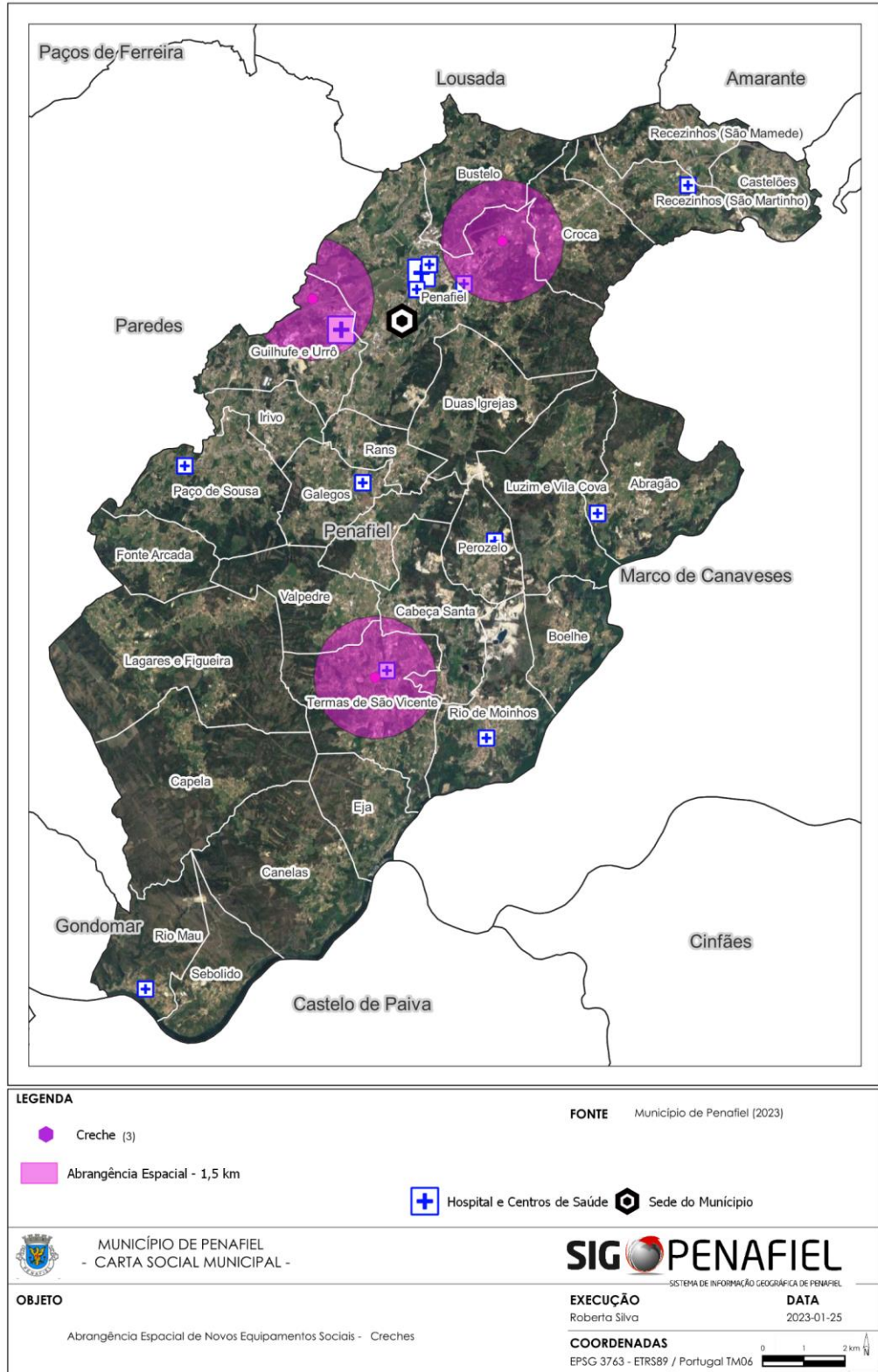
No que diz respeito às áreas de influência, estão apresentadas na mesma sequência das anteriores, e que depois de terminadas e já em funcionamento, os cartogramas indicam-nos qual a área e o raio de população que irá ser abrangido, nomeadamente a valência de creche que conta com três valências aprovadas e ERPI com duas valências aprovadas em fase de implementação.

5.1. - Mapeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais projetadas e em fase de implementação

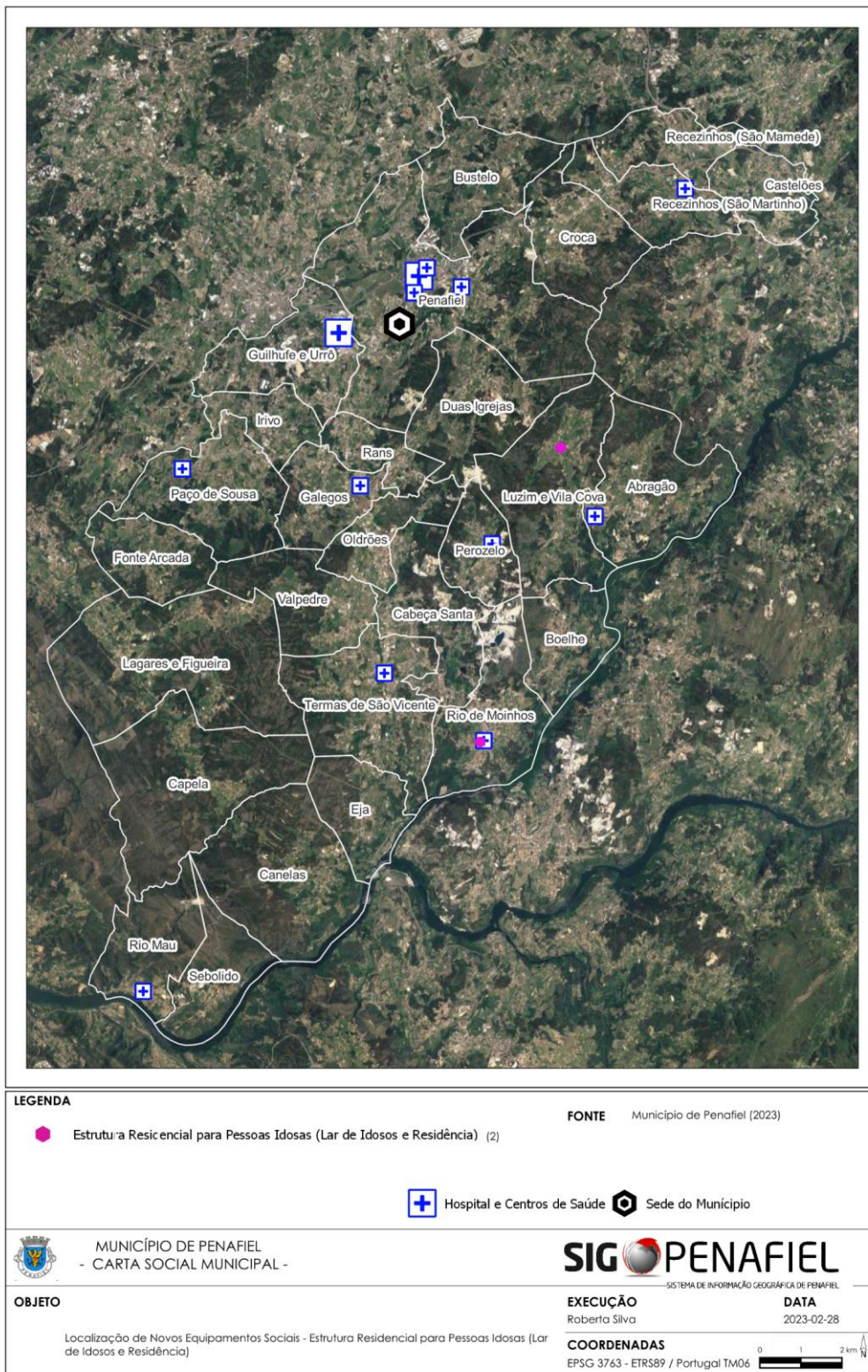
5.1.1. – Georreferenciação – Creche



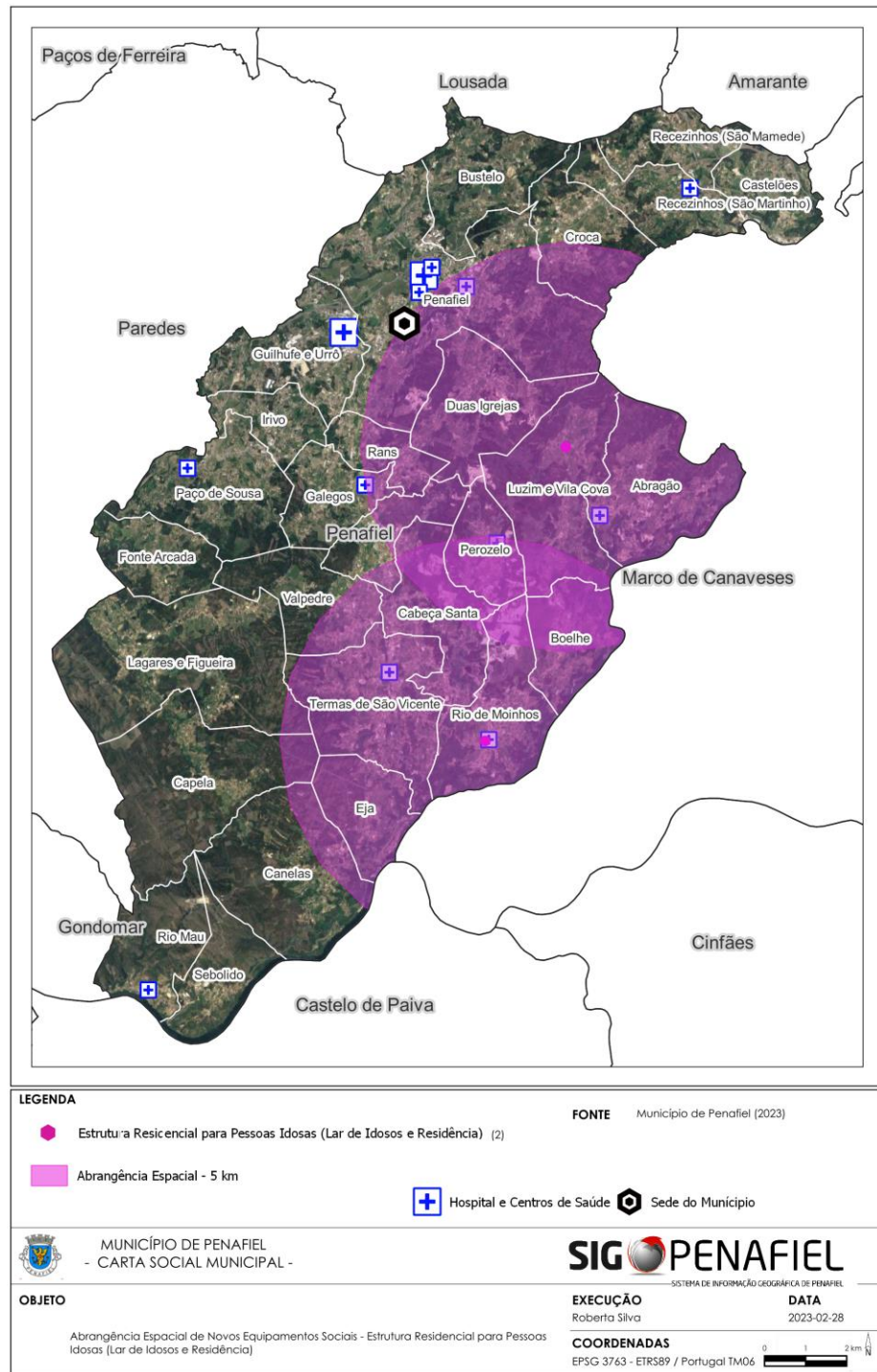
5.1.1.1. - Área de Influência e Cobertura - Creche



5.1.2. – Georreferenciação – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



5.1.2.1. – Área de Influência e Cobertura – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



Capítulo VI – Planeamento prospetivo da Rede de Respostas e Equipamentos Sociais

Principal Fonte de Dados: Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde – C.M.Penafiel

6.1 – Análise das Taxas de Cobertura/Taxas de Procura/Taxas de Ocupação do total das Respostas Sociais – Situação Atual

A análise das taxas de cobertura nos concelhos, para que se converta num instrumento efetivo de planeamento e afetação de recursos de modo eficiente para as necessidades existentes deverá ter em conta alguns fatores na sua implementação:

- A atualização dos dados sociodemográficos;
- As oscilações do número de clientes nos equipamentos sociais;
- Os instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento da Rede Social;
- A identificação das prioridades concelhias na atribuição de recursos para a criação de novas respostas sociais, também deve considerar no futuro a Carta Social Supraconcelhia onde as necessidades e taxas de cobertura de cada concelho deverão ser equacionadas no contexto mais amplo da região.

O cálculo das taxas de cobertura das respostas sociais no concelho resulta num exercício de sistematização da informação em permanente atualização decorrente das flutuações estatísticas dos grupos etários afetos às respostas sociais tipificadas. A Segurança Social, no setor da cooperação, disponibilizou um documento que contribui para a estabilização destes cálculos ao nível municipal e define as taxas de cobertura standard para as respostas sociais. Assim, no âmbito do programa de candidaturas ao PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais), efetuado em 2021, a Segurança Social disponibilizou um documento orientador “**Taxas de cobertura da cooperação standardizada**”, que importa assinalar com os respetivos valores.

Tabela nº89

Resposta Social	Creche	Centro de Dia	ERPI	SAD	CACI	Lar Residêncial
Penafiel	70.2	128.4	79.4	106.9	75.2	37.1

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura de Portugal continental tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{TCC área geográfica}}{\text{TCC continente}} \times 100$$

6.1.1 – Análise das Taxas de Cobertura do total das Respostas Sociais

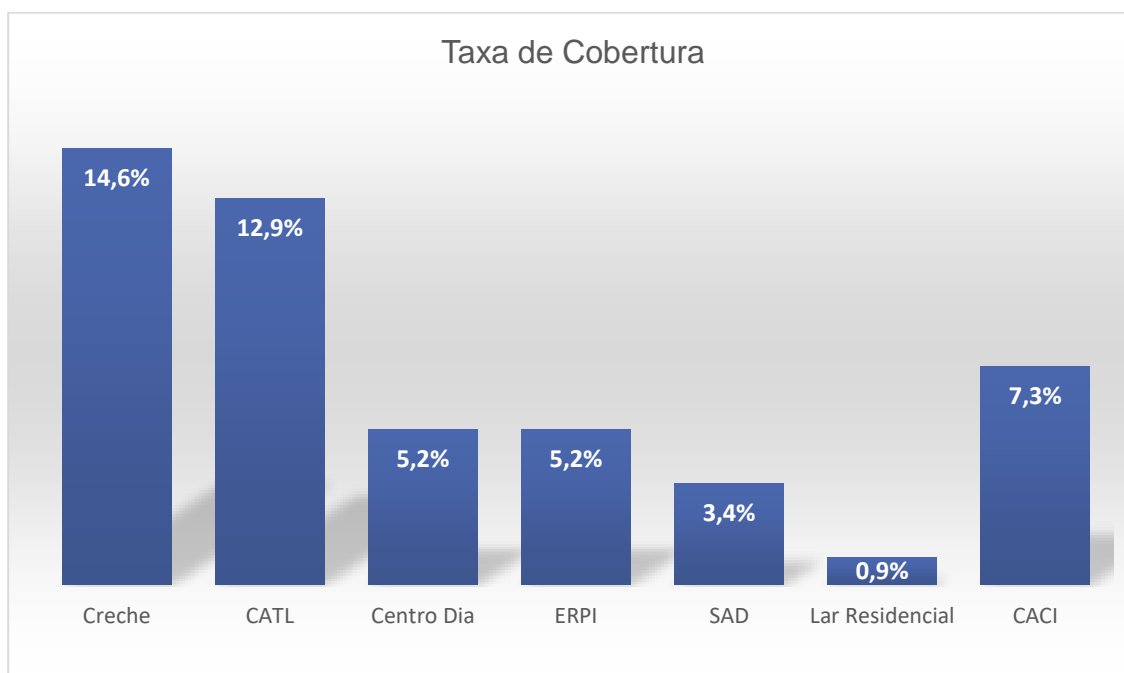
Em termos gerais, a metodologia de cálculo das taxas de cobertura utilizada neste ponto reflete o método de cálculo da taxa de cobertura através da fórmula do Instituto da Segurança Social. Para o cálculo da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância (Creche) são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da resposta em análise.

Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência (Lar Residencial e CACI) são considerados o número total de lugares existentes e o número de titulares de bonificação por deficiência (pela inexistência de dados estatísticos relativos às pessoas com deficiência no concelho).

Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise (Centro de Dia – população residente no intervalo de idades dos 65 anos aos 75 anos; ERPI – população residente com idade = ou » a 75 anos; SAD – população residente com idade = ou » a 65 anos).

Desta forma, passamos a apresentar o gráfico com as taxas de cobertura das respostas sociais do concelho.

Gráfico nº 8



A resposta com maior taxa de cobertura do concelho é a resposta social Creche, com 14,6%, no entanto em comparação à média da taxa de cobertura de Portugal Continental o valor fica muito aquém, uma vez que esta é de 48,8% (in Carta Social Nacional 2020). Segue-se a resposta CATL com 12,9%, o CACI com 7,3%, o Centro de Dia e a ERPI com 5,2%, o SAD com 3,4% e o Lar Residencial para pessoas com deficiência com 0,9%.

Os equipamentos para a Infância e Juventude destacam-se pelos valores das taxas de cobertura mais altas, contrariamente aos equipamentos para pessoas idosas e aos equipamentos relativos às pessoas com deficiência. Ainda como referência dos valores das taxas de cobertura, Portugal Continental apresenta uma média

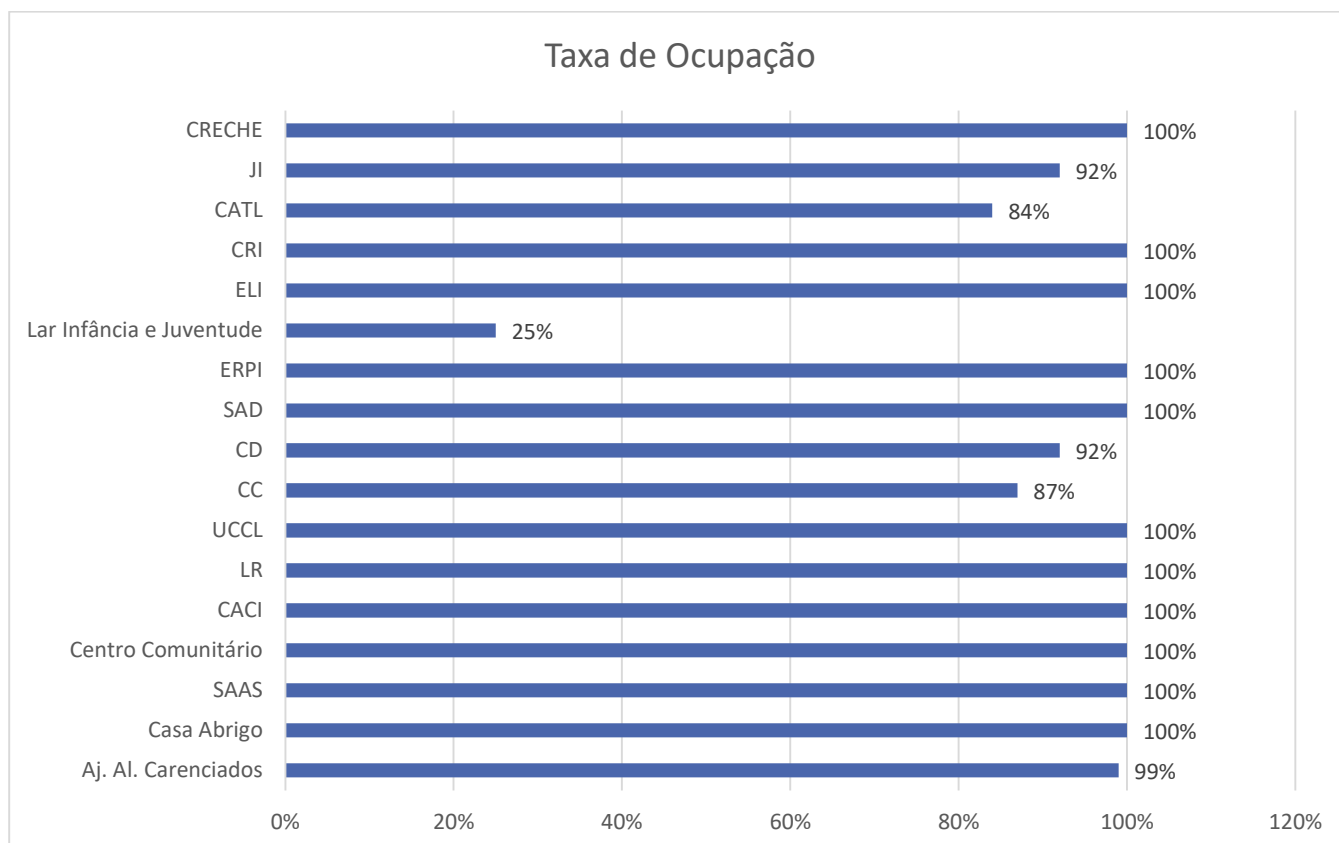
de 12,5% no conjunto de respostas para as pessoas idosas e de 4,2% para o conjunto de respostas das pessoas com deficiência.

6.1.2. – Análise das Taxas de Ocupação das Respostas Sociais

A taxa de ocupação reflete a utilização de uma resposta social face ao número de lugares que dispõe num determinado momento.

Para o cálculo da taxa de ocupação das respostas sociais é considerada a relação entre o número total de utentes e o número total de lugares existentes nas respostas em análise.

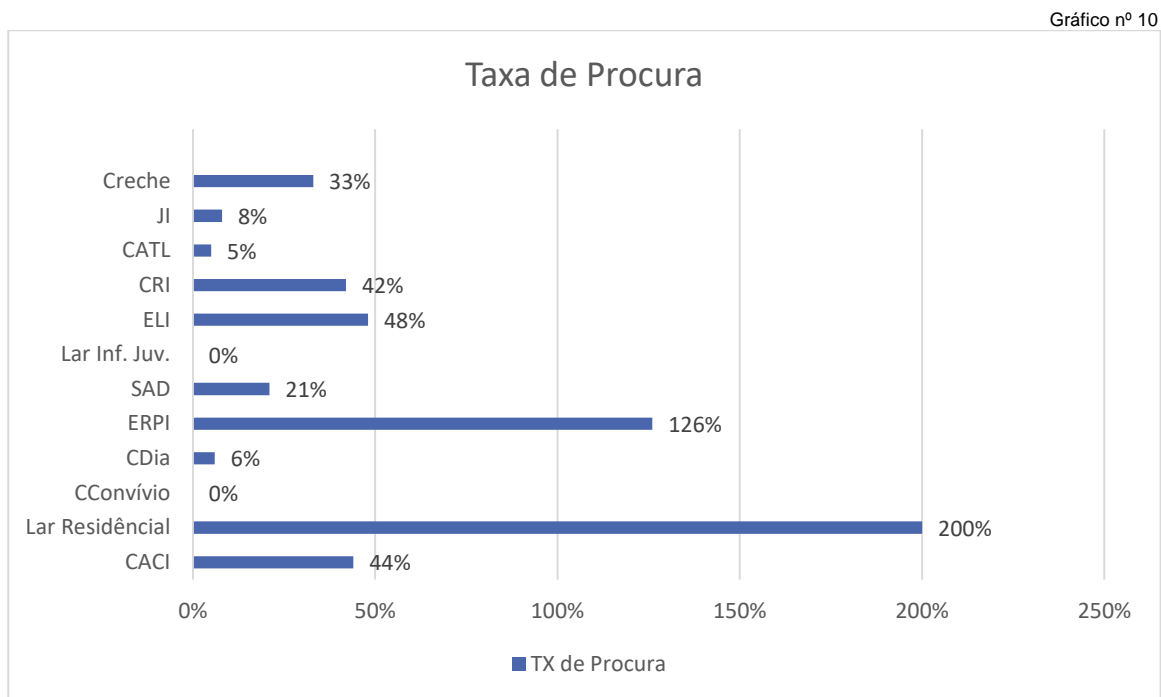
Gráfico nº 9



Pelo gráfico nº9 é possível verificar que a maioria das respostas sociais encontram-se em sobrelotação com a exceção dos JI em IPSS, dos CATL, do Lar de Infância e Juventude, dos Centros de Dia, Centros de Convívio e do SAAS, sendo que este último refere-se apenas à atividade a partir da sua implementação, setembro de 2021 até dezembro de 2021. A resposta Ajuda Alimentar a Carenciados – PO APMC revela ter beneficiários acima da sua capacidade, pois há instituições que demonstraram apoiar várias famílias neste âmbito, não lhes sendo permitido inseri-las na resposta.

Destaca-se o facto de todas as respostas dirigidas às crianças, jovens e pessoas adultas com deficiência encontrarem-se sobrelotadas, assim como às ERPI e SAD referente às pessoas idosas.

6.1.3. – Análise das Taxas de Procura das Respostas Sociais

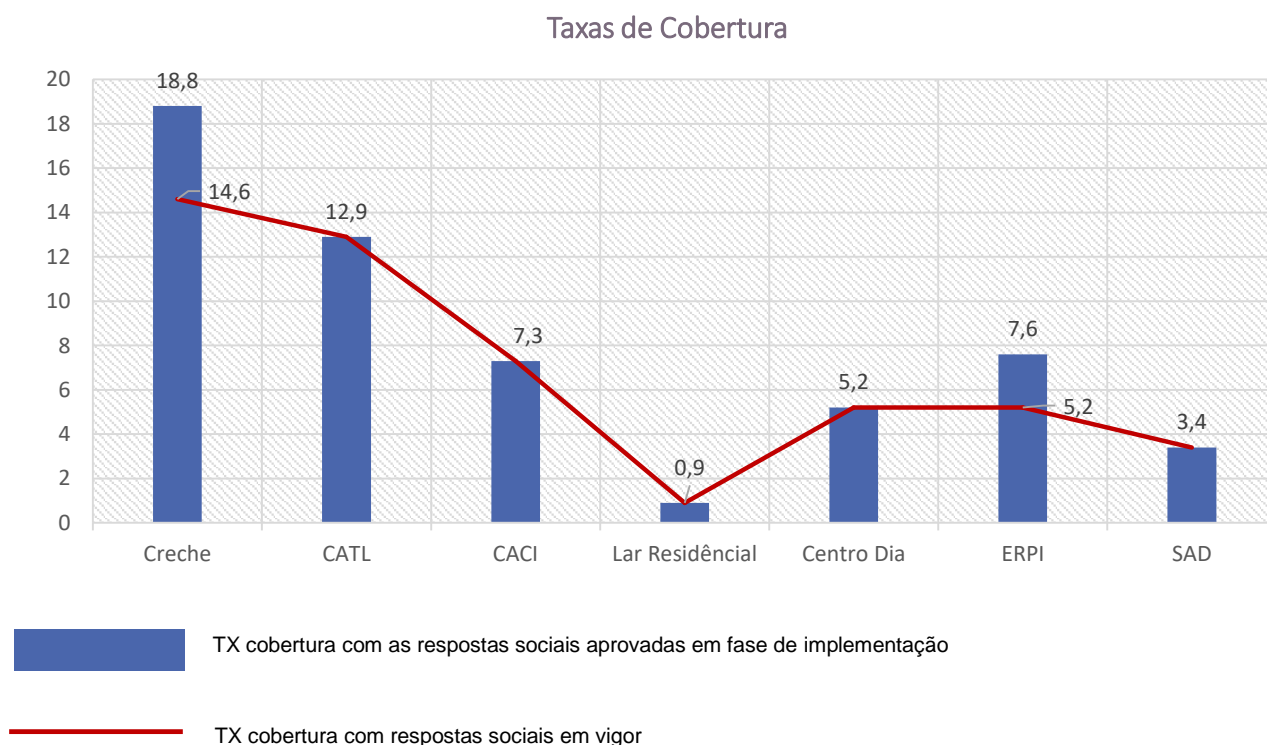


As taxas de procura traduzem um retrato das listas de candidatos (listas de espera) para determinada resposta. Assim, todas as respostas sociais apresentam listas de espera consideráveis, com a exceção das respostas Lar de Infância e Juventude e Centro de Convívio.

As respostas com listas de espera mais elevadas são o Lar Residencial para pessoas adultas com deficiência (200%) e a ERPI (126%).

6.1.4 - Taxas de Cobertura - Respostas aprovadas em fase de implementação versus taxas de cobertura atual

Gráfico nº11



Para efetuar a análise ao gráfico nº11, importa fazer um breve enquadramento dos programas de financiamento lançados nos últimos 2 anos, que refletem a implementação atual das respostas aprovadas.

As Instituições tiveram a oportunidade de se candidatar a programas de financiamento exclusivo, destinado à criação/alargamento dos equipamentos sociais. Em 2020 foi lançado o PARES 2.0, onde foram aprovadas quatro Creches com 160 novos lugares, contudo registaram-se duas desistências, ficando apenas duas creches para 86 lugares. Em 2021, com o PARES 3.0 foi aprovada uma criação e um alargamento de ERPI. Já no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foram contempladas com a aprovação das respetivas candidaturas uma creche e uma ERPI no concelho.

O gráfico nº11 apresenta as taxas de cobertura com a situação atual face ao número de lugares existentes em cada valência e o número de lugares após a aprovação dos equipamentos pelos respetivos programas. Assim sendo, verifica-se um aumento na taxa de cobertura relativa à Creche em 4,2 pontos percentuais e ERPI em 2,4 pontos percentuais. Todas as restantes respostas mantêm a sua taxa de cobertura, uma vez que não foram objeto de aprovação ou candidatura.

6.2. - Tabela síntese final das respostas sociais, segundo a sua prioridade

Numa escala de 1 a 5, procurou-se quantificar a necessidade dos equipamentos e respostas sociais, onde o “5” representa a elevada urgência e importância do equipamento/resposta no concelho e o “1” representa o equipamento/resposta menos prioritária para o concelho de Penafiel.

Através da tabela N°90, pretende-se dar a conhecer as prioridades das respostas e equipamentos no concelho de Penafiel, mobilizando ativamente as instituições públicas e privadas e a sociedade civil para a dinamização e articulação de políticas sociais e de medidas concretas que visem a implementação e a apresentação de candidaturas que vão de encontro às necessidades de resposta prioritária.

Tabela nº90

Respostas Sociais	Taxa de Cobertura 2021 (incluindo valências aprovadas, em fase de implementação	Taxa de Procura	Taxa de Ocupação	Necessidade da resposta (por Prioridade)
Creche	18,8	33%	100%	4
Jardim de infância	20,9	8%	92%	1
CATL	12,9	5%	84%	2
CACI	7,3	44%	100%	5
Lar Residencial	0,9	200%	100%	5
Centro de Dia	5,2	6%	92%	4
Centro de Convívio	2,8	0%	87%	3
ERPI	7,6	126%	100%	5
SAD	3,2	21%	100%	5
SAD Pessoas com Deficiência	Não existe resposta			5
Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico	Não existe resposta			5

Escala de Prioridades:

1. Necessidade manifesta com base na lista de espera e na taxa de procura;
2. Necessidade manifesta com base na procura e na taxa de cobertura;
3. Necessidade manifesta baseada em todos os indicadores disponíveis (taxa de cobertura, lista de espera);
4. Elevada urgência e importância da resposta social (taxa de cobertura, lista de espera e não cobertura do território);
5. Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social (taxa de cobertura, lista de espera e não cobertura do território – SIG)

6.3 – Projeção de Necessidades Futuras das Respostas Sociais

Neste ponto são elencados os equipamentos e respostas sociais tipificadas consideradas prioritárias para o concelho de Penafiel, com base em dados estatísticos dos Censos 2021, na sua taxa de cobertura, taxa de procura e taxa de ocupação:

Valência – CRECHE

No que respeita à valência Creche, esta encontra-se sobrelotada, com crianças em lista de espera tornando-se necessário a ampliação das respostas já existentes e criação de novas respostas.

• **Análise Estatística – Cenário Atual**

- 2.803 crianças residentes no concelho, situadas na faixa etária dos 0 aos 4 anos;
- 1.449 do sexo feminino e 1.354 do sexo masculino;
- Aumento da taxa de fecundidade em 2021 face aos dados censitários de 2011;
- Penafiel com uma taxa de fecundidade (33,9) superior à taxa da sub-região do Tâmega e Sousa (29,9);
- Apesar do decréscimo da taxa bruta de fecundidade nos últimos 10 anos, o concelho regista uma taxa (7,9) superior à taxa Nacional (7,7), à região Norte (6,9) e à sub-região do Tâmega e Sousa (6,8);
- Aumento no número total de famílias clássicas face aos censos de 2011 em mais 1.388 famílias, cuja tipologia por número de indivíduos tem maior representatividade nas famílias clássicas compostas por 2 elementos;
- Diminuição dos beneficiários da prestação “Abono de Família” em menos 2.209 beneficiários.

• **A Resposta Social**

- | | | |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ 11 Creches da Rede Solidária; ➤ Distribuídas por 8 freguesias do concelho; ➤ Com uma capacidade para 409 crianças; ➤ Com 409 lugares ocupados; ➤ Acordos de cooperação para 367 lugares; ➤ 42 lugares sem acordos de cooperação; ➤ 128 crianças em lista de espera. | } | <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Cobertura – 14,6% - Taxa de Ocupação – 100% - Taxa de Procura – 33% |
|---|---|---|
-
- 1 Creche da Rede Privada;
 - Situada na freguesia de Penafiel;
 - Com capacidade para 33 crianças;
 - Com 33 lugares ocupados;
 - Sem acordos de cooperação com o ISS, I.P.

Prioridade 4: Elevada urgência e importância da resposta social

Valência – Centro de Dia

Relativamente aos Centros de Dia, segundo dados disponibilizados pelas IPSS, a mesma encontra-se com 43 vagas, no entanto existe uma lista de candidatos de 16 utentes, uma vez que as vagas existentes não se encontram disponíveis na área de abrangência (residência) dos mesmos.

- **Análise Estatística – Cenário Atual**

- 7.079 idosos residentes no concelho, situadas na faixa etária dos 65 aos 75 anos;
- 3.754 do sexo feminino e 3.325 do sexo masculino;
- Aumento da taxa de envelhecimento em 2021 face aos dados censitários de 2011;
- Penafiel com um índice de envelhecimento de 132,46;
- Penafiel com um índice de longevidade de 43,2, tendo assistido a um decréscimo desta variável em 2,9 pontos percentuais face aos dados censitários de 2011;
- O número de titulares do CSI é de 1580 pessoas idosas com baixos recursos financeiros;

- **A Resposta Social**

- | | | |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> → 12 Centros de Dia; → Distribuídos por 11 freguesias do concelho; → Com capacidade para 367 idosos; → Com 324 lugares ocupados; → Acordos de Cooperação para 295 lugares; → 35 lugares sem acordos de cooperação; → 16 idosos em lista de espera; | } | <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Cobertura – 5,2% - Taxa de Ocupação – 92% - Taxa de Procura – 6% |
|--|---|--|

Prioridade 4: Elevada urgência e importância da resposta social

Valência – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - ERPI

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Apesar de existirem várias instituições com esta resposta social, todas têm lista de espera, uma vez que as IPSS com esta valência estão sobrelotadas, denotando-se a insuficiência da sua capacidade.

- **Análise Estatística – Cenário Atual**

- 5.391 idosos residentes no concelho, situadas na faixa etária dos 75 ou mais anos;
- 3.221 do sexo feminino e 2.170 do sexo masculino;
- Aumento da taxa de envelhecimento em 2021 face aos dados censitários de 2011;
- Penafiel com um índice de envelhecimento de 132,46;
- Penafiel com um índice de longevidade de 43,2, tendo assistido a um decréscimo desta variável em 2,9 pontos percentuais face aos dados censitários de 2011;
- O número de titulares do CSI é de 1580 pessoas idosas com baixos recursos financeiros;

- **A Resposta Social**

- | | | |
|--|---|----------------------------|
| → 10 ERPI's; | } | |
| → Distribuídos por 8 freguesias do concelho; | | |
| → Com capacidade para 283 idosos; | | - Taxa de Cobertura – 5,2% |
| → Com 283 lugares ocupados; | | - Taxa de Ocupação – 100% |
| → Acordos de Cooperação para 227 lugares; | | - Taxa de Procura – 126% |
| → 56 lugares sem acordos de cooperação; | | |
| → 357 idosos em lista de espera; | | |

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social

Valência – Serviço de Apoio Domiciliário - SAD

Serviço de Apoio Domiciliário SAD - existência de um número limitado de vagas para a resposta; agravamento dos problemas de saúde e falta de recursos que assegurem os cuidados básicos.

- **Análise Estatística – Cenário Atual**

- 12.470 pessoas residentes, situadas na faixa etária acima dos 65 anos;
- 6.975 do sexo feminino e 5.495 do sexo masculino;
- Aumento da taxa de envelhecimento em 2021 face aos dados censitários de 2011;
- Penafiel com um índice de envelhecimento de 72.2 (2011) para 132.4 (2021);
- Penafiel com um índice de longevidade de 43,2, tendo assistido a um decréscimo desta variável em 2,9 pontos percentuais face aos dados censitários de 2011;
- O número de titulares do CSI no concelho é de 1580 que reflete o número de pessoas idosas com baixos recursos financeiros;

- **A Resposta Social**

- | | | |
|---|---|----------------------------|
| → 16 SAD's; | } | |
| → Distribuídos por 15 freguesias do concelho; | | |
| → Com capacidade para 418 idosos; | | - Taxa de Cobertura – 3,4% |
| → Com 418 lugares ocupados; | | - Taxa de Ocupação – 100% |
| → Acordos de Cooperação para 390 lugares; | | - Taxa de Procura – 21% |
| → 28 lugares sem acordos de cooperação; | | |
| → 82 idosos em lista de espera; | | |

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social

Valência – Lar Residencial – Pessoas com Deficiência

Lar Residencial - Criação da resposta de elevada urgência e importância; Existência de apenas uma instituição com esta resposta, mostrando-se insuficiente face à procura;

- **Análise Estatística – Cenário Atual**

Não existem dados estatísticos concretos para se poder fazer um análise tal como os restantes equipamentos. O único indicador que pode ser ponderado, são os dados cedidos pelo Centro Distrital da Segurança Social do Porto que indicam que em 2022, o concelho de Penafiel tinha 625 titulares de bonificação por deficiência.

- **A Resposta Social**

- 1 Lar Residencial;
- Situado na freguesia de Penafiel;
- Com capacidade para 12 adultos;
- Com 12 lugares ocupados;
- Acordos de cooperação para 12 lugares;
- 24 adultos em lista de espera;

- Taxa de Cobertura – 0.9%
- Taxa de Ocupação – 100%
- Taxa de Procura – 200%

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social

Valência – Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão – CACI

Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão CACI - A criação CACI é de elevada urgência e importância, pois é uma resposta que se encontra centralizada nas imediações da cidade de Penafiel, completamente lotada em todas as suas valências dirigidas às pessoas com deficiência; a área da deficiência apresenta-se como prioritária desde o último levantamento de dados e até hoje não existiu qualquer alteração;

- **Análise Estatística – Cenário Atual**

Não existem dados estatísticos concretos para se poder fazer um análise tal como os restantes equipamentos. O único indicador que pode ser ponderado, são os dados cedidos pelo Centro Distrital da Segurança Social do Porto que indicam que em 2022, o concelho de Penafiel tinha 625 titulares de bonificação por deficiência.

- **A Resposta Social**

→ 3 CACI's;	}	- Taxa de Cobertura – 7.3%
→ Situados na freguesia de Penafiel;		- Taxa de Ocupação – 100%
→ Com capacidade para 90 adultos;		- Taxa de Procura – 44%
→ Com 90 lugares ocupados;		
→ Acordos de Cooperação para 90 lugares;		
→ 40 adultos em lista de espera;		

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social.

Valência – Serviço de Apoio Domiciliário – Pessoas com Deficiência**Inexistência da resposta no concelho**

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social (taxa de cobertura, lista de espera e não cobertura do território – SIG)

Valência – Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico**Inexistência de equipamentos no concelho**

Prioridade 5: Elevada urgência e importância da resposta social no concelho para colmatar graves lacunas no bem-estar social (taxa de cobertura, lista de espera e não cobertura do território – SIG)

6.4 – Síntese da Proposta de Cobertura de Respostas e Equipamentos Sociais do Município de Penafiel

Neste ponto procurou-se fazer um quadro resumo relativamente aos equipamentos em falta e as pretensões de futuras candidaturas das Instituições.

Não obstante, a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção devem basear-se em quatro princípios base:

- Igualdade - Garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- Proximidade - Assegurar a proximidade dos utentes aos equipamentos sociais;
- Racionalidade - Permitir a maximização dos resultados e a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- Territorialidade - Contribuir para a estruturação do território.

Tabela nº91

Área de Intervenção	Resposta Social	Identificação da Instituição com intenção de Candidatura	Tipo de Intervenção	Nº Lugares a criar	
Infância e Juventude	Creche	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau	Construção de Raíz	42	
		Câmara Municipal de Penafiel (Freguesia de Abragão)	Construção de Raíz	42	
		Câmara Municipal de Penafiel (Freguesia de Paço de Sousa)	Construção de Raíz	42	
Respostas Sociais para Pessoas Adultas	Pessoas com Deficiência	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia da Portela	Adaptação	28	
		Associação para o Desenvolvimento de Lagares	Adaptação	20	
		Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans	Adaptação	20	
		Lar Residencial	APADIMP	Ampliação	12
	SAD	APADIMP	Ampliação	20	
	Pessoas Idosas	Centro de Dia	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia da Portela	Adaptação	30
			Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau	Construção de raíz	18
		ERPI	Centro Social de Recesinhos	Ampliação	+ 6
			Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo	Ampliação	+ 12
			Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau	Construção de raíz	45
			Associação para o Desenvolvimento de Galegos	Ampliação	+ 14
			Associação para o Desenvolvimento de Boelhe	Construção de raíz	50
			Santa Casa da Misericórdia de Penafiel	Reabilitação	40 já existentes
		ERPI Especializada nas Demências	Associação para o Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa	Ampliação	+ 20
			Centro Social e Paroquial Stº Estevão de Oldrões	Ampliação	+ 14
		SAD	Centro Social e Cultural de Abragão	Ampliação	+ 20
			Associação para o Desenvolvimento de Boelhe	Ampliação	+ 60
			Associação para o Desenvolvimento das Termas de S. Vicente	Ampliação	20
	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau		Construção de raíz	30	
	Associação para o Desenvolvimento da Vila de Paço de Sousa		Ampliação	+ 20	
	Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico	Fórum Sócio-Ocupacional	Associação para o Desenvolvimento das Termas de S. Vicente	Construção de raíz	20
			Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo	Adaptação	30
			Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans	Adaptação	20
Associação para o Desenvolvimento de Galegos			Adaptação	10	
Unidade de Vida Protegida		Associação para o Desenvolvimento das Termas de S. Vicente	Construção de raíz	10	

Considerações Finais

A elaboração da Carta Social Municipal assenta numa visão estratégica de criação de territórios socialmente coesos, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Ainda, segundo a Portaria 66/2021, de 17 de Março, o expectável com este documento é que, em função das necessidades diagnosticadas, proceda-se a uma adequação, otimização e racionalização dos serviços/equipamentos sociais existentes e previstos, devendo as entidades públicas e da Administração local articular a sua ação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com os Conselhos Locais de Ação Social.

Este estudo, tem como base os seguintes objetivos:

- Determinar os domínios e os locais de intervenção social prioritária;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Adaptar a oferta à procura;
- Orientar os investimentos das entidades parceiras públicas, privadas e cooperativas.

Da pesquisa efetuada, conclui-se que há uma necessidade urgente de criar equipamentos e respostas sociais para crianças/jovens e adultos com deficiência, para pessoas idosas, e para crianças no domínio do apoio à primeira infância como é o caso das Creches. Ao analisar os dados estatísticos apurados, o concelho assistiu nos últimos anos a um decréscimo da sua população residente em 3.6 pontos percentuais, onde a faixa etária que regista a maior perda é a faixa dos 0 aos 14 anos. Pela primeira vez na evolução demográfica recente, Penafiel apresenta um saldo natural negativo com uma diferença considerável face aos últimos registos censitários. A faixa etária que regista o maior aumento é a faixa dos 65 e mais anos, com um aumento na ordem dos 34.5%, refletindo o progressivo envelhecimento da população, cujo índice passou de 72.2 para 132.4.

Por outro lado, Penafiel regista uma taxa de natalidade superior a todas as unidades de referência, ou seja, superior à média Nacional, da região Norte e da sub-região do Tâmega e Sousa. Em relação à caracterização quanto à dimensão das famílias penafidelenses, verificou-se um aumento no total de famílias clássicas, com maior incidência na família composta por 2 elementos, seguida da família com 1 elemento e na família composta por 5 ou mais elementos respetivamente.

Foi possível também confirmar que houve uma diminuição considerável no número de beneficiários e consequentemente no número dos apoios sociais, transversal a todas as medidas do âmbito do I.S.S.,IP, desde os abonos de família, aos apoios a crianças/jovens e pessoas adultas com deficiência, aos beneficiários das prestações de subsídio de desemprego, com a exceção dos beneficiários por subsídio de doença, onde se verificou um maior aumento no género masculino do que no feminino.

No que se refere às crianças e jovens em perigo, a CPCJ de Penafiel apresenta um volume processual de 382 processos de promoção e proteção, cuja problemática dominante é a *“Exposição da criança a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento”*, onde também se insere o indicador de perigo *“Violência Doméstica”*.

Penafiel através das suas Instituições e do Município tem procurado colmatar todas as áreas de intervenção a descoberto, quer pelos equipamentos sociais, quer pelos serviços e projetos distribuídos pelo concelho em vários domínios. No que toca à identificação das necessidades de Projetos e Serviços a desenvolver,

é necessário aguardar a atualização dos três documentos fundamentais para a sua implementação, nomeadamente:

- o Diagnóstico Social;
- o Plano de Desenvolvimento Social;
- o Plano de Ação.

Cada um destes instrumentos de planeamento apresenta objetivos e metodologias diferenciadas que estarão na base da definição de novos projetos e serviços, indo de encontro às necessidades e problemáticas detetadas.

Enquanto o Diagnóstico Social apresenta-se como um instrumento de identificação das necessidades e problemas prioritários, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território, o Plano de Desenvolvimento Social, com base nas prioridades definidas no Diagnóstico Social, determina eixos de intervenção e objetivos estratégicos para um determinado horizonte temporal. Estes eixos de intervenção e objetivos estratégicos são operacionalizados através de um Plano de Ação anual, que efetivará a criação e/ou continuação de projetos e serviços no Município.

Relativamente aos equipamentos sociais, denota-se uma lacuna de respostas fundamentais para o território, como o Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência e equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental/Psiquiátrico.

Face às respostas sociais implementadas, aquela que tem maior representatividade é o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas (19%), seguida da resposta Centro de Dia (14%), da Creche (13%), da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (12%) e do Centro de Atividades de Tempos Livres (11%). As respostas que se encontram em situação de sobrelotação são: SAD, ERPI, Creche, Lar Residencial e CACI para pessoas adultas com deficiência, CRI e ELI para crianças com deficiência. As restantes respostas, por se tratarem de valências de proximidade com a área de residência dos utentes, verifica-se sobrelotação em determinadas freguesias com consequente lista de candidatos, e noutras a existência de vagas.

É importante referir que as IPSS têm previsto candidaturas a programas de financiamento para a criação de novas respostas sociais, propondo-se assim a aumentar as taxas de cobertura e a melhorar continuamente as condições das respostas já existentes através da ampliação/reabilitação e adaptação dos seus equipamentos.

- Pesquisa documental (estatística e documentos estratégicos e orientadores)

- INE;
- Pordata;
- Carta Social Nacional 2020;
- Carta Social Nacional 2021;
- Portaria 66/2021, de 17 de Março;
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho
- Dados cedidos CDSS Porto;
- Dados cedidos pela Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde;
- Inquérito por questionário às IPSS;
- Carta Educativa Municipal de Penafiel;
- Sistema de Informação Geográfica;
- Diagnóstico Social de Penafiel 2014;
- Plano de Desenvolvimento Social de Penafiel 2015-2020;
- Dados cedidos pela Divisão de Educação, Desporto e Juventude

Índice de Tabelas

Tabela 1 - População residente segundo os censos: total e por sexo – 2021 e respetiva taxa de variação 2011-2021.....	15
Tabela 2 - Total da População residente segundo os censos por grupos etários, comparação intercensitária 2011-2021 Nacional, região Norte, sub-região Tâmega e Sousa, concelho de Penafiel e Freguesias.....	16
Tabela 3 - População residente 2021: total e por grupo etário dos 0-14 anos.....	17
Tabela 4 - Saldos Populacionais anuais: total, natural e migratório.....	18
Tabela 5 - Nados-Vivos de mães residentes em Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel: total e por grupo etário da mãe.....	18
Tabela 6 - Nados-Vivos de mães residentes em Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel: total e por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe.....	19
Tabela 7 - Taxa de fecundidade por grupo etário da mãe.....	19
Tabela 8 - Taxa bruta de natalidade.....	20
Tabela 9 - Famílias clássicas segundo os censos: total e por número de indivíduos.....	20
Tabela 10 - Famílias clássicas unipessoais.....	20
Tabela 11 – Núcleos Familiares Monoparentais.....	21
Tabela 12 - Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários.....	22
Tabela 13 - Nº de Beneficiários com lançamento de subsídio por assistência a filho com deficiência 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel.....	22
Tabela 14 - Nº de Titulares de Bonificação por deficiência 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel.....	22
Tabela 15 - Nº de titulares de subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial em 2021 e 2022 na região do Tâmega e Sousa e concelho de Penafiel.....	23
Tabela 16 - Processos da CPCJ instaurados em 2021.....	24
Tabela 17 - População residente (Nº) e taxa de variação: com 65 anos ou +, Tâmega e Sousa, concelho e freguesias.....	26
Tabela 18 - População residente: total e por pequenos grupos etários acima dos 65 anos.....	27
Tabela 19 - Índice de longevidade.....	27
Tabela 20 - Índice de sustentabilidade potencial.....	27
Tabela 21 - Índice de envelhecimento.....	28
Tabela 22 - Taxa bruta de mortalidade.....	29
Tabela 23 - Pensões: CGA e da Segurança Social.....	29
Tabela 24 - Pensões da Segurança Social: total, de velhice, de invalidez e de sobrevivência.....	29
Tabela 25 - Pensões da Segurança Social: valor médio das pensões da Segurança Social segundo tipo de pensão.....	30
Tabela 26 - Valor médio das pensões da Segurança Social.....	30
Tabela 27 - Número de beneficiários do complemento solidário para idosos (CSI) 2021 e 2022, residentes no Tâmega e Sousa e no concelho	

de Penafiel.....	30
Tabela 28 - Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário.....	32
Tabela 29 - Beneficiários do RMG e do RSI segundo o sexo.....	32
Tabela 30 - Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos.....	32
Tabela 31 - Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social: total e por sexo.....	33
Tabela 32 - Pessoas vítimas de violência doméstica.....	33
Tabela 33 - Creches – Rede Solidária.....	36
Tabela 34 - Creches – Rede privada.....	37
Tabela 35 - Jardim de Infância – Rede Solidária.....	37
Tabela 36 - Jardim de Infância – Rede Privada.....	37
Tabela 37 - Jardim de Infância – Rede Pública.....	38
Tabela 38 - Centro de Atividades de Tempos livres.....	41
Tabela 39 - Lar de infância e juventude.....	41
Tabela 40 - Centro de Recursos para a Inclusão (CRI).....	42
Tabela 41 - Equipas Locais de Intervenção (ELI).....	43
Tabela 42 – Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção de Figueira (UCCLDMF).....	43
Tabela 43 - Centro de Dia.....	44
Tabela 44 - Centro de Convívio.....	45
Tabela 45 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).....	46
Tabela 46 - Serviço de Apoio Domiciliário.....	47
Tabela 47 - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).....	48
Tabela 48 - Lar Residencial.....	48
Tabela 49 - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Penafiel (SAAS).....	49
Tabela 50 - Centro Comunitário.....	49
Tabela 51 - Casa Abrigo – Mulheres e seus filhos vítimas de Violência Doméstica.....	50
Tabela 52 - Ajuda Alimentar a Carenciados PO APMC/FEAC.....	50
Tabela 53 - Mapeamento das Associações do concelho com valências.....	52
Tabela 54 - Mapeamento das Associações do concelho sem valências.....	55
Tabela 55 - Mapeamento das respostas tipificadas projetadas, aprovadas e em fase de implementação por Instituição.....	57
Tabela 56 - Tabela Resumo de Serviços.....	58
Tabela 57 - Plano Municipal Solidário.....	59
Tabela 58 - Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Penafiel.....	60
Tabela 59 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel.....	60

Tabela 60 - Balcão de Inclusão.....	61
Tabela 61 - Balcões e Lojas Sociais do Concelho de Penafiel.....	61
Tabela 62 - Banco de Voluntariado de Penafiel.....	62
Tabela 63 - Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não-Discriminação.....	63
Tabela 64 - Gabinete de Psico-Oncologia.....	64
Tabela 65 - Gabinete de Inserção Profissional (GIP).....	65
Tabela 66 – Projeto Adélia.....	66
Tabela 67 - Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS 4G.....	67
Tabela 68 - PRI- Programa de Respostas Integradas.....	67
Tabela 69 - Projeto FOCO.....	68
Tabela 70 – Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica – Gabinete Janela Aberta.....	68
Tabela 71 - Rede de Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS).....	69
Tabela 72 - Centro Sénior da Portela.....	69
Tabela 73 - Apoio Sénior de Sebolido Ativo.....	70
Tabela 74 - Apoio Sénior de Rio Mau.....	71
Tabela 75 - Apoio Sénior de Penafiel.....	71
Tabela 76 – Apoio Sénior de Castelões.....	72
Tabela 77 - Número de valências e clientes segundo o tipo de população alvo – análise conjunta da rede solidária e rede privada.....	72
Tabela 78 - Análise - Rede Solidária.....	73
Tabela 79 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Infância e Juventude (Problemas).....	77
Tabela 80 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Infância e Juventude (Necessidades).....	78
Tabela 81 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Pessoas Idosas (Problemas).....	79
Tabela 82 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Pessoas Idosas (Necessidades).....	80
Tabela 83 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Família e Comunidade (Problemas).....	81
Tabela 84 - Análise Qualitativa por área da resposta social – Família e Comunidade (Necessidades).....	82
Tabela 85 – Análise Qualitativa – Inovação.....	82
Tabela 86 – Análise Qualitativa – Sustentabilidade.....	84
Tabela 87 – Análise Qualitativa – Capacitação.....	86
Tabela 88 – Análise Qualitativa dos Equipamentos para as Pessoas com Deficiência.....	87
Tabela 89 – Taxas de cobertura da cooperação standardizada da Segurança Social.....	113
Tabela 90 - Tabela Síntese final das Respostas Sociais, segundo a sua prioridade.....	118
Tabela 91 – Síntese da Proposta de Cobertura de Respostas e Equipamentos Sociais do Município de Penafiel.....	126

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Pirâmide etária do concelho de Penafiel.....	14
Gráfico 2 - Problemáticas dominantes nos processos da CPCJ de Penafiel – Ano 2021.....	24
Gráfico 3 - Evolução Associações com estatuto versus Associações sem estatuto.....	51
Gráfico 4 - Proporção das respostas sociais – Rede Solidária.....	73
Gráfico 5 - Capacidade versus total de utentes nas valências – Infância e Juventude.....	74
Gráfico 6 - Capacidade versus total de utentes nas valências – Pessoas Adultas.....	74
Gráfico 7 - Capacidade versus total de utentes nas valências – Família e Comunidade.....	75
Gráfico 8 - Análise das Taxas de Cobertura do total das Respostas Sociais – situação atual.....	114
Gráfico 9 – Análise das Taxas de Ocupação das Respostas Sociais – situação atual.....	115
Gráfico 10 - Análise das Taxas de Procura das Respostas Sociais – situação atual.....	116
Gráfico 11 - Taxas de Cobertura – Respostas Aprovadas em fase de implementação versus Taxas de Cobertura Atual.....	116

Siglas e Acrónimos

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

ADRio de Moinhos – Associação para o Desenvolvimento de Rio de Moinhos

AEP – Associação Empresarial de Penafiel

APADIMP – Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel

ASSVila Cova – Associação de Solidariedade Social de Vila Cova

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CIM – TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

CLA – Centro Lúdico de Atividades

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLDS+ - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMP – Câmara Municipal de Penafiel

CPCasa da Sagrada Família de Penafiel – Centro Paroquial – Casa da Sagrada Família de Penafiel

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel

CPP – Casa do Povo de Peroselo

CRI – Centro de Recursos para a Inclusão

CSI – Complemento Solidário para Idosos

CSM – Cartas Sociais Municipais

CSPICMI – Centro Social Paroquial Imaculado Coração Maria de Irivo

CSS – Cartas Sociais Supramunicipais

DASIS – Divisão de Assuntos Sociais, Inclusão e Saúde

ELI – Equipas Locais de Intervenção

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante

GAI – Gabinete de Apoio ao Imigrante

GAID – Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

IUC – Imposto Único de Circulação

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

JI – Jardim de Infância

N/A – Não se Aplica

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ONG – Organização Não-Governamental

PO APMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PRI – Programas de Respostas Integradas

PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RPMS – Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAS- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TX - Taxa

UCCLDMF – Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção de Figueira

UE – União Europeia